Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Parana
EXTRATO DE CONTRATO nº 009/2018
PROCESSO INEXIGIBILIDADE 006/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: ALTO PARAÍSO SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços na área da saúde para atendimento geral, ESF, Estratégia saúde da família, atendimento de urgência e emergência serviços de saúde complementar e demais especialidades medicas, para preenchimento dos referidos cargos para o exercício de 2018, conforme o termo descritivo Anexo V, para a Saúde Pública do Município de ALTO PARAÍSO.
VALOR: de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31 de janeiro de 2019.
FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Parana
PORTARIA N.º 085/2018
SÚMULA: Interrompe férias do Servidor Público.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Interrompe em 19/02/2018 o gozo das férias do Servidor HOSNY SERGIO IANKOWSKI DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade RG n.º 6.379.225-0, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO CLINICO GERAL, lotado na SECRETARIA DE SAÚDE, por meio da Portaria nº. 021/2018, tendo em vista a necessidade e o interesse da administração.
Art. 2º - O restante do período para o gozo dos dias será em data a ser definida em época oportuna pela administração, ficando em haver um saldo de 12 (doze) dias.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Parana
RESCISÃO DO CONTRATO Nº 62/2017
Prestação de Serviços – Pintor de Malha Viária
Por este instrumento particular de rescisão de contrato, de um lado, MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI-PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado ANDERSON JOSÉ DA SILVA, doravante denominado CONTRATADO, todos qualificados no contrato nº 62/2017, datado de 03 de abril de 2017, onde no mês atual o CONTRATADO trabalhou até a data de 14 de fevereiro de 2018, resolvem, de comum acordo, darem por rescindido o contrato.
As partes se dão mútua e geral quitação, nada tendo a reivindicar entre si.
Por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.
Alto Piquiri, 16 de fevereiro de 2018
Luis Carlos Borges Cardoso — Anderson José da Silva
Prefeito Municipal — Contratado
Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Parana
HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 936/2018
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório Pregão nº 4/2018, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 03/2018 de 09/01/18, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de Pregão nº 4/2018, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais eletricos para manutenção da iluminação publica do municipio e seus distritos para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras do Municipio de Alto Piquiri..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROPONENTE: VALOR TOTAL
LUMINATI COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO EIRELI - EPP R$ 66.000,00 sessenta e seis mil reais
VISSOCI & VISSOCI LTDA - EPP R$ 63.300,00 sessenta e três mil e trezentos reais
ROSSA MATERIAL ELETRICO LTDA - EPP R$ 33.810,00 trinta e três mil, oitocentos e dez reais
M.B.MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-EIRELI-EPP R$ 29.589,00 vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 19 de fevereiro de 2018
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Parana
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 10/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: LUMINATI COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO EIRELI - EPP
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais eletricos para manutenção da iluminação publica do municipio e seus distritos para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras do Municipio de Alto Piquiri.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 18 de fevereiro de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Edital do Pregão nº 4/2018.
Alto Piquiri - PR, 19 de fevereiro de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal
Contratante
JUNIOR CESAR DOS SANTOS
Representante Legal da Empresa
Contratado
Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 11/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: VISSOCI & VISSOCI LTDA - EPP
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais eletricos para manutenção da iluminação publica do municipio e seus distritos para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras do Municipio de Alto Piquiri.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 18 de fevereiro de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Edital do Pregão nº 4/2018.
Alto Piquiri - PR, 19 de fevereiro de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal
Contratante
LUIZ CARLOS VISSOCI
Representante Legal da Empresa
Contratado
Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 12/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: ROSSA MATERIAL ELETRICO LTDA - EPP
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais eletricos para manutenção da iluminação publica do municipio e seus distritos para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras do Municipio de Alto Piquiri.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 18 de fevereiro de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 33.810,00 (trinta e três mil, oitocentos e dez reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Edital do Pregão nº 4/2018.
Alto Piquiri - PR, 19 de fevereiro de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal
Contratante
EVA ROSSA
Representante Legal da Empresa
Contratado
Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 13/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: M.B.MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-EIRELI-EPP
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais eletricos para manutenção da iluminação publica do municipio e seus distritos para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras do Municipio de Alto Piquiri.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 18 de fevereiro de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 29.589,00 (vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Edital do Pregão nº 4/2018.
Alto Piquiri - PR, 19 de fevereiro de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal
Contratante
MILTON BAUERMANN
Representante Legal da Empresa
Contratado
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Parana
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 24/2017
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 09/2017.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº DE 06 de março de 2017
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0271-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrito no CNPJ sob nº. 61.198.164/0001-60, neste ato representada pela Sra. Neide Oliveira Souza, portadora do RG nº 28.543.390-8 SSP/SP e do CPF nº. 205.408.568-51 e o Sr. Eduardo de Oliveira, portador do RG: 2.956.567 SSP/SP e do CPF: 023.080.959-62, Procuradores,resolvem firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 024/2017 para prestação dos serviços do objeto da Licitação Dispensa de Licitação nº. 009/2017, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
DA VIGÊNCIA
O 1º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 024/2017, tem por objeto acrescentar uma vigência de 12 (doze) meses para renovação da Apólice de Seguro do veículo abaixo descrito, com base no Art. 57 §1º inciso I da Lei nº. 8.666/93, passando a mesma a vigorar de 06/03/2018 À 05/03/2019.
Quant. Descrição
01 Seguro de 100%, da tabela FIPE para casco, cobertura para danos materiais mínimo R$ 150.000,00 cobertura para danos corporais ,mínimo de R$ 150.000,00, Cobertura por morte mínimo R$ 20.000,00.por passageiro e invalidez permanente R$ 20.000,00 por passageiro.com assistência 24 horas, Dia e Noite com guincho ilimitado, proteção de vidros (Para brisa, traseiro e laterais), Retrovisores, farol e lanternas e franquia de no máximo R$ 2.401,00 obrigatório para Renault. Sandero/ Stepway 1.6,8v 04 portas, ano 2016, modelo 2017 Chassi 93Y5SRD6GHJ552673, renavam 00000167032
DO VALOR
Em virtude do Aditivo ora realizado fica acrescido um valor total de R$ 1.777,81 (hum mil setecentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos).
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS – 07.002.061820008.2.007.3390.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as Demais cláusulas do contrato.
Altônia-PR., 19 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
DECRETO Nº 026/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018
SÚMULA: EXONERA NEILSON REINA COUTINHO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA - O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
DECRETA:
Art. 1º - Fica exonerado o Sr. NEILSON REINA COUTINHO, inscrito na CI/RG sob nº 5.000.036-2 SSP/PR e CPF sob nº 917.732.379-34, do Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE ESPORTE E LAZER, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 19 de fevereiro de 2018.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 16 de Fevereiro de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N.º 015/2018.
Designa a Servidora LUZIA GOMES DE FREITAS, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor (a), para responder pela função de Diretora do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
I – Designa LUZIA GOMES DE FREITAS, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor (a) , para responder pela função de Diretora do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, a partir de 15 de fevereiro de 2018.
Registre-se Publique-se,
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 15 de fevereiro de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO

Fipal Distribuidora de Veiculos Ltda, torna público que irá requerer ao I.A.P, Licença Ambiental de Instalação para Ampliação do Sistema de Tratamento do Efluente, para Comércio e varejo de automóveis e utilitários e prestação de serviços, implantado na Av. Tiradentes nº 1750, Jardim Paraíso, Município de Umuarama PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
Termo Aditivo 01/2018
REF. CONTRATO Nº 220/2016
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ES/TADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34, residente e domiciliado, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa CASTELO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 02.224.899/0002-32, com sede na AV PARANA, 109 - CEP: 87400000, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) VILMAR FRANCISCO FACCIN, portador da cédula identidade RG. nº SSP/Paraná, e do CPF nº. 426.941.679-34, RUA MARABA, 3221 - CEP: 87504941, tem entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Contrato, mediante as clausulas e condições seguintes:
Cláusula Primeira O objeto do presente contrato refere-se a Contratação de empresa destinada ao fornecimento de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza de 1ª qualidade, por um período de 12 meses. Destinado a todas as Secretarias da Administração Municipal. Conforme especificações em Anexo., da(o) Pregão 62/2016, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada.
Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão nº 62/2016, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do contrato 220/2016, tendo o mesmo a validade até 28 de fevereiro de 2018, para dar continuidade nos serviços prestados, conforme solicitação e justificativa constante em memorando 2018000092.
Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação Pregão 62/2016, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato nº 220/2016.
Cruzeiro do Oeste, 09 de janeiro de 2018.
CASTELO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Contratada
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal
Testemunhas:
1--
2 --

Termo Aditivo 02/2018
REF. CONTRATO Nº 219/2016
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ES/TADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34, residente e domiciliado, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa COMERCIO DE CARNES VERALINE LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 80.844.319/0001-32, com sede na RUA PARANA, - CEP: 87400000 - BAIRRO: CENTRO, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) JOSE LUIZ BORGES, portador da cédula identidade RG. nº SSP/Paraná, e do CPF nº. 049.976.748-93, RUA EDMUNDO MERCER, - CEP: 87502240, tem entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Contrato, mediante as clausulas e condições seguintes:
Cláusula Primeira O objeto do presente contrato refere-se a Contratação de empresa destinada ao fornecimento de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza de 1ª qualidade, por um período de 12 meses. Destinado a todas as Secretarias da Administração Municipal. Conforme especificações em Anexo. da(o) Pregão 62/2016, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada.
Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão nº 62/2016, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do contrato 220/2016, tendo o mesmo a validade até 28 de fevereiro de 2018, para dar continuidade nos serviços prestados, conforme solicitação e justificativa constante em memorando 2018000092.
Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação Pregão 62/2016, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato nº 219/2016
Cruzeiro do Oeste,09 de janeiro de 2017.
COMERCIO DE CARNES VERALINE LTDA
Contratada
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal
Testemunhas:
1--
2 --

Termo Aditivo 17/2018
REF. CONTRATO Nº 388/2017
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ES/TADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34, residente e domiciliado, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa CANTO NORTE CONSTRUÇÕES LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 23.273.736/0001-39, com sede na ROD ESTRADA VELHA BR 376, S/N - CEP: 86990000 - BAIRRO: GLEBA AQUIDABAN, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) VINICIUS PINHEIRO SCHWENGBER, portador da cédula identidade RG. nº 134360100 SSP/Paraná, e do CPF nº. 100.487.989-08, RUA PASCHOAL GIACOMINI, 516 - CEP: 86990000 - BAIRRO: VILA BRASIL , tem entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Contrato, mediante as clausulas e condições seguintes:

Cláusula: Primeira O objeto do presente contrato refere-se a Contratação de empresa por empreitada global destinado a ampliação do Prédio da Vigilância Sanitária. Conforme Planilhas e Projetos em anexo. Órgão solicitante Secretaria Municipal de Saúde, da (o) Tomada de preços 21/2017, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada.
Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Tomada de preços nº 21/2017, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do contrato 388/2017, com vencimento em 28 de dezembro de 2018, para dar continuidade nos serviços prestados, conforme solicitação e justificativa constante em memorando 2018001100.
Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação Tomada de preços 21/2017, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato nº 388/2017.
Cruzeiro do Oeste, 29 dias de setembro de 2017.
CANTO NORTE CONSTRUÇÕES LTDA-ME
Contratada
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal
Testemunhas:
1--
2 --

Termo Aditivo 29/2018
REF. CONTRATO Nº 259/2014
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ES/TADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34, residente e domiciliado, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa HIDRONOROESTE CONSTRUÇOES CIVIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 06.019.646/0001-05, com sede na RUA Do Acesso , 1230 Jardim Morada do Sol - CEP: 87507-170, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) LUCIANO DA ROSA HOFFMANN, portador da cédula identidade RG. nº SSP/ Paraná, e do CPF nº. 883.930.389-87, AVENIDA LIBERDADE, 3161 - CEP: 87507170 - BAIRRO: JARDIM IGUAÇU, tem entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Contrato, mediante as clausulas e condições seguintes:
Cláusula Primeira O objeto do presente contrato refere-se a Contratação de empresa para implantação de sistemas de abastecimento de água na área rural do município de Cruzeiro do Oeste - PR, PAC2 - 3ª ETAPA (TC/PAC 0318/2014). Órgão solicitante Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos - Divisão de Conservação. Conforme especificações em anexo., da(o) Concorrência 4/2014, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada.
Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Concorrência nº 4/2014, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do contrato 259/2014, com vencimento em 31 de Dezembro de 2018, para dar continuidade nos serviços prestados, conforme solicitação e justificativa constante em memorando 2018001211.
Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação Concorrência 4/2014, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato nº 259/2014.
Cruzeiro do Oeste, 08 de Janeiro de 2018.
HIDRONOROESTE CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
Contratada
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal
Testemunhas:
1--
2 --

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO OESTE
Rua Guaira, 2140 - (44) 3676-3422 CEP 87400-000
CRUZEIRO DO OESTE- PARANÁ

Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução nº 002/2018 de 15 de fevereiro de 2018.

SÚMULA: Aprovar o Plano de Ação AFAI da Deliberação Nº 095/2017 – CEDCA/PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal nº 005/2006, considerando a reunião realizada em sete de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Resolve:

Art. 1º- Aprovar o Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Estadual Modalidade AFAI- Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa no município de Cruzeiro do Oeste-PR.;

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ângela M. Carvalho
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO OESTE
Rua Guaira, nº 2140 - (44) 3676-3422
CRUZEIRO DO OESTE- PARANÁ

ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Conselheiros Presentes: Selma Bezerra de Souza Almeida, Eliane Correia Silva, Andressa Bandeira Tavares, Ângela Maria de Carvalho, Tatiana Longo, José Ronaldo Fernandes, Aparecida Andrade de Araújo.
Convidados: Thais Oliveira Santos, Rosângela S. Robatino, Adriana A. Barbosa Lopes. Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às 09h00min, na Secretaria Municipal de Assistência Social reuniram-se os conselheiros municipais para a reunião ordinária. A presidente do conselho agradeceu a presença de todos, passando a palavra para a senhora Selma apresentar as pautas. 01ª Pauta: Deliberação 050/2017- CEDCA/PR.- Alteração do Plano de Trabalho do Abrigo São Francisco de Assis, a técnica Aparecida elencou que que foi encaminhado projeto ao Banco de Projetos do FIA para pagamento de equipe técnica, porém solicitaram alteração no Plano de Ação, a fim de excluir o cargo de enfermeira, pois não faz parte da equipe de referência para os serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes de acordo com a NOB/RH- SUAS . Assim, foi excluso o cargo mencionado sendo colocada a função de educador. Na oportunidade a Técnica elencou que referente a deliberação 055/2017- Crescer em Família, o recurso será gerenciado pela Prefeitura Municipal, pois este vem fundo a fundo, dessa forma o abrigo aponta as necessidades e solicita a aquisição para a Prefeitura. Na sequência salientou sobre algumas deliberações que o município foi contemplado, sendo que os recursos já estão em conta, dentre elas estão: Liberdade Cidadã, Crescer em Família, Serviço de Convivência, Benefícios Eventuais e Família Paranaense, porém há necessidade da aprovação pela Câmara Municipal, visto que não havia previsão orçamentária. 2ª Pauta- Deliberação 095/2017- "AFAI – Atenção às famílias dos adolescentes internados por Medida Socioeducativa" a técnica Thais pontuou que o recurso será no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil), no qual será destinado para atender as famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas tanto de internação, como as demais medidas socioeducativas. Também informou que reuniu com a equipe técnica do CREAS na qual pontuaram a necessidade de prever cursos profissionalizantes para os adolescentes e suas famílias, bem como

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
EXTRATO DO CONTRATO nº 018/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: CLAUDIA CRISTINA RIBEIRO, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 10.854.109-1 e inscrita no CPF sob nº 063.610.279-37, residente e domiciliada à Rua Acre, 1370, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada para a função de Técnica de Enfermagem junto ao Posto de Saúde do Jardim Cruzeiro, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Data da assinatura do contrato: 05/02/2018.
Vigência do contrato: 04/08/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 019/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: GRACIELLE ALMEIDA PEREIRA, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 755.144-92 e inscrita no CPF sob nº 037.466.739-09, residente e domiciliada à Rua Florianópolis, 263, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada para a função de Técnica de Enfermagem junto ao Posto de Saúde Central, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Data da assinatura do contrato: 01/02/2018.
Vigência do contrato: 31/07/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 020/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARINALVA GONÇALVES, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 553.058-74 e inscrita no CPF sob nº 830.240.349-00, residente e domiciliada à Rua Claudete Ribas Camargo, 1261, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada para a função de Técnica de Enfermagem junto ao Hospital Municipal de Cruzeiro do Oeste, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Data da assinatura do contrato: 20/01/2018.
Vigência do contrato: 19/07/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 021/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: FABIANA ALVES LEME DA MOTA, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 001.431-02 e inscrita no CPF sob nº 020.205.161-79, residente e domiciliada à Av. Guilherme Rigolon, 1406, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada para a função de Técnica de Enfermagem junto à Clínica da Mulher, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).
Data da assinatura do contrato: 19/01/2018.
Vigência do contrato: 18/06/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 022/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: FRANCISCA DAS CHAGAS DE ARAÚJO COSTA, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 665.757-13 e inscrita no CPF sob nº 884.807.809-59, residente e domiciliada à Rua Minas Gerais, 70, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada para a função de Técnica de Enfermagem junto ao Hospital Municipal de Cruzeiro do Oeste, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Data da assinatura do contrato: 05/02/2018.
Vigência do contrato: 04/08/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 023/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: CLEIDE SEVERINO PANARO TEIXEIRA, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 556.781-48 e inscrita no CPF sob nº 871.992.549-20, residente e domiciliada à Rua Dom Pedro I, 1245, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, junto ao Hospital Municipal de Cruzeiro do Oeste, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$5.961,36 (cinco mil novecentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos)
Data da assinatura do contrato: 26/01/2018.
Vigência do contrato: 25/07/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 024/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: JÉSSICA ITIKAWA OLIVEIRA, brasileira, portadora da cédula de identidade civil sob nº 108.544.945 e inscrita no CPF sob nº 074.000.109-48, residente e domiciliada à Rua João Formicoli, 094, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços da Contratada como Nutricionista, junto ao Hospital Municipal de Cruzeiro do Oeste e ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$6.801,48 (seis mil oitocentos e um reais e quarenta e oito centavos).
Data da assinatura do contrato: 01/02/2018.
Vigência do contrato: 30/04/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 025/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto à Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Rezende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: LUCIANO VIEIRA NETTO, portador da cédula de identidade RG: 5.800.138-4 e C.P.F. sob nº. 811.528.509-97, com endereço à Av. Wenceslau Brás, n° 616, no município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
O objeto do presente Contrato refere-se à prestação de serviços do contratado para exercer a função de repórter, destinado a entrevistas de Autoridades, Servidores etc., para vinculação nas rádios municipais, junto à Secretaria Municipal de Governo.
O presente contrato reger-se-á pelo disposto no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº. 8.883/94, bem como pelas demais disposições pertinentes à mesma, conforme Termo de Dispensa por limite nº. 024/2009, anexo, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo, bem como subsidiariamente o Cód. Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de R$5.716,00 (cinco mil setecentos e dezesseis reais).
Data da assinatura do contrato: 25/01/2018.
Vigência do contrato: 24/04/2018.
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
DECRETO Nº. 040/2018
SÚMULA - Constitui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cruzeiro do Oeste-COMSEA.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SERÃO CONFERIDAS POR LEI,
DECRETA:
Art. 1º - Fica constituído em conformidade com a Lei Municipal 035/ 2003, Art. 4º, o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CRUZEIRO DO OESTE – COMSEA, com os seguintes integrantes:
Presidente: Sergio Reinaldo dos Santos
Vice- Presidente: Marli Ferrarezi Jacomini
Secretária: Cristiane Stori Ziroldo
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura
Edelcio Del Quiqui Titular
Núria Cristina Zamora Suplente
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Leandro Silvestre de Oliveira Titular
Marina Pereira da Silva Suplente
Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Marly de Leite Lara Pinto Titular
Cristiane Stori Ziroldo Suplente
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Terezinha Valkiria Mamus Titular
Selma Bezerra de Souza Almeida Suplente
Representantes do Sindicato Rural Patronal
Sergio Reinaldo dos Santos Titular
Jair Fernandes de Lima Suplente
Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Enezor Guarnieri Titular
Edna Regina Guarnieri Suplente
Representantes da Associação de Bairros
Maria da Penha dos Reis Titular
Anderson Alves Suplente
Representantes das Igrejas Evangélicas
Gessé Nunes Titular
Sidnei Gonçalves de Freitas Suplente
Representantes da Associação de Fruticultores e Hortigranjeiros
Pedro Marangoni Titular
Rogério José Mori Suplente
Representante da Igreja Católica
Luiz Fernando Alflen Titular
Marli Ferrarezi Jacomini Suplente
Representantes da Associação Comercial
Jose Célio de Oliveira Titular
Mayara Fagundes dos Santos Suplente
Representantes da Emater
Simone Chieppe Titular
Carlos Alberto Diório Suplente
Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Expirado o prazo recursal, sem que tenha havido impugnação e recursos, já adjudicado as licitantes vencedoras anteriormente, declaro homologado o presente Processo Licitatório nº 004/2018 - Pregão Presencial nº 004/2018, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para as empresas seguintes:
- CARLOS ANTONIO PEREIRA FORMOSA DO OESTE ME - CNPJ n.º: 81.669.277/0001-03
- M MARTINS SUPERMERCADOS - CNPJ n.º: 29.310.684/0001-00
A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECER CAFÉ E LEITE PASTEURIZADO A FIM DE ATENDER A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
Brasilândia do Sul-PR, 19 de fevereiro de 2018.
Marcio Juliano Marcolino
Prefeito do Município

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO OESTE
Rua Guaira, nº 2140 - (44) 3676-3422
CRUZEIRO DO OESTE- PARANÁ

capacitação para a equipe técnica. Na oportunidade, mencionou que foi assinalado no Plano de Ação, nos itens de Execução das Despesas todos os eixos de ação, sendo que o Conselho estará ciente das despesas utilizadas com o recurso. 3ª Pauta- Deliberação 107/2017- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares a técnica Selma salientou que o recurso no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) é destinado para o Conselho Tutelar, sendo que poderá ser investido em despesas com custeio, assim o colegiado formulara um Plano de Ação. Na oportunidade as conselheiras Adriana e Rosângela questionaram há possibilidade de criar um fundo de emergência, a fim de quando tiver que deslocar para outro município dispor de dinheiro em caixa e posterior prestarem contas, a técnica Selma ficou de verificar a possiblidade. 4ª Pauta- Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- o prazo para a realização das Conferências Municipais é de maio a novembro, porém será discutido na próxima reunião.5ª Pauta- Declarações do CMDCA de funcionamento das entidades socioassistenciais APMI- Associação de Proteção a Maternidade e a Infância e Abrigo São Francisco de Assis. 6ª Pauta- Escala de Férias do Conselho Tutelar- O colegiado explicou que em março os conselheiros iniciam a escala de férias, dessa forma será convocada a suplente para continuar o trabalho. Todas as pautas foram aprovadas por unanimidade por todos os presentes. E não havendo mais nada a ser discutido, foi declarada encerrada a presente reunião, e eu, Thais Oliveira Santos, Secretária Executiva, lavro esta ata, que após ser lida, colocada em apreciação e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.
Thais Oliveira Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 001/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor UILSON JOSÉ DOS SANTOS
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 001/2018, datada de 16 de Fevereiro de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor UILSON JOSÉ DOS SANTOS ocupante do cargo de Presidente desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 21/02/2018;
b) Data do fim: 23/02/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá – Pr
Objetivo do deslocamento: Para Participar do Treinamento: DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 19 de Fevereiro de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 002/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor AGOSTINHO ANDRADE SCUTERI
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 002/2018, datada de 16 de Fevereiro de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor AGOSTINHO ANDRADE SCUTERI ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 21/02/2018;
b) Data do fim: 23/02/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá – Pr
Objetivo do deslocamento: Para Participar do Treinamento: DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 19 de Fevereiro de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 003/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor HAROLDO PIRES RAMOS
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 003/2018, datada de 16 de Fevereiro de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor HAROLDO PIRES RAMOS ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 21/02/2018;
b) Data do fim: 23/02/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá – Pr
Objetivo do deslocamento: Para Participar do Treinamento: DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 19 de Fevereiro de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 004/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor EDUARDO DE SOUZA
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 004/2018, datada de 16 de Fevereiro de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor EDUARDO DE SOUZA ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 21/02/2018;
b) Data do fim: 23/02/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá – Pr
Objetivo do deslocamento: Para Participar do Treinamento: DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 19 de Fevereiro de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 005/2018
SÚMULA: Concede diária ao Senhor EDVAR VEIGA BRITO
UILSON JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município;
Considerando a solicitação de diária conforme Requisição n.º 005/2018, datada de 16 de Fevereiro de 2018;
Considerando as disposições contidas na Resolução n.º 002, datada de 28 de março de 2011;
R E S O L V E
Art. 1º. Fica concedida diária ao Senhor EDVAR VEIGA BRITO ocupante do cargo de Vereador desta Câmara Municipal, para empreender viagem de interesse do Processo Legislativo, nas seguintes condições:
a) Data de inicio: 21/02/2018;
b) Data do fim: 23/02/2018;
c) Quantidade de diária concedida: três diárias
d) Destino da viagem: Maringá – Pr
Objetivo do deslocamento: Para Participar do Treinamento: DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÃNDIA DO SUL, Estado do Paraná, 19 de Fevereiro de 2018.
UILSON JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Parana
DECRETO N.º 012/2018.
Dispõe sobre a necessidade de contratação temporária no Município e dá outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Brasilândia do Sul e especialmente da Lei n.º 551/2013 e:
Considerando a necessidade de contratação temporária para não interromper os serviços essenciais da municipalidade;
Considerando que a abertura da referidas vaga nos cargo disponível abaixo é de caráter temporário;
Considerando a Lei Municipal n.º 551/2013, que estabelece as regras para contratação temporária de pessoas para prestarem serviços junto a esta municipalidade;
Considerando a manutenção dos programas mantidos por esta municipalidade e que não podem sofrer interrupções, sob pena de bloqueio de repasses financeiros;
Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado Edital n.º 002/2018;
DECRETA:
Art. 1º. – Ficam criadas as vagas relacionadas abaixo para suprir a necessidade temporária da municipalidade não afetando as vagas criadas por lei e de provimento efetivo.
02 (duas) vagas de Professor 20 horas semanais.
Art. 2º. A contratação desses profissionais será de acordo com a Lei Municipal n.º 551/2013 e demais ditames atinentes ao Processo Seletivo Simplificado.
Parágrafo Único. As vagas que serão preenchidas trata-se de vagas temporárias, ficando proibido o preenchimento de vagas efetivas com este processo.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal "Deputado Ulisses Guimarães", aos 15 de fevereiro de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

EVERALDO KOVALSKI torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para AVICULTURA DE CORTE, a ser implantada na Estrada São Henrique, , Lotes 713-B e 714-2, Gleba São Jorge, Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 061/2018
Súmula: Concede férias regulamentares ao servidor Ailto José Picoli, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Ailto José Picoli, Casado, Portador da Carteira de Identidade RG nº 6.846.683-0, relativas ao período aquisitivo 02/01/2016 a 01/01/2017, por trinta dias, devendo entrar em gozo da mesma a partir de 21 de fevereiro de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Parana
PORTARIA Nº 45/2018
SÚMULA: Designa servidores, para desempenhar a função de FISCAL DE CONTRATOS e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E
I – Designar, os a servidores abaixo discriminados, para sem prejuízo de suas atribuições estatutárias, e sem ônus para o Município, desempenhar a função de FISCAL DE CONTRATO nas respectivas secretarias.

NOME	CPF	SECRETARIA
Wellington R. V. da Silva	076.116.289-50	Sec. Municipal de Saúde
Roseane de Souza	073.350.509-01	Sec. Mun. de Assis. Social
Viviane Cruz David	056.111.909.01	Sec. Mun. de Administração
Luiz Carlos dos Santos	916.417.995-00	Sec. Mun. de Serv. Urb. e Trans.
Sandra R. G. Da Silva	025.011.249-36	Sec. Municipal de Educação
Bruno F. de Oliveira	768.076.819-68	Departamento de Engenharia
Edson Barbieri	300.719.259-53	Sec. de Agricultura, Ind. e Com.
Walteir Lamônica dos S.	776.716.439-04	Sec. de Esportes e Turismo

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Ficando revogada a portaria 276/2017.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 19 de fevereiro de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Parana
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
PORTARIA Nº25/2018
SÚMULA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL REMUNERADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 455/1992, e, CONSIDERANDO, ainda, o requerimento datado e deferido.
R E S O L V E.
I – Concede LICENÇA ESPECIAL REMUNERADA a servidora baixo como segue:

NOME	PERÍODO	DATA
NEUSA APARECIDA DA MATA	02/01/1991 A 01/01/1996	01/02/2018 A 02/03/2018
NEUSA APARECIDA DA MATA	09/12/2005 A 08/12/2010	01/02/2018 A 02/03/2018

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Parana
DECRETO Nº 023/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 860/2017, de 26 de dezembro de 2017,
DECRETA:
Art. 1º – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2018, no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), para atendimento da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL	
08.002.08.244.1501.2.064.		MANUTENCAO DOS PROGRAMAS E SERVICOS DO CRAS	
294 - 4.4.90.52.00.00	00934	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.000,00
		Total Suplementação:	**27.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional do artigo anterior serão utilizados recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior para a fonte 934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS).
Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br
www.altoparaiso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, **NOTIFICAMOS** os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
FNDE - Salário Educação	19/02/18	20.088,79
TOTAL REPASSE		20.088,79

Alto Paraíso, 19 fevereiro de 2018.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Parana
REPUBLICAÇÃO DE PORTARIA
PORTARIA Nº44/2018
SÚMULA: Concede férias regulamentar a servidora e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E
I – Conceder férias regulamentar a servidora e que abaixo discrimina, como segue:

NOME	PERIODO	DATA
ADRIANA SEVERINO DA SILVA	2016/2017	15/02/2018 a 16/03/2018

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N.º 016/2018.
Dispõe sobre o Reenquadramento de profissionais do magistério integrantes do Quadro Próprio do Magistério de Brasilândia do Sul, dando outras providencias.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 035/2014 datada de 15 de agosto de 2014, (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Brasilândia do Sul – Pr)., Subseção II, Artigos 7º, 8º e 9º, incisos I, II, III e IV.
R E S O L V E
I – Ficam reenquadradados (as), o (as) profissionais do magistério integrante do Quadro Próprio do Magistério de Brasilândia do Sul, conforme segue:
PROFESSOR (A) EDUCAÇÃO INFANTIL:

Nome do Profissional	A Partir de	Enquadramento Atual Classe	Nível	Enquadramento Classe	Nível
ANGELA FIALHO DE JESUS	08/02/2018	C	3	C	4
ELISANE NANTES DE TOLEDO	08/02/2018	C	3	C	4

PROFESSOR (A):

Nome do Profissional	A Partir de	Enquadramento Atual Classe	Nível	Enquadramento Classe	Nível
ELENIR FERREIRA DOS SANTOS	18/02/2018	C	2	C	3

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 16 de fevereiro de 2018.

MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N° 029/2018, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018
SÚMULA: NOMEIA IGOR CAMPOS COUTINHO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM VIRTUDE DE HABILITAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais de conformidade com a Lei Complementar nº 020/2015, de 25 de fevereiro de 2015 e suas alterações e CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto através do Edital nº 32/2017, de 1º de junho de 2017; o Edital nº 37/2017, datado de 27 de junho de 2017 - Homologação do Resultado Final e o Edital nº 17/2018, de 06 de fevereiro de 2018 – Convocação do Candidato,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a partir de 19 de fevereiro de 2018, o Sr IGOR CAMPOS COUTINHO, inscrito na CI/RG sob n.º 13.065.063-5 SSP/PR e CPF sob nº 108.299.799-48, sob o Regime Estatutário, no Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – carga horária de 20 horas, com remuneração inicial de R$ 1.287,77 (hum mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), referente ao Nível B – Classe 1, da Lei Complementar nº 003, de 04 de março de 2011 e alterações posteriores.
Art. 2º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, pelo prazo de 06 (seis) meses, encerrando-se em 19 de agosto de 2019, podendo ser prorrogado por igual período no interesse da administração.
Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através da Divisão de Recursos Humanos, providenciará o assentamento nos registros funcionais em cumprimento a presente Portaria.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de fevereiro de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N° 032/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018
SÚMULA: NOMEIA HUGO HENRIQUE SERIGIOLI DIAS PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM VIRTUDE DE HABILITAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais de conformidade com a Lei Complementar nº 020/2015, de 25 de fevereiro de 2015 e suas alterações e CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto através do Edital nº 32/2017, de 1º de junho de 2017; o Edital nº 37/2017, datado de 27 de junho de 2017 - Homologação do Resultado Final e o Edital nº 17/2018, de 06 de fevereiro de 2018 – Convocação do Candidato,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a partir de 19 de fevereiro de 2018, o Sr HUGO HENRIQUE SERIGIOLI DIAS, inscrito na CI/RG sob n.º 10.040.330-7 SSP/PR e CPF sob nº 060.854.439-60, sob o Regime Estatutário, no Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – carga horária de 20 horas, com remuneração inicial de R$ 1.287,77 (hum mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), referente ao Nível B – Classe 1, da Lei Complementar nº 003, de 04 de março de 2011 e alterações posteriores.
Art. 2º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, pelo prazo de 06 (seis) meses, encerrando-se em 19 de agosto de 2019, podendo ser prorrogado por igual período no interesse da administração.
Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através da Divisão de Recursos Humanos, providenciará o assentamento nos registros funcionais em cumprimento a presente Portaria.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N° 033/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018
SÚMULA: NOMEIA LILIAN TIEMI MISAWA PARA O CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM VIRTUDE DE HABILITAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais de conformidade com a Lei Complementar nº 020/2015, de 25 de fevereiro de 2015 e suas alterações e CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto através do Edital nº 32/2017, de 1º de junho de 2017; o Edital nº 37/2017, datado de 27 de junho de 2017 - Homologação do Resultado Final e o Edital nº 17/2018, de 06 de fevereiro de 2018 – Convocação da Candidata,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a partir de 19 de fevereiro de 2018, a Srª LILIAN TIEMI MISAWA, inscrita na CI/RG n.º 7.360.996-8 SSP/PR e CPF n.º 039.335.259-50, sob o Regime Estatutário, no Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – carga horária de 20 horas, com remuneração inicial de R$ 1.287,77 (hum mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), referente ao Nível B – Classe 1, da Lei Complementar nº 003, de 04 de março de 2011 e alterações posteriores.
Art. 2º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, pelo prazo de 06 (seis) meses, encerrando-se em 19 de agosto de 2019, podendo ser prorrogado por igual período no interesse da administração.
Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através da Divisão de Recursos Humanos, providenciará o assentamento nos registros funcionais em cumprimento a presente Portaria.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 060/2018
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o teor do Art. 62 e seguintes da Lei Municipal nº 438/2010;
CONSIDERANDO o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, feito em Abril de 2015;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, nos termos do Art. 62 e seguintes, da Lei Municipal nº 438/2010, Adicional de Insalubridade, em favor do servidor Srº. Gilvanio da Silva Nobre, portador do RG nº 9.553.319-1 SSP/PR, ocupante do Cargo Motorista II, lotado na Divisão de Saúde e Vigilância Sanitária, correspondente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, a partir de 01/02/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/2018, revogando disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
VALDIR HIDALGO MARTINEZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 095/2017 ID: nº. 1563, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E CAVALINI & OLEGARIO LTDA -ME.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. Sr. JOÃO JORGE SOSSAI, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado CAVALINI & OLEGARIO LTDA.-ME, com sede Rua Rio de Janeiro, nº 169, Centro, CEP. 87.780-000, na Cidade de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, CNPJ sob nº. 08.749.882/0001-02, Inscrição Estadual sob nº. Isento, representado neste ato pelo Senhor Marcos Fernando Olegário, brasileiro, Casado, portador da C. I. R. G. sob n.º 7.336.980-1 SSP/PR e do CPF/MF sob nº. 022.822.339-30, residente e domiciliado na Rua Guerino Fávaro, nº 71, Centro, CEP. 87.780-000, na Cidade de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fins de alteração de Prazo de Execução e Valor.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de Execução do contrato a partir de 14/02/2018 até a data de 14/06/2018, sendo esse embasado no Processo Licitatório nº. 131/2017 Modalidade Dispensa nº. 31/2017 de 14/12/2017 e homologado em 14/12/2017. com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei Federal nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços originário
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (14/02/2018).
Prefeitura Municipal de Douradina – Pr — Cavalini & Olegário Ltda. -ME
João Jorge Sossai — Marcos Fernando Olegário
Contratante — Contratada
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 012/2017, ID nº 1429, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA EPP.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito noCNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO JORGE SOSSAI,a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA EPP, com escritório à Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1748, sala 205, Bairro: Cidade Monções, Cidade: São Paulo - SP, CEP 04571-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.129.497/0001-12, neste ato representada pela Supervisora Administrativa, Jéssica Ibanhes Pereira, brasileira, portador da cédula de identidade RG nº. 35.664.497-2 e CPF/MF n. 351.824.598-82, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fins de alteração de vigência e valor.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogada a vigência do contrato a partir de 16/03/2018 até a data de 16/03/2019, sendo esse embasado no Processo Licitatório nº 16/2017 na modalidade Dispensa nº 05/2017, homologada em 16/03/2017, com fundamento no artigo 57, inciso IV, da lei Federal nº. 8.666/93
CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência da prorrogação dos serviços contratados e considerando a proposta para renovação apresentada pela contratada, fica acrescido o valor de R$ 1.314,58 (um mil trezentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos),cujo pagamento será efetuado nos mesmos termos do contrato inicial.
CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (16/02/2018).
MUNICÍPIO DE DOURADINA.-PR. — Grifon Brasil Assessoria Ltda.-EPP.
João Jorge Sossai — Jéssica Ibanhes Pereira
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 062/2018
Súmula: Concede férias regulamentares ao servidor Mauricio Zanferrari Braga e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Mauricio Zanferrari Braga, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.323.744-4, relativas ao período aquisitivo 06/02/2015 a 05/02/2016, por trinta dias, a partir de 19/02/2018.
Art. 2º - Tendo em vista o Requerimento protocolado em 19/02/2018 sob o nº 039/2018 e, com base no § 4º do Art. 102 da Lei nº 438/2010, converto 30 dias de suas férias em abono pecuniário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 059/2018
Revoga Adicional de Insalubridade, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Revoga Adicional de Insalubridade do servidor Srº Adalberto Santos da Mata, Motorista, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da referência ocupada pelo profissional na Tabela de Vencimentos, a partir do dia 01/02/2018.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 142/2015.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias mês de Fevereiro do ano 2.018.
VALDIR HIDALGO MARTINEZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO 025/2017 CELEBRADO EM 06/06/2017, NA QUAL FIGURA COMO CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA, E COMO CONTRATADA A EMPRESA SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA.
Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com administração situada à Avenida Juvenal Silva Braga, 181, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.269/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Valdir Hidalgo Martinez, brasileiro, casado, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade com RG sob nº 4.145.492-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 557.410.969-72, residente e domiciliado nesta Cidade de Esperança Nova/PR, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 67.156.943/0002-60, com sede na Rodovia PR 323, KM 326, s/nº, Zona Rural, Cidade de Perobal, Estado do Paraná, representada pela Sra. Marli Aparecida Penariol de Souza, inscrito no CPF/MF nº 029.589.049-20, na qualidade de Administradora, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato de nº 025/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL
Este termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 11,75% (onze vírgula setenta e cinco por cento), no valor de R$ 31.131,60 (trinta e um mil cento e trinta e um reais e sessenta centavos), por interesse desta Administração, com base na Cláusula Terceira (Do Valor Contratual) do presente contrato, passando o valor total do contrato para R$ 296.069,35 (duzentos e noventa e seis mil e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para inclusão de rede de drenagem de galerias pluviais, entre outras alterações, conforme planilha de reprogramação e projeto anexos.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 025/2017, desde que não contrariem o que fico convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.
Esperança Nova/PR, 19 de fevereiro de 2018.
MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA/PR
Contratante
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal
SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA
Contratada
Marli Aparecida Penariol de Souza
Administradora
TESTEMUNHAS:
RG nº RG nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
TERMO ADITIVO 001/18 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 05/2017, CELEBRADO EM 03/02/2017, NO QUAL FIGURA COMO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, E COMO CONTRATADA A EMPRESA GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS.
Pelo presente TERMO ADITIVO o MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.612.269/0001-91, sediada à Avenida Juvenal Silva Braga, 181 - CEP 87.545-000, Esperança Nova, Estado do Paraná. doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob nº. 00.165.960/0001-01, sediada à Rua Joao Pessoa, 1183 – Terreo, Andar 1 e 2 – Velha, CEP: 89.036-001 – Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar o contrato celebrado em 03/02/2017, acima identificado, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para mais 12 (doze) meses, no período de 03 de fevereiro de 2018 até 02 de fevereiro de 2019.
CLÁUSULA SEGUNDA
Fica reajustado o valor contratual, por conta da perca inflacionária, no percentual de 2,07% (dois inteiros e sete milésimos por cento), em relação ao período de fevereiro de 2017 até janeiro de 2018, passando de R$ 109.259,28 (cento e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos) para R$ 111.520,92 (cento e onze mil, quinhentos e vinte reais e noventa e dois centavos), que serão pagos em 12 parcelas mensais de R$ 9.293,41 (nove mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA
As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Estando assim, justos e contratados, assinam as partes o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.
Esperança Nova, 19 de janeiro de 2018.
Prefeitura Municipal de Esperança Nova
CONTRATANTE
GovernançaBrasil S/A Tecnologia
e Gestão em Serviços
CONTRATADA
Testemunhas:
1. ____________________________
CPF
2. ____________________________
CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana
PORTARIA Nº. 47
De 19 de Fevereiro de 2018
CONSTITUI O COMITÊ DE COMBATE À DENGUE, ZIKA VIRUS, CHIKUNGUNYA E OUTRAS ENDEMIAS NO MUNICÍPIO DE DOURADINA, ESTADO DO PARANÁ.
O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1. CONSTITUIR O "COMITÊ DE COMBATE À ENDEMIAS" do município de Douradina no estado do Paraná, na forma abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde	Maria Elizabete Oliveira da Cruz
Secretaria Municipal de Educação	Ana Gil Vicentin
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Henderson Novo Heim
Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços	Pedro Mozer
Representante da Vigilância Ambiental	Valdir Honorato da Silva
Representante da Vigilância Sanitária	Ana Paula Carvalho Priore
Representante da Vigilância Epidemiológica	Sandra Aparecida Macedo de Vasconcellos
Representante do Conselho Municipal de Saúde	Adeniel Alves de Paula
Representante do PSF	Josefa Nunes Feitosa
Representante do PSF	Viviana Honorato dos Santos
Representante do PSF	Cristina Finques Sanches
Representante do Distrito Vila Formosa	João Alves Ramos
Representante do Distrito Jardim Indo Ivaí	Mario Paulo Hereck
Representante dos Conjuntos Habitacionais Moradias Pioneiras, Campodoro e Residencial Gazin	Sergio Roberto Moraes
Representante da Vila Rural João Corsini	Alessandra Maria da Silva Morico
Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	Antonio Gaspar dos Santos
Secretária	Mair Jizelma Santos Perissato
Representante da Defesa Civil	Alan Alves da Costa

2. O Comitê ora constituído será de caráter consultivo, terá a missão de acompanhar, estabelecer e desenvolver medidas de controle para combater o Aedes aegypti . Tem ainda a função de promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas e coordenadas para prevenção e enfrentamento da dengue e outras arboviroses, além de favorecer as tomadas de decisões voltadas à realização de ações educativas, preventivas e de mobilização da sociedade.
3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 430, de 25 de Outubro de 2017.
Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (19/02/2018).
JOÃO JORGE SOSSAI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
PORTARIA Nº.114/2018-Secretaria Saúde
SUMULA: Concessão de Diária
LEANDRO SILVESTRE DE OLIVEIRA, O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor Elias Gonzaga, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 01 (uma) diária valor de R$150,00 para transporte de pacientes para a cidade de Curitiba.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 19 (dezenove) DIAS DE FEVEREIRO DE 2018.
LEANDRO SILVESTRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Saúde
Marcos Gonçalves Ribeiro
Secretario Municipal de Finanças

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS
UNIDADE REQUISITANTE:
NOME BENEFICIÁRIO
Elias Gonzaga
LOTAÇÃO
Governo Municipal CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA MUNICIPAL CLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
Rua Ruy Barboza, 1564.
CPF
555.508.439-00 AGÊNCIA BANCÁRIA
3352 Nº. CONTA
20.495-2
DESTINO
Curitiba
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
16 E 17 de fevereiro de 2018 QT. DIÁRIAS
01 diária
VALOR UNITÁRIO
150,00 VALOR TOTAL
150,00 Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA

(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/___ (RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
Convite
O Conselho Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste – CMS- têm a honra de convidá-los para participarem da primeira Reunião Ordinária do ano de 2018, que se realizará no dia 21 de Fevereiro de 2018 às 15H00min, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Paraná, 693, piso superior do Banco do Brasil.
Cleicy Ferreira de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N.º 017/2018.
Dispõe sobre dispensa de Servidor em virtude de Término de Contrato de Trabalho, Processo Seletivo Simplificado (PSS), dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
I – Dispensar o Servidor abaixo relacionado de seu respectivo cargo a partir de 14 de fevereiro de 2018, em virtude de Término de Contrato de Trabalho, Processo Seletivo Simplificado (PSS).
PSS 014/2016
VIGIA
APARECIDO BEZERRA E SILVA
EDUARDO DE JESUS HERMENEGILDO
JONATHAN APARECIDO CORDEIRO
RENATO PACHECO XAVIER
ROBERTO AUGUSTO DA SILVA
II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 16 de fevereiro de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N.º 018 /2018.
Dispõe sobre disponibilização de veiculo ao Legislativo Municipal dando outras providencias.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais:
Considerando o Ofício n.º 005/2018 PCM datado de 19 de fevereiro de 2018.
RESOLVE:
I - Colocar a disposição do Legislativo Municipal de Brasilândia do Sul, o veiculo Marca Chevrolet Cobalt Placa BBL 9681, com capacidade para cinco pessoas, para se deslocar ate a cidade de Maringá para participarem de Curso/Capacitação com o tema "DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSARIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE; a se realizar nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 2018, com ônus para a Municipalidade.
Registre-se Publique-se
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 16 de fevereiro de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Parana
PORTARIA N.º 019/2018.
Dispõe sobre o Reenquadramento de profissional do magistério integrante do Quadro Próprio do Magistério de Brasilândia do Sul, dando outras providencias.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 035/2014 datada de 15 de agosto de 2014, (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Brasilândia do Sul – Pr)., Subseção II, Artigos 7º, 8º e 9º, incisos I, II, III e IV.
R E S O L V E
I – Fica reenquadradado (a), o (a) profissional do magistério integrante do Quadro Próprio do Magistério de Brasilândia do Sul, conforme segue:

PROFESSOR (A) EDUCAÇÃO INFANTIL:

Nome do Profissional	A Partir de	Enquadramento Atual Classe	Nível	Enquadramento Classe	Nível
LUZIA GOMES DE FREITAS	01/02/2018	B	2	C	2

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães"., aos 16 de fevereiro de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Parana
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 251/2014
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2014.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 060 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 404.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA a empresa DVORANEM E FERNANDES LTDA. Inscrito no CNPJ sob nº. 11.0346.15/0001-55, com sede na cidade de ALTÔNIA, neste ato representada pelo SR. .VALTER DVORANEM FERNANDES, portador do CPF nº. 863.280.779-04 e do Rg nº 035.144.519-66resolve firmar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: VIGENCIA
O 2º Termo Aditivo tem por objeto Acrescentar ao Contrato de Prestação de Serviços 251/2014, acrescentar vigência de 12 (Doze) meses para continuidade da prestação do serviços de internet, passando a mesma a vigorar de 03 de Janeiro de 2018 à 02 de Janeiro de 2019, com base na Cláusula 4ª do presente contrato amparado no § II do Art. 57 da Lei Federal 8.666/1993 .
CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor global para a Execução do objeto deste Termo Aditivo será de R$ 2.078,76 (dois mil setenta e oito reais e setenta e seis centavos) sendo pago mensalmente a importância de R$ 173,23 (cento e setenta e três reais e vinte e três centavos), divididos da seguinte forma:
Valor mensal Órgão
R$ 173,23 Sec. de Obras e Serviços Públicos (Guarnição do Corpo de Bombeiros)
CLÁUSULA TERCEIRA DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
Altônia-PR. 04 de Janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Esperança Nova, através de sua Pregoeira, torna público que se acha aberta no setor de licitações, a licitação abaixo relacionada:
PROCESSO Nº 08/2018
PREGÃO PRESENCIAL: 04/2018
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas para adequação de carreadores internos, com horas máquinas (terraceadores e pá carregadeira); aquisição de superfosfato simples e materiais para construção de cercas para proteção de mananciais e fontes, tudo em conformidade com o Plano de Trabalho do Convênio 148/2017 – SEAB.
ENTREGA DOS ENVELOPES: "PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO" E INÍCIO DA SEÇÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO, até às 09:00 horas do dia 07/03/2018, na Divisão de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Esperança Nova, situado na Av. Juvenal Silva Braga, 181, centro, Esperança Nova – PR.
AQUISIÇÃO DO EDITAL:
O edital poderá ser adquirido pessoalmente, por meio de Representante Legal, devidamente comprovado, JUNTO A DIVISÃO DE LICITAÇÕES, na Prefeitura do Município de Esperança Nova, no endereço citado acima, ou no site do Município Portal Transparência: www.esperancanova.pr.gov.br
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal, no Município de Esperança Nova, Estado do Paraná.
DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas, na Divisão de Compras e Patrimônio ou pelo fone (44) 3640 – 8000 – RAMAL 251 ou 258.
ESPERANÇA NOVA, 19/02/2018.
Vanessa Garcia Oliani Braga
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 063/20018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 264/2006,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO - FG, a partir de 01/02/2018, a servidora Srª. Rosilange Galiotti de Freitas Volpe, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.569.511-8 SSP/PR, por estar exercendo função diversa do seu cargo, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme Lei Municipal nº 264/2006.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrario em especial a portaria 127/2017.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 264/2006,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO - FG, a partir de 01/02/2018, a servidora Srª. Lucimar Dota Gonçalves, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.802.764-7- SSP/PR, por estar exercendo função diversa do seu cargo, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme Lei Municipal nº 264/2006.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 264/2006,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO - FG, a partir de 01/02/2018, a servidora Srª. Ivaide Souza da Costa dos Santos, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.243.741-0- SSP/PR, por estar exercendo função diversa do seu cargo, no percentual de 10% (dez por cento), conforme Lei Municipal nº 264/2006.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2018
Revoga Gratificação de Função da servidora Cleide Aparecida dos Santos, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica revogada Gratificação de Função da servidora Cleide Aparecida dos Santos, Auxiliar de Serviços Gerais, concedida através da portaria nº 134/2017 no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da referência ocupada pelo profissional na tabela de vencimentos.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a data 01/02/2018.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001
Ao Contrato Administrativo Nº 094/2017, firmado em 27 de junho de 2017.
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL e INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA – EPP
OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção do portal de acesso do município de Brasilândia do Sul
Alteração: Alteração do valor.
Data da assinatura deste Termo: 16/02/2018
Marcio Juliano Marcolino
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 001/2018
Processo de Licitação Nº. 001/2018
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, Estado do Paraná, torna público que realizará em sua sede, cita Rua Monte Belo, 607 - Centro, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo Menor Preço por Item, maior percentual de desconto único, objetivando REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição do abaixo especificado:
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum para o veículo oficial da Câmara Municipal de Icaraíma.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 meses, não sendo possível a prorrogação da ata de registro de preços, nos termos do art. 15, § 3o, parágrafo III, da Lei 8.666/93. E também orientação Normativa AGU n° 19.
1.1. VALOR MÁXIMO: R$ 3.861,00(três mil, oitocentos e sessenta e um reais), conforme relação com quantidade e especificações constantes no anexo I, não estando a CONTRATANTE obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não uso do total da verba, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos obedecendo ao disposto no art. 57, II da Lei 8.666/93.
PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO: imediato, a partir da assinatura do contrato.
A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 147/2014.
Não havendo proposta exclusiva de participação das MPE'S, EPP'S e MEI'S, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como tal.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação será disponibilizado para consulta, ou para aquisição em cópias impressas ou cópias em mídia digital (Pen Drive, CD, desde que fornecido pelo licitante), e no portal da transparência da Câmara Municipal de Icaraíma.
LOCAL: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Icaraíma
DATA:02 de Março de 2018
HORÁRIO: 09:00 horas
Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.
ANGÉLICA CASSIA GOMES ANTUNES DA SILVA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Parana
DECRETO N.º 4.508/2018
DATA: 19/02/2018
SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de Dispensa de Licitação.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa SO BANDEIRAS COMERCIO DE BANDEIRAS E EMBALAGENS LTDA - ME, o resultado do processo de Dispensa de Licitação 003/2018.
Art. 2º) Fica homologado o resultado do processo de Dispensa de Licitação 003/2018, em favor da empresa SO BANDEIRAS COMERCIO DE BANDEIRAS E EMBALAGENS LTDA - ME, que tem como objeto a aquisição de material informativo de combate ao escorpião, kit estojo para armazenamento de insulina e sacolinhas para distribuição de medicamentos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com vigência ate 30 de Junho de 2018.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.
Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Parana
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO n.º 013/2018
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 007/2018
DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 05 DE MARÇO DE 2018.
HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 13:45 HORAS - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - sala de Licitações.
HORÁRIO DO INICIO DA SESSÃO: 14:00 HORAS - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - sala de Licitações.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto: a seleção de proposta para Contratação de empresa, para a prestação de serviços (locação) de horas máquina com maquinários de graus pesados incluindo operadores, combustível e transporte para os locais de trabalho, de conformidade com a necessidade do município de Francisco Alves, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.
FORMA E PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: De forma imediata após a solicitação da secretaria ou departamento competente.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme serviços prestados e/ou nas demais determinações contidas no edital.
DEMAIS INFORMAÇÕES: Quaisquer esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos da comissão, diariamente, nos dias úteis das 09h:00min as 11h:00min e das 14h:min00 as 16h:00min, no endereço sito a Rua Jorge Ferreira, 627 município de Francisco Alves, Estado do Paraná, através do e-mail licitacaopmfa@hotmail.com, ou pelo endereço eletrônico: http://www.franciscoalves.pr.gov.br. A licitante interessada deverá deixar por escrito na divisão de licitação.
Francisco Alves – Pr. 19 de FEVEREIRO de 2018.
DANIEL DOS SANTOS T CHAMORRO
PREGOEIRO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 018/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL E A MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA.
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI FAZEM, de um lado MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 77.356.665/0001-67, doravante denominada LOCATÁRIO, com sede administrativa na Rua Jorge Ferreira nº. 627, Cep: 87.570-000, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. ALIRIO JOSÉ MISTURA, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.285.518-7 SSP/PR e do CPF/MF nº 710.227.089-53, residente e domiciliado a Rod PR 182, Sitio Santa Catarina, Bairro Catarinense, Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, e de outro lado, MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 75.858.506/0014-50 com sede administrativa na Avenida Pe. José Stefanello, n.º 1.032, Cep: 87.570-000, Francisco Alves, Estado do Paraná, neste ato representada pelo pároco o Sr. Pe. Cleverson Alves, portador do CPF/MF sob nº. 005.732.799-85 e cédula de identidade RG nº. 7.243.823-0 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná, CEP: 87570-000, adiante designada LOCADORA, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 018/2017 de locação de imóvel urbano, celebrado em 20/03/2017 (vinte de março de dois mil e dezessete).
CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca Iporã, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas acerca do presente instrumento, desprezadas quaisquer outros por mais privilegiados que se apresentem.
E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.
Francisco Alves - PR., 01 de fevereiro de 2018.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante
MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA
LOCADORA
PE. CLEVERSON ALVES
Pároco
Testemunhas:
DANIEL DOS SANTOS T. CHAMORRO ALESSANDRA SAYURI F. TOMAZINI
CPF: 077.076.779-57 CPF: 066.655.529-00

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 019/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL E A MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA.
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI FAZEM, de um lado MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 77.356.665/0001-67, doravante denominada LOCATÁRIO, com sede administrativa na Rua Jorge Ferreira nº. 627, Cep: 87.570-000, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. ALIRIO JOSÉ MISTURA, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.285.518-7 SSP/PR e do CPF/MF nº 710.227.089-53, residente e domiciliado a Rod PR 182, Sitio Santa Catarina, Bairro Catarinense, Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, e de outro lado, MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 75.858.506/0014-50 com sede administrativa na Avenida Pe. José Stefanello, n.º 1.032, Cep: 87.570-000, Francisco Alves, Estado do Paraná, neste ato representada pelo pároco o Sr. Pe. Cleverson Alves, portador do CPF/MF sob nº. 005.732.799-85 e cédula de identidade RG nº. 7.243.823-0 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná, CEP: 87570-000, adiante designada LOCADORA, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 019/2017 de locação de imóvel urbano, celebrado em 20/03/2017 (vinte de março de dois mil e dezessete).
CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca Iporã, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas acerca do presente instrumento, desprezadas quaisquer outros por mais privilegiados que se apresentem.
E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.
Francisco Alves - PR., 01 de fevereiro de 2018.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante
MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA
LOCADORA
PE. CLEVERSON ALVES
Pároco
Testemunhas:
DANIEL DOS SANTOS T. CHAMORRO ALESSANDRA SAYURI F. TOMAZINI
CPF: 077.076.779-57 CPF: 066.655.529-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Parana
DECRETO N.º 4.504/2018
DATA: 16/02/2018
SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo licitatório.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro o Sr. João Gilson Prado,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor das empresas CARLA CHARLISE RUIZ LOPES PAPELARIA, RP PAPELARIA LTDA, ANEZIA JANDIRA TIMOTEO ANDRADE e LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão Presencial n.º 001/2018.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório modalidade Pregão Presencial n.º 001/2018 em favor das empresas CARLA CHARLISE RUIZ LOPES PAPELARIA, RP PAPELARIA LTDA, ANEZIA JANDIRA TIMOTEO ANDRADE e LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS, cujo objeto trata da Celebração de Ata de Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de produtos os quais compõem a lista de insumos para Kits de materiais escolares destinados à distribuição a professores e alunos da rede municipal de ensino, conforme a demanda e solicitação da Administração Pública Municipal.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 16 dias do mês de Fevereiro de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 77.930.386/0001-65 E.mail. camaraicaraima@yahoo.com.br
www.icaraima.pr.leg.br
ATO DA MESA Nº 003/2018
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das prerrogativas regimentais conferidas pelo art.23, da resolução nº 006/91, art. 17, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município, atendendo ainda ao disposto na Resolução nº 001/2013, tendo em vista os requerimentos formulado pelos vereadores.
RESOLVE:
Fica os vereadores AUGUSTO LEOPOLDO HONÓRIO e JURANDIR AQUINO DA SILVA, autorizado a viajar a cidade de Maringá, Estado do Paraná, representando este Poder Legislativo nos dias 21,22 e 23 de Fevereiro de 2018,para participar do Curso: "DESAFIOS DOS GESTORES, VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES NA APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E A NECESSÁRIA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE". Local do Curso: Hotel Caiuá, Maringá-Pr, cabendo-lhe o recebimento de (03) diárias.
Após a conclusão da viagem, conforme art. 4º da Resolução de nº 001/2013, para comprovar a realização do referido deslocamento deverá os vereadores apresentar a Mesa Diretora, no prazo de vinte e quatro horas os seguintes documentos, notas de refeição, recibos de inscrição do curso e certificado do mesmo.
Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês Fevereiro de 2018.
Leandro Ferreira de Andrade
Presidente
AGNALDO ALBERTO CARDOSO
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO N.º 05/2018-PMI
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 511/2013-PMI
Aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018, como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE IVATÉ, inscrito no CNPJ sob n.º 95.640.553/0001-15, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, nesta cidade, neste ato representado pelo seu agente político, UNIVALDO CAMPANER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Peabiru, 1610, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.946.950-6/PR e CPF n.º 350.249.259-04, e de outro lado como CONTRATADA a empresa L C STUDIO DE DANÇA LTDA. ME, estabelecida na Rua Perobal, 4218, Centro, CEP 87501-300, na cidade e comarca de Umuarama, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 09.239.513/0001-24, neste ato representada por CLÁUDIA DILETA TONIAL, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.370.911-9/PR e CPF n.º 748.275.299-49, resolvem ADITAR o presente ao Contrato Administrativo n.º 511/2013-PMI:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o prazo de vigência e o valor pactuado no contrato primitivo.
CLÁUSULA SEGUNDA
Fica acrescido ao prazo de vigência constante na Cláusula Segunda do contrato primitivo mais um período de correspondente a 12 (doze) meses, que passa a ter início em 20 de março de 2018 e término em 19 de março de 2019, com fundamento no art. 57, § 4º, da Lei n.º 8.666/93.
CLÁUSULA TERCEIRA
Fica acrescido ao valor constante na Cláusula Terceira do contrato primitivo a importância de R$ 10.876,08 (dez mil oitocentos e setenta e seis reais e oito centavos), passando o valor pactuado anteriormente para R$ 58.762,71 (Cinquenta e oito mil setecentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos.)
PARÁGRAFO QUARTA
A importância acrescida de R$ 10.876,08 (dez mil oitocentos e setenta e seis reais e oito centavos), será paga em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R$ 906,34 (Novecentos e seis reais e trinta e quatro centavos), a contar de 20 de março de 2018.
CLÁUSULA QUINTA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo.
E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
MUNICÍPIO DE IVATÉ
UNIVALDO CAMPANER
Contratante
L C STUDIO DE DANÇA LTDA. ME
CLÁUDIA DILETA TONIAL
Contratada
TESTEMUNHAS:
ANDRÉ LUIS GARIBALDI
VANIA CRISTINA MARQUES PISSINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO N.º 03/2018 - PMI
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 512/2013-PMI
Aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018, como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE IVATÉ, inscrito no CNPJ sob n.º 95.640.553/0001-15, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, nesta cidade, neste ato representado pelo seu agente político, UNIVALDO CAMPANER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Peabiru, 1610, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.946.950-6/PR e CPF n.º 350.249.259-04, e de outro lado como CONTRATADA a empresa denominada EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA., com sede na Av. Tiradentes, 2680, CEP 87505-090, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 04.233.5820001-07, neste ato representada por ILIDIO COELHO SOBRINHO, portador da Cédula de Identidade n.º 651.305/PR e CPF (MF) n.º 046.473.359-68, resolvem ADITAR o presente ao Contrato Administrativo n.º 512/2013-PMI:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o prazo de vigência e o valor pactuado no contrato primitivo.
CLÁUSULA SEGUNDA
Fica acrescido ao prazo de vigência constante na Cláusula Segunda do contrato primitivo um período de correspondente a 12 (doze) meses, que passa a ter início em 26 de março de 2018 e término em 25 de março de 2019, com fundamento no art. 57, § 4, da Lei n.º 8.666/93.
CLÁUSULA TERCEIRA
Fica acrescida ao valor constante na Cláusula Terceira do contrato primitivo a importância de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), passando o valor pactuado anteriormente para R$ 129.600,00 (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais).
PARÁGRAFO ÚNICO
A importância acrescida de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), será paga em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), a contar de 26 de março de 2018.
CLÁUSULA QUARTA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo.
E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
MUNICÍPIO DE IVATÉ
UNIVALDO CAMPANER
Contratante
EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA
ILIDIO COELHO SOBRINHO
Contratada
TESTEMUNHAS:
ANDRÉ LUIS GARIBALDI
VANIA CRISTINA MARQUES PISSINI

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 010/2018
Extrato do Primeiro Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 073/2017, do Edital de Tomada de Preços nº 002/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ Nº 78.930.435/0001-22
Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada em execução de obras complementares de drenagem urbana, na Avenida Marginal, cidade de Guaíra, Paraná.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o acréscimo de percentual de valor do Contrato de Prestação de Serviços, decorrente de alteração de meta física, cujo valor total máximo é de R$ 88.421,01 (oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e um centavo).
Do Acréscimo do Valor: a contratante pagará à contratada o valor total máximo de R$ 22.004,80 (vinte e dois mil, quatro reais e oitenta centavos), correspondente ao percentual de 24,88% do valor total inicial do Contrato de Prestação de Serviços.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços inicial.
Guaíra, Paraná, 08 de fevereiro de 2018.

ADITIVO CONTRATUAL Nº 011/2018
Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 175/2017, do Edital de Pregão Presencial nº 087/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Detentor da Ata: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ Nº 78.930.435/0001-22
Objeto da Ata de Registro de Preços: contratação de empresa especializada no ramo para o fornecimento futuro de fresagem/aplicada e prestação de serviços de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente), os quais serão utilizados no recapeamento e manutenção da malha viária urbana e rural do Município de Guaíra-PR.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o acréscimo de percentual de valor da Ata de Registro de Preços, decorrente de alteração de meta física, cujo valor total máximo é de R$ 1.495.150,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta reais).
Do Acréscimo do Valor: a Contratante pagará a Contratada o valor total máximo de R$ R$ 337.787,50 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), que corresponde ao percentual de 22,56% do valor total da Ata de Registro de Preços nº 175/2017 e refere-se ao acréscimo de quantidade no item 1 do lote 2.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços inicial.
Guaíra, Paraná, 09 de fevereiro de 2018.

ADITIVO CONTRATUAL Nº 012/2018
Extrato do Primeiro Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 024/2017, da Inexigibilidade de Licitação nº 009/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: ANTÔNIO AUGUSTO SOBRINHO, CPF Nº 332.988.319-72
Objeto do Contrato: Termo de Cooperação Técnico-financeira com o artista Antônio Augusto Sobrinho, no valor de até R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, como forma de incentivo e promoção da cultura, desde que permitida visitação pública ao atelier do referido artista, em período mínimo de 04 (quatro) horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato.
Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02/03/2018 até 01/03/2019.
Do valor: A contratante pagará à contratada, pelo período aditado, o valor total máximo de R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), sendo o valor mensal de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços inicial.
Guaíra, Paraná, 14 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2018, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 006/2018
Locatário: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ Nº 75.953.521/0003-24
Objeto do Contrato: Contratação da empresa ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, que será responsável pelo fornecimento de peças e prestação de serviços a serem utilizados na manutenção/revisão do veículo VW NOVO GOL 1.0 TRENDLINE, PLACA AYQ2932, Frota 361, da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 419,59 (quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência tem início em 15 de fevereiro de 2018 e término em 15 de agosto de 2018.
Data de Assinatura: 15 de fevereiro de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, 15 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2018, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 007/2018
Locatário: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ Nº 75.953.521/0003-24
Objeto do Contrato: Contratação da empresa ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, que será responsável pelo fornecimento de materiais e prestação de serviços, os quais serão utilizados na revisão de 50.000 km do veículo VW GOL TRENDLINE 1.6, placa BBD-1531, frota 390, do Departamento Médico deste município de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 594,90 (quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência tem início em 16 de fevereiro de 2018 e término em 16 de agosto de 2018.
Data de Assinatura: 16 de fevereiro de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, 16 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2018, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 008/2018
Locatário: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ Nº 75.953.521/0003-24
Objeto do Contrato: Contratação da empresa ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, que será responsável pelo fornecimento de óleo, filtros e demais peças e serviços para a revisão de 80.000 km do veículo VW GOL TRENDLINE 1.6, placa BBD-1526, frota 391, do Departamento Médico, da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 651,95 (seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência tem início em 16 de fevereiro de 2018 e término em 16 de agosto de 2018.
Data de Assinatura: 16 de fevereiro de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, 16 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 030/2018, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 009/2018
Locatário: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ Nº 77.396.810/0007-29
Objeto do Contrato: Contratação da empresa FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, que será responsável pelo fornecimento de materiais e prestação de serviços a serem utilizados na revisão de 50.000 KM do veículo Fiat Weekend Adventure, frota nº 375, placa BAF-7567, do Departamento de Vigilância Sanitária, deste município de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 525,16 (quinhentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência tem início em 19 de fevereiro de 2018 e término em 19 de agosto de 2018.
Data de Assinatura: 19 de fevereiro de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 19 de fevereiro de 2018.

TERMO DE SUPRESSÃO Nº 001/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2017, DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 78.930.435/0001-22
Objeto do contrato: contratação de empresa especializada em execução de obras complementares de drenagem urbana, na Avenida Marginal - cidade de Guaíra, Paraná.
Objetivo do Termo de Supressão - Redução: conforme memorando em anexo com as devidas justificativas, resolvem as partes, com fundamento na Lei de Licitação em seu art. 65, REDUZIR do valor do contrato inicial o montante de R$ 22.688,14 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos), que corresponde a 20,55% do valor total máximo contratado, que é de R$ 110.425,81 (cento e dez mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicial.
Guaíra, Paraná, 14 de fevereiro de 2018.
HERALDO TRENTO / PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATE

ESTADO DO PARANÁ
Extrato de Contrato N° 01/2018
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ
Contratada: INSTITUTO FIP, CNPJ: 27.007.373/0001-40
Objeto: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização, execução, aplicação e correção de provas e apresentação do resultado ao teste seletivo da Câmara Municipal de Ivaté, conforme as condições e especificações constantes do Edital e de seus Anexos.
Valor global: R$-6.000,00 (seis mil reais)
Vigência: 12 (doze) meses (19/02/2018 a 19/02/2019)
Data: 19/02/2018
MISAEL ALVES DA SILVA
Presidente da Câmara

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
Ivaté - Paraná

ATA DE POSSE DO CONSELHO TUTELAR PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE PARA CONCLUSÃO DO QUADRIENIO GESTÃO 2016 - 2019

Aos dezenove dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, às oito horas horas e trinta minutos, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Rio de Janeiro, nº 2758, Centro, Ivaté/PR, foi realizada o Ato de Posse da Conselheira Tutelar Suplente a Senhora **Greyce Ellen Alves da Silva** a qual substituirá a Conselheira Dayane Sgaravato que se encontra afastada em função da sua Licença Maternidade. Estavam presentes neste ato, Andreia Pestana Biatto presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Prefeito Municipal Univaldo Campaner, a Secretária Municipal de Bem Estar Social a Senhora Maria Gil Campaner, o Secretário Municipal de Planejamento Fernando Pereira da Silva, o Secretário de Administração Sergio Sabino, o Procurador Jurídico Leandro Marchiani Paião, a Presidente do Conselho Tutelar Nadiele M. de Moura, as Conselheiras Tutelares Claudete Vieira dos Santos e Elaine de Fatima Rodrigues de Oliveira. A presidente do CMDCA Andreia pontuou a relevância do trabalho dos Conselheiros Tutelares, e ainda a importância de ter um Conselho Tutelar atuante e desejou boa sorte a conselheira que estava iniciando seus trabalhos. A seguir a presidente do CMDCA juntamente com o Prefeito Municipal deu posse a Conselheira Tutelar Suplente. Sendo assim Andréia finaliza o ato de posse agradecendo a presença de todos que se fazem presente. Não havendo mais nada a tratar eu Andreia Pestana Biatto lavrei a ata assino e finalizo juntamente com a assinatura dos demais presentes.

Nome	Representação	Assinatura
Andreia Pestana Biatto	Presidente CMDCA	
Univaldo Campaner	Prefeito Municipal	
Maria Gil Campaner	Sec. Mun. Bem Estar Social	
Fernando Pereira da Silva	Sec. Mun. Planejamento	
Sergio Sabino	Sec. Mun. de Administração	
Leandro Marchiani Paião	Procurador Jurídico do Município	
Nadiele M. de Moura	Presidente Conselho Tutelar	
Claudete Vieira dos Santos	Conselheira Tutelar	
Elaine F. Rodrigues de Oliveira	Conselheira Tutelar	
Greyce Ellen Alves da Silva	Conselheira Tutelar Suplente	

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA Ivaté - Paraná

RESOLUÇÃO 005/2018
Súmula: Homologa o Resultado Final da Eleição para o Cargo de Conselheiro Tutelar Suplente de Ivaté-Pr para a Conclusão do Quadriênio 2016/2019, e da outras providencias.

A comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes de Ivaté-PR para conclusão do quadriênio 2016/2019, no uso das atribuições legais conforme Resolução 017/2017 – CMDCA,

Considerando a apuração dos votos realizada no mesmo dia das eleições (18/02/2018), na Casa do Produtor Rural, situada na Rua Serra dos Dourados Nº 1545, Centro, Município de Ivaté, Estado do Paraná e considerando o fato de não ter havido impugnações ao processo de escolha e durante a apuração dos votos,

RESOLVE:

Art.1 Tornar Público o Resultado final do Pleito Eleitoral realizado no dia 18 de Fevereiro de 2018 para o Cargo de Conselheiros Tutelar Suplente de Ivaté-Pr para a conclusão do quadriênio 2016/2019, por ordem de classificação:

Resultado Final do Processo Eleitoral para o Cargo de Conselheiros Tutelar Suplente de Ivaté-Pr para a conclusão do quadriênio 2016/2019

NOME DO CANDIDATO	VOTOS OBTIDOS	CLASSIFICAÇÃO FINAL
GREYCE ELLEN ALVES DA SILVA	228	1º
ERICA APARECIDA ANTUNES DA SILVA SANTOS	77	2º
ANDERSON FERREIRA DA SILVA	56	3º
MÔNICA DOS SANTOS DUARTE	53	4º
JOÃO MIANO	21	5º

Art.2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Ivaté 19 de Fevereiro de 2018.

ANDRÉIA PESTANA BIATTO
PRESIDENTE CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº.074/2018
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E:
Art. 1.º - Conceder 03 (Três) diárias, para custear despesa de viagem para UNIVALDO CAMPANER, Prefeito municipal de Ivaté-Pr. para tratar assuntos de interesse do Município na Cidade de Curitiba Pr., junto a, Assembleia Legislativa e Casa Civil, e demais Secretarias de Estado , nos dias 20,21 e 22 de Fevereiro de 2018.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810 - Icaraíma - CEP 87530-000 - Fone: (44) 3665-8000
E-mail: planejamento@icaraima.pr.gov.br - www.icaraima.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018
OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de combustíveis (etanol, gasolina, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10), tendo como base os preços constantes da tabela oficial de preços editada pela ANP - (Agência Nacional do Petróleo) através do SLP - (Sistema de Levantamento de Preços) para a **regional Umuarama** (***coluna preço médio ao consumidor***) para abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Icaraíma - PR, conforme detalhamento e condições estabelecidas abaixo:

COMBUSTIVEIS								
ITEM	PRODUTOS	UNID	QTDE	PORCENTAGEM DE DESCONTO DA EMPRESA VENCEDORA	MARCA / DISTRIBUIDORA	VALIDADE DO REGISTRO	Nº PREGÃO	EMPRESA
1	Etanol (álcool combustível)	litro	70.000	5,7%	ALPES	12 meses	002/2018	HB COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
2	Gasolina Comum	litro	30.000	7,1%	STANG DISTRIBUIDORA	12 meses	002/2018	HB COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
3	Óleo Diesel S-500	litro	220.000	5,9%	STANG DISTRIBUIDORA	12 meses	002/2018	HB COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
4	Óleo Diesel S-10	litro	120.000	5%	STANG DISTRIBUIDORA	12 meses	002/2018	HB COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

CONDIÇÕES:

1. O fornecimento será parcelado conforme a necessidade, pelo período de 12(doze) meses, sendo a entrega dos produtos imediata após a solicitação.
2. Forma de pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da apresentação na Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, com o devido atestado de recebimento do objeto no Departamento de Finanças e mediante apresentação das certidões da empresa do INSS e FGTS que provam sua regularidade, a cada pagamento efetuado, seja ele parcelado ou não.
3. As quantidades informadas são meramente estimativas, podendo variar durante a execução do contrato, não cabendo a empresa vencedora quaisquer direitos caso não sejam atingidos o fornecimento da totalidade.
4. Os produtos/serviços deverão obedecer às normas e padrões da ABNT, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
5. Todos os documentos referentes à este processo licitatório integram a presente ata, independentemente de transcrição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº.075/2018
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E:
Art. 1.º - Conceder 04 (Quatro) diárias, para custear despesa de viagem para UNIVALDO CAMPANER, Prefeito municipal de Ivaté-Pr. para tratar assuntos de interesse do Município em Brasília DF., junto aos Ministérios de Educação e Cidades e também irá visitar os Deputados Federais para reivindicar recursos do Governo Federal para o Município , nos dias 25,26,27 e 28 de Fevereiro de 2018.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

FONE: (44) 3534-1191 – FAX: (44) 3534-1154 – E-MAIL: samae@visaonet.com.br
Rua Floriano Peixoto, 2473 – Cx. Postal: 21 - CEP: 87470-000 – MARILUZ - PR
CNPJ: 74.015.611/0001-40
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018
MODALIDADE: DISPENSA LICITAÇÃO Nº 008/2018
CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE
CONTRATADO: CUARELI E GIMENEZ LTDA
OBJETO: aquisição de combustíveis tais como: 450 litros de gasolina, 600 litros de diesel comum e 600 litros de etanol comum, para abastecer frota do SAMAE.
VALOR GLOBAL: R$ 5.773,50 (cinco mil setecentos e setenta três reais e cinquenta centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 – Dispensa de Licitação
DATA: 19 de fevereiro de 2018.
Edenilson Fernandes Reginaldo
Diretor do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017
A Câmara Municipal de Nova Olímpia, na forma estabelecida no § 4º do Artigo 9º da Lei 101/2000- Lei de responsabilidade Fiscal, e, do § 5º do artigo 36, da lei complementar nº 141/12, com a finalidade de promover a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017, torna público que será realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, as 09:00 horas, na Câmara Municipal, localizada a rua Amazonas, 700, a AUDIÊNCIA PÚBLICA, para o que, CONVOCA para participação a todos os interessados e à população em geral do Município.
Câmara Municipal de Nova Olímpia, 19 de fevereiro de 2018.
Júlio César Pradella
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

ESTADO DO PARANÁ
CONVITE
A Administração Municipal de Nova Olímpia convida a todos os munícipes e a sociedade em geral para prestigiar e participar da Audiência Pública para prestação de contas do 3º Quadrimestre do exercício de 2017 que será realizado nas dependências da Câmara Municipal de Nova Olímpia no dia 27 de fevereiro de 2018 as 09:30
JOÃO BATISTA PACHECO
PREFEITO MUNICIPAL

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

B S COMERCIO DE MADEIRAS LTDA torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para comercio varejista de madeiras e artefatos a ser implantada na Rodovia Iracema Farias, n. 15-REM KM 08, no Municipio de Altonia/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

B S COMERCIO DE MADEIRAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para comercio varejista de madeiras e artefatos instalada na Rodovia Iracema Farias, n. 15-REM KM 08, no Municipio de Altonia/PR.

CAMARA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
BALANÇO PATRIMONIAL
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2016 PERÍODO: 1 a 12 DATA EMISSÃO: 24/01/2018

PÁGINA: 1

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**10.800,00**	**13.244,11**
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.800,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	13.244,11
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**160.193,80**	**153.151,30**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
Imobilizado	160.193,80	153.151,30
Bens Móveis	85.332,49	78.289,99
Bens Imóveis	74.861,31	74.861,31
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00
TOTAL	**170.993,80**	**166.395,41**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	**0,00**	**26.297,00**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	26.297,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Juros e Encargos a Pagar	0,00	0,00
(-) Encargos Financeiros	0,00	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Juros e Encargos a Pagar	0,00	0,00
(-) Encargos Financeiros	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**0,00**	**26.297,00**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reserva de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	170.993,80	140.098,41
Resultado do Exercício	30.895,39	18.410,11
Resultados de Exercícios Anteriores	140.098,41	121.688,30
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**170.993,80**	**140.098,41**
TOTAL	**170.993,80**	**166.395,41**

ATIVO FINANCEIRO	10.800,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	10.800,00	26.297,00
ATIVO PERMANENTE	160.193,80	166.395,41	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**160.193,80**	**140.098,41**

PÁGINA: 2

Compensações

ESPECIFICAÇÃO – Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**

ESPECIFICAÇÃO – Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
01 - Recursos Ordinários / Livres	-877.138,23	-698.956,96
94 - Valores Restituíveis	877.138,23	672.659,96
TOTAL	0,00	-26.297,00

GESSICA KAUANE ZAMPRONIO
Presidente da Câmara Municipal

JOÃO CARLOS BAQUETA
CONTADOR

JACQUELINE BENETATI
CONTROLE INTERNO

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Parana
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2018 – SMED
Ref. calendário escolar para o ano letivo 2018
Registrado no memorando on-line sob o nº 173/2017
A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação e a necessidade de orientar as instituições educacionais do município de Guaíra, Estado do Pasraná, emite a presente instrução.
1. O calendário escolar para o ano letivo 2018, aprovado pelo NRE de Toledo está fundamentado na legislação educacional partindo dos princípios emanados da Instrução nº 12/2016 – SEED/SUED, Lei nº 1965/2015 do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Guaíra, Estado do Paraná, e Lei da LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional,
"Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver,"
2. O Calendário Escolar, ora definido, contempla:
I. Atividades escolares para os professores, dias letivos, porém sem carga horária para o aluno:
a) Semana Pedagógica: 01/02/2018, 01/06/2018, 25 e 26/07/2018, 01/10/2018;
b) Planejamento: 05/02/2018 e 27/07/2018;
II. 1º Semestre letivo: 01/02/2018 a 13/07/2018;
III. 2º Semestre letivo: 25/07/2018 a 21/12/2018;
IV. Início das aulas: 06/02/2018;
V. Término das aulas: 20/12/2018;
VI. Férias para os alunos: 02/01/2018 a 05/02/2018; 16/07/2018 a 29/07/2018 e 21/12/2018 a 31/12/2018;
VII. Período de férias para os professores docentes: 02/01/2018 a 31/01/2018;
VIII. Recessos concedidos aos professores nos termos do Art. 77, § 1º da Lei 1965/2015: 12 e 14/02/2018, 29/03/2018, 30/04/2018, 16 a 24/07/2018, 16/11/2018, 16 a 31/12/2018;
IX. Feriado municipal: 02/02/2018, 31/10/2018 e 14/11/2018;
X. Conselho de Classe: 05/05/2018,14/07/2018, 06/10/2018,15/12/2018;
3. O Calendário Escolar, proposto pelas instituições de ensino do município somente poderão sofrer alterações em casos excepcionais e mediante apresentação de nova proposta, em tempo hábil, mediante ofício acompanhado de justificativa, onde constem as datas a serem alteradas e as previstas para o cumprimento da exigência legal. A nova proposta somente será implantada pela instituição requerente após aprovação do respectivo Núcleo Regional de Educação.
4. Quanto ao preenchimento do Livro de Registro de Classe das instituições de ensino da rede municipal de ensino:
a) Iniciar os registros a partir do dia 01/02/2018;
b) Nos dias 01/02/2018, 01/06/2018, 25/07/2018, 26/07/2018 e 01/10/2018 no campo destinado à frequência dos estudantes, anular os espaços, no campo "Observações" registrar – Amparo Legal Deliberação nº 002/2002 – CEE/PR e no campo "Conteúdo", registrar "Semana Pedagógica";
c) Nos dias 05/02/2018 e 27/07/2018 no campo destinado à frequência dos estudantes, anular os espaços, no campo "Conteúdo", registrar "Planejamento" e no campo "Observações" registrar – Amparo Legal Deliberação nº 002/2002 – CEE/PR;
d) Os dias de Conselho de Classe (não considerados como dias letivo) registrar no campo "Observações" e no final do livro no campo "Anotações".
5. É de responsabilidade da equipe diretiva, pedagógica e docentes da instituição de ensino, nos termos dos 12 e 13 da LDBEN, cumprir, e fazer cumprir o Calendário Escolar no que se refere aos dias letivos e à carga horária.
Instrução para o Registro de Classe

Período	Dias letivo com aluno	Dias letivo sem CH/aluno		Total dias letivos
1º Bimestre	01/02/18 a 30/04/18	54	02	56
2º Bimestre	01/05/18 a 13/07/18	51	01	52
3º Bimestre	25/07/18 a 05/10/18	49	04	53
4º Bimestre	08/10/18 a 21/12/18	46	00	46
Total	200	07	207	

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Gabinete da Secretária Municipal de Educação, em 16 de fevereiro de 2018.
Franciele de Lima Danelon Jesus
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 008/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2018 - PMM – PROCESSO LICITARÓRIO nº 010/2018

O Município de Mariluz torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 26 de março do ano de 2018, na Avenida Marília n° 1920 em Mariluz , Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (***dias***)
Rua Bonfim	Pavimentação em TST	4.105,66 m2	90

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacoes_compras@mariluz.pr.gov.br ou http://mariluz.pr.gov.br/ (aba licitações). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (44) 3534-8000.

Mariluz, 19 de fevereiro de 2018.

Osmar Berton
Presidente da Comissão de Licitações
Portaria nº 021/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecções, Bordados, Preparação e Acabamentos de Roupas, Oficiais Alfaiates e Costureiras de Cianorte e Região, abaixo assinada, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, por meio do presente EDITAL, convoca todos os Trabalhadores, associados ou não, da categoria profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecções, Bordados, Preparação e Acabamentos de Roupas, Oficiais Alfaiates e Costureiras de Cianorte e Região, todos integrantes da categoria supra mencionada dos Municípios e distritos de Cianorte, Altônia, Alto Piquiri, Araruna, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guaporema, Icaraima, Indianópolis, Iporã, Ivaté, Japurá, Jussara, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, Rondon, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Vila Alta e Xambrê, para participarem de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a serem realizadas, em 1ª convocação nos dias:
23 de fevereiro de 2018, às 18:00 horas (dezoito horas) no salão da Kuka (em frente a Cocamar) na rua Manuel Joaquim Ribeiro nº 14, jardim Planalto, Altonia –PR.
24 de fevereiro de 2018, às 8;00 horas (oito horas) no Lions Clube de Pérola na rua Antônio Gonzaga S/N
24 de fevereiro de 2018, as 14:00 horas na sub sede do sindicato na rua Generino Delfino Coelho, 3148 Umuarama-PR
02 de março de 2018, as 18:00 horas (dezoito horas) na sede do sindicado de Cianorte na rua Humaitá, 918 Cianorte-PR
Para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
1. Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior;
2. Discussão e deliberação dos associados e não associados, para autorizarem, prévia e expressamente, o desconto, no mês de março de 2018, da contribuição sindical (imposto sindical), na forma do estipulado na lei 13.467/2017.
Cianorte, 20 de fevereiro de 2.018.
ELIZABETE ALVES DE MATOS
Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA OLÍMPIA-PR

RESOLUÇÃO Nº 002/2018
SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Deliberação Nº 095/2017 – CEDCA/PR, que estabelece os procedimentos do repasse de recursos no formato fundo a fundo para a modalidade "AFAI - ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES INTERNADOS POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA".
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº 666/91 de 10 de outubro de 1991, sua reformulação e alterações na Lei nº 1350 de 16 de agosto de 2017,
CONSIDERANDO, a deliberação plenária realizada no dia 15 de fevereiro de 2018, Ata nº 002/2018
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação da Deliberação Nº 095/2017 – CEDCA/PR, para solicitação de incentivo financeiro para a modalidade "AFAI - ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES INTERNADOS POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA".
Art. 2º - O valor a ser repassado será de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) fundo a fundo.
Art. 3º - O cofinanciamento deve prever ações municipais às famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas tanto de internação (prioritariamente), bem como às demais medidas (semiliberdade, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade) por intermédio dos instrumentais e do arranjo institucional do Programa Família Paranaense.
Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Nova Olímpia, 16 de fevereiro de 2018.
Adriana Simões Lima Pacheco
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE EDITAL
EDITAL Nº 004/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018
OBJETO: Contratação de Empresa(s) para Fornecimento parcelado de Materiais de Construção, Reposição e/ou Reformas em geral, para utilização na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, conforme descrição constante no anexo I, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado.
O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 75.799.577/0001-04, com sede na Avenida Higienópolis, 821, Centro, nesta cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado pelo Decreto nº 003/2018 de 03/01/2018, torna público que tendo sido detectado erro na formalização do Aviso de Licitação do Pregão Presencial nº 004/2018 de 08 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição nº 10127 do dia 09/02/2018 e no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 09/02/2018, edição nº 11.187, para que não paire nenhuma dúvida quanto a aplicação do tratamento diferenciado e privilegiado que deve ser dispensado as ME/EPP resolve:
1) Fica retificado o Edital do Processo Licitatório nº 674 deste Município relativo ao Pregão Presencial nº 004/2018, para constar que onde se lê:
EXCLUSIVO PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS
Leia-se:
LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS E COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENAS PORTE, COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA
2) Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no Edital.
Nova Olímpia, 15 de fevereiro de 2018.
José Benito Almodovas Rodrigues
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº931
De 19 de fevereiro de 2018
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial, Projeto Atividade, Categoria Econômica e Dotação Orçamentária dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício financeiro de 2018, Projeto Atividade, Categoria Econômica e Dotação Orçamentária para adequação do Orçamento Municipal as necessidades exigidas.
03.00 Secretaria de Administração
03.01 Gabinete do Secretário
0515311502.009 Manutenção da Junta de Serviço Militar
775/3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
05.00 Secretaria de Obras, Agricultura e Serv. Públicos
05.03 Divisão de Fomentos Agrop. E Meio Ambiente
2060617502.024 Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário
776/3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
05.05 Divisão de Serviços Urbanos e Posturas
0412215502.029 Manutenção de Cemitério
777/3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Fonte 00
Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
03.00 Secretaria de Administração
03.01 Gabinete do Secretário
0515311502.009 Manutenção da Junta de Serviço Militar
775/3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
05.00 Secretaria de Obras, Agricultura e Serv. Públicos
05.03 Divisão de Fomentos Agrop. E Meio Ambiente
2060617502.024 Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário
776/3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00
05.05 Divisão de Serviços Urbanos e Posturas
0412215502.029 Manutenção de Cemitério
777/3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
Fonte 00
TOTAL 30.000,00
Art. 3º Como recurso para abertura do credito anterior ficam utilizados redução parcial das seguintes dotação orçamentária:
03.00 Secretaria de Administração
03.01 Gabinete do Secretario
0412210502.004 Manutenção do Gabinete do Secretario
36/3..3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P JURIDICA 30.000,00
Fonte 00
TOTAL 30.000,00
Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº. 916/2017 com vigência de 2018 a 2021 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº. 890/2017 com vigência para 2018.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 20 de fevereiro de 2018
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Parana
NOTIFICAÇÃO Nº040/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza do passeio fronteiriço e do terreno denominado lote n° 0011 da quadra n° 0004 do Vila Herminia – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo imprrorrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra, 08 de fevereiro de 2018.
Jose Donizete Alves — Paulo Cesar Pascoal
Fiscal de Atividades Urbanas — Fiscal de Preceitos
Matricula funcional 27405-03 — Matricula Funcional 6238-1
ARY ARTHUR MENDES GONÇALVES
Rua Ananias de Castro Lima,633 – Vila Herminia – Guaíra - Pr.

NOTIFICAÇÃO Nº043/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza do passeio fronteiriço e do terreno denominado lote n° 0014 da quadra n° 0002 do Jardim Guaíra – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo imprrorrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra, 08 de fevereiro de 2018.
Jose Donizete Alves — Paulo Cezar Pascoal de Souza
Fiscal de Atividades Urbanas — Fiscal de Preceitos
Matricula funcional 27405-03 — Matricula Funcional 6238-1
JOSE DE GOUVEIA AVEIRO
Rua Osni Cella,531 – Jardim Guaíra – Guaíra - Pr.

NOTIFICAÇÃO Nº060/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza dos passeios fronteiriços e dos terrenos denominados lote n° 01 da quadra n° 054, lote n°08 e nº 09 da quadra n° 056 da Cia. Mate Laranjeira – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra-PR, 15 de fevereiro de 2.018
Jean Lucas Mendieta Nato
Fiscal de Atividades Urbanas
Matrícula funcional nº 29443-01
ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A
Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999 – Jardim Pantanal – Florianópolis/SC

NOTIFICAÇÃO Nº062/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza dos passeios fronteiriços e dos terrenos denominados lote n° 05 e lote n° 016 da quadra n° 01 do Jardim Progresso – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra-PR, 15 de fevereiro de 2.018
Jean Lucas Mendieta Nato
Fiscal de Atividades Urbanas
Matrícula funcional nº 29443-01
TOME YOSHIHARU MURATA
Rua São Pedro, 75 – Jardim Toyama – Guaíra/PR

NOTIFICAÇÃO Nº063/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza do passeio fronteiriço e do terreno denominado lote n° 011 quadra n° 06 do Parque Hortência – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra-PR, 15 de fevereiro de 2.018
Jean Lucas Mendieta Nato
Fiscal de Atividades Urbanas
Matrícula funcional nº 29443-01
ANGELA CARLA MAGNANI FERREIRA
Rua Comandante Moraes Rego, 475 – Novo Loteamento da P.M.G. – Guaíra/PR

NOTIFICAÇÃO Nº065/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza do passeio fronteiriço e do terreno denominado lote n° 05 quadra n° 012 do Parque Hortência – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra-PR, 15 de fevereiro de 2.018
Jean Lucas Mendieta Nato
Fiscal de Atividades Urbanas
Matrícula funcional nº 29443-01
ANDREA FERREIRA DOS SANTOS
Rua Louis Francescon, 555 – Parque Hortência – Guaíra/PR

NOTIFICAÇÃO Nº068/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza do passeio fronteiriço e do terreno denominado lote n° 02 quadra n° 019 do Parque Hortência – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra-PR, 15 de fevereiro de 2.018
Jean Lucas Mendieta Nato
Fiscal de Atividades Urbanas
Matrícula funcional nº 29443-01
BEATRIZ ANA BECKER
Rua Tiradentes, 505 – Parque Hortência – Guaíra/PR

NOTIFICAÇÃO Nº071/2018
Nos termos dispostos nos artigos 51, 61, 62 e 63 da lei complementar nº 03/2008 (Código de Posturas) e suas posteriores alterações fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) a efetuar a limpeza do passeio fronteiriço e do terreno denominado lote n° 10 quadra n° 11 do Jardim Dona Tereza – Guaíra/PR, de vossa propriedade, no prazo máximo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar da data da ciência ou da publicação em edital no diário oficial do Município de Guaíra-PR;
Conforme disposto no artigo 64, o descumprimento importará na aplicação de multa na razão de 05 (cinco) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra) por imóvel com área de até 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), e 10 (dez) UFGs por imóvel com área superior a 1.000,00 m2 (mil metros quadrados).
E ainda, nos termos disposto no artigo 65 da mencionada lei complementar, o não cumprimento ainda ensejará a reincidência de autuação a cada 30 (trinta) dias, até que atendido o exposto na notificação, sendo os valores dobrados a cada nova reincidência estipulado o teto de autuações em 100 (cem) UFGs (Unidade Fiscal de Guaíra).
E por fim, nos termos disposto no parágrafo único do art. 65 da mencionada lei complementar: Parágrafo único. O município de Guaíra poderá executar o serviço de roçada nos imóveis notificados e autuados, e cobrará do contribuinte o valor de 0,010 Unidades Fiscais do Município de Guaíra por metro quadrado do imóvel em questão, além das multas já estipuladas no artigo 64 do presente Código.
OBSERVAÇÃO:
1-) Valor da UFG-Unidade Fiscal de Guaíra para o ano de 2.018 = R$ 42,31 (quarenta e dois reais e trinta e um centavos).
2-) Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Fiscalização de Atividades Urbanas com o fiscal Jean Lucas Mendieta Nato através do telefone 3642 9900.
Guaíra-PR, 16 de fevereiro de 2.018
Jean Lucas Mendieta Nato
Fiscal de Atividades Urbanas
Matrícula funcional nº 29443-01
LUCIANA HONARATA PEDROSO
Rua das Palmeiras, 756 – Jardim Dona Tereza – Guaíra/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº929
De 19 de fevereiro de 2018
Autoriza a Abertura de Crédito Especial, Fonte de Recursos e Dotação Orçamentária dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro, dentro da Secretaria de Obras, Fonte de Recursos e Dotação Orçamentária destinada à execução do Convênio Nº 8850254/2017 firmado com o Governo Federal – Ministério da Integração por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social para aquisição de 02 Tratores Agrícolas novos para atenderem agricultores deste Município.
05.00 SECRETARIA DE OBRAS AGRIC. SERV. PUBL.
05.03 Divisão de Fomento Agrop e Meio Ambiente
2060617502.024 Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário
754/4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte 800 – TRATOR AGRICOLA - MI
755/4.4.90.52.00 EQUIPMANTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte 00
Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Crédito Especial no valor de R$ 301.000,00 (trezentos e um mil reais).
05.00 SECRETARIA DE OBRAS AGRIC. SERV. PUBL.
05.03 Divisão de Fomento Agrop e Meio Ambiente
2060617502.024 Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário
754/4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 300.000,00
Fonte 800 – TRATOR AGRICOLA - MI
755/4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
Fonte 00 – Recursos Ordinários Livres
TOTAL 301.000,00
Art. 3º. Como recursos para cobertura do crédito aberto através do artigo anterior ficam utilizados:
a)redução parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:
05.00 Secretaria de Obras, Agric. E Serv. Publ.
05.03 Divisão de Fomento Agrop. E Meio Ambiente
20660617502.024 Aquisição de Equipamentos Urbanismo
127/4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
Fonte 00
TOTAL 1.000,00
b) O excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 800 – TRATOR AGRICOLA - MI , conforme o contido no parágrafo 3º. Do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64 ....R$ 300.000,00
TOTAL...R$ 301.000,00
Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº. 916 com vigência de 2018 a 2021 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº. 890/2017 com vigência para 2018.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Parana
LEI Nº930
De 19 de fevereiro de 2018
Autoriza a Abertura de Crédito Especial e Suplementar, Fonte de Recursos, Projeto Atividade e Dotação Orçamentária dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Fonte de Recursos e Dotação Orçamentária destinada a adequação orçamentária.
05.00 SECRETARIA DE OBRAS AGRIC. SERV. PUBL.
05.05 Divisão de Serviços Urbanos e Posturas
1545215501.111 Politica Municipal de Resíduos Sólidos
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 781 – RESIDUOS SOLIDOS - FUNASA
Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Crédito Especial e Suplementar no valor de R$ 91.621,55 (noventa e um mil seiscentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos) para adequar o orçamento do exercício corrente com saldos das contas bancarias dos recursos recebidos no exercício financeiro de 2017.
05.00 SECRETARIA DE OBRAS AGRIC. SERV. PUBL.
05.05 Divisão de Serviços Urbanos e Posturas
1545215501.111 Politica Municipal de Resíduos Sólidos
769/4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 91.621,55
Fonte 781 – RESIDUOS SOLIDOS – FUNASA
TOTAL 91.621,55
Art. 3º Como recursos para a cobertura do credito aberto no artigo anterior fica utilizados o superávit financeiro das disponibilidades financeiras, da seguinte fonte de recursos:
Fonte 781 – RESIDUOS SOLIDOS - FUNASA..R$ 91.621,55; conforme o contido no parágrafo 3º. Do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64
TOTAL ....R$ 91.621,55
Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº. 916 com vigência de 2018 a 2021 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº. 890/2017 com vigência para 2018.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Parana
DECRETO Nº. 008/2.018.
Integrante do Concurso Público de Nº 001/2018.
SÚMULA:Nomeia a COMISSÃO EXAMINADORA, ORGANIZADORA E JULGADORAdo Concurso Público Nº 001/2018.
O Prefeito do Município de Perobal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, NOMEIA a COMISSÃO EXAMINADORA, ORGANIZADORA E JULGADORAdo Concurso Público Nº 001/2018,e dá outras providências.
RESOLVE:
Art. 1º.NOMEAR a COMISSÃO EXAMINADORA, ORGANIZADORA E JULGADORA do Concurso Público de Nº 001/2018, composta pelos profissionais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, atuarem na elaboração e aplicação das provas objetivas, correção dos gabaritos, aplicação das provas práticas avaliação dos títulos e execução do Concurso Público de Nº 001/2018.
NOME DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO E OS RESPECTIVOS CONSELHOS:
Presidente: Silvanio Ruffo LP. Nº- 9502362/DEMEC/PR;
Membro: Anselmo Luiz Pedrangelo CRC/PR. Nº- 071010/O2;
Membro: Arquimedes Gasparotto Júnior CRF-PR – Nº 10.674;
Membro: Elvis Neiva OAB/PR. Nº- 35.357;
Membro: Jaqueline de Bortoli Shirabayashi COREN/PR Nº 277.307;
Membro: Jorge Luiz Pereira de Oliveira CRMV/PR Nº 2084;
Membro: Luiz Roberto Betinardi Pedro CRP/PR. Nº- 08/03900;
Membro: Marcos Rogério Bitencourt CRM/PR. Nº- 026681;
Membro: Maria Alice Mazzei CRESS/PR. Nº- 0135;
Membro: Marielso Staudt CRO-PR-CD. Nº- 14346;
Membro: Marilene Foltran Maldonado Garcia- Professora e Pedagoga MEC/PR. Nº 15.616;
Membro: Michelle Peres dos Santos CRN/PR. Nº- 3207/08;
Membro: Roberta Fernanda Rogonni Ferrari COREN/PR Nº 277.315;
Membro: Suelen de Gaspi – Professora de Matemática RG Nº 8.202.711-4-SSP/PR;
Membro: Tito Irineu Marson MEC/PR – Nº 953/97 e CRA/PR. Nº- 15.155;
Membro: Valdívia Marques da Silva OAB/PR. Nº-12.530.
Art. 2º.Fica nomeado,Silvanio Ruffo, na função de presidente desta comissão, cabendo a ele a coordenação geral dos trabalhos.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Painel de Editais da Prefeitura Municipal, no Jornal Umuarama Ilustrado, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, Órgão Oficial do Município e nos Sites: http://www.perobal.pr.gov.br/ e http://www.ruffoconcursos.com.br
MUNICÍPIO DE PEROBAL/PR, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná
5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, pelo Órgão de Execução signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais junto à 5ª Promotoria de Justiça desta Comarca de Umuarama, com fundamento no artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, e artigo 80, da Lei Federal 8.625/93; e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal 75/93:

CONSIDERANDO:

1. Que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e do patrimônio público, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição da República de 1988 (CR/88); artigo 114, caput, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 25, IV, "a", da Lei Federal n.º 8.625/93;

2. Que são princípios norteadores da Administração Pública, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência, expressamente elencados no artigo 37, caput, da Constituição Federal, e os princípios da razoabilidade e economicidade, previstos no artigo 27, caput, da Constituição do Estado do Paraná;

3. Que restou apurado nos **Autos de Procedimento Preparatório nº MPPR-0151.17.001281-0,** que o Município de Perobal-PR contratou (Contrato nº 150/2017), por meio do procedimento de inexigibilidade de licitação nº 017/2017, a **Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD – SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD -**, para a administração da folha de pagamento dos servidores públicos ativos, da administração pública municipal, com exclusividade;

4. Que tratando-se da prestação de um serviço contratado com o Município, exige-se previamente que a Instituição Financeira seja selecionada mediante regular **procedimento licitatório,** conforme artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal;

5. Que o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, enuncia que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços,** compras e alienação e serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes [...]".*

6. Que o artigo 2º, da Lei nº 8.666/93, prevê que estão sujeitos ao procedimento licitatório todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidade da Administração Pública e particulares, onde haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;

7. Que Marçal Justen Filho, enuncia que mesmo existindo concomitante vantagem auferida por particular, aparentando liberalidade a respeito da Administração, é necessária a licitação:

> "Outra hipótese de licitação obrigatória é aquela em que a liberalidade do particular é acompanhado de interesse pessoal indissociável. Isso se passa quando o particular estiver em condições de auferir vantagens não diretamente da Administração, mas quando a terceiros. A liberalidade em favor da Administração será contrabalançada por benefício obtido no relacionamento com outros" (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Editora Dialética, São Paulo, 2002, 9ª ed., p. 46).

8. Que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entende que a contratação de Banco para a prestação de serviços, aí incluído o pagamento da folha de servidores, está sujeita à licitação:

> "A escolha da instituição financeira que movimentará os recursos públicos da Municipalidade, caso não seja banco oficial, deverá ainda ser motivada e formalizada em processo administrativo próprio. Mister, ainda, salientar, a observância dos princípios elencados no art. 37 da CF (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade) e os da economicidade e da razoabilidade, visando preservação e garantia dos recursos públicos. (TCPR - Protocolo n.º: 371665/02 - Origem: MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU - Interessado: PREFEITO MUNICIPAL – Assunto: CONSULTA – Parecer n.º: 160/02)"

9. Que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, estabelece que cabe ao Ministério Público *"promover audiências públicas e emitir relatórios, anual os especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito".*

RESOLVE RECOMENDAR,

Ao **Prefeito do Município de Perobal** que **realize**, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, regular **Procedimento Licitatório para contratação de Instituição Financeira para administração da folha de pagamento dos servidores públicos ativos, da administração pública municipal.**

Consigna-se, que a presente Recomendação não possui a força vinculante e a obrigatoriedade própria das decisões judiciais. Contudo, o seu não atendimento poderá ocasionar a adoção das medidas judiciais cabíveis;

Requisita-se, ainda, ao Prefeito de Perobal-PR, no prazo de 15 (quinze) dias, o envio de resposta a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento desta Recomendação Administrativa, com cópia dos atos praticados em seu cumprimento, sob pena de não o fazendo, no prazo fixado, ser considerada como não acolhida, ensejando a adoção das medidas cabíveis.

Com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, **requisita-se**, ainda, ao Prefeito de Perobal-PR que, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da presente, determine a publicação desta Recomendação Administrativa no Órgão de Imprensa Oficial do Município, independentemente de seu acolhimento, o que também deverá ser comprovado, no mesmo prazo acima.

Umuarama-PR, 28 de novembro de 2017.

FABIO HIDEKI NAKANISHI
Promotor de Justiça

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

Anexo I - TABELA DE VENCIMENTO: GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

GRUPO OCUPACIONAL	NIVEL	T/S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
		CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI	XXII	XXIII	XXIV	XXV	XXVI	XXVII	XXVIII	XXIX	XXX	XXXI	XXXII	XXXIII	XXXIV	XXXV
GOP/1	1-A	4.152,49	4.152,49	4.152,49	4.152,49	4.339,35	4.404,44	4.470,51	4.537,57	4.605,63	4.674,71	4.744,84	4.818,01	4.888,25	4.961,57	5.036,00	5.111,54	5.188,21	5.266,03	5.345,02	5.425,20	5.506,58	5.589,17	5.673,01	5.758,11	5.844,48	5.932,15	6.021,13	6.111,44	6.203,12	6.296,16	6.390,61	6.486,46	6.583,76	6.682,52	6.782,76	6.884,50
	1-B	4.360,13	4.425,53	4.491,91	4.559,29	4.627,68	4.697,10	4.767,55	4.839,07	4.911,65	4.985,33	5.060,11	5.136,01	5.213,05	5.291,25	5.370,62	5.451,17	5.532,94	5.615,94	5.700,18	5.785,68	5.872,46	5.960,55	6.049,96	6.140,71	6.232,82	6.326,31	6.421,21	6.517,52	6.615,29	6.714,52	6.815,23	6.917,46	7.021,22	7.126,54	7.233,44	7.341,94
	1-C	4.578,12	4.646,79	4.716,49	4.787,24	4.859,05	4.931,94	5.005,91	5.081,00	5.157,22	5.234,58	5.313,10	5.392,79	5.473,68	5.555,79	5.639,13	5.723,71	5.809,57	5.896,71	5.985,16	6.074,94	6.166,06	6.258,55	6.352,43	6.447,72	6.544,44	6.642,60	6.742,24	6.843,37	6.946,03	7.050,22	7.155,97	7.263,31	7.372,26	7.482,84	7.595,08	7.709,01

GESSICA KAUANE ZAMPRONIO
Presidente

GILMAR JOSE DE OLIVEIRA
Primeiro Secretário

Anexo I - Parte Permanente - TABELA DE VENCIMENTO: GRUPO OCUPACIONAL LEGISLATIVO

GRUPO OCUPACIONAL	NÍVEL	T/S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
		CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI	XXII	XXIII	XXIV	XXV	XXVI	XXVII	XXVIII	XXIX	XXX	XXXI	XXXII	XXXIII	XXXIV	XXXV
GOL/1	1-A	2.014,47	2.014,47	2.014,47	2.014,47	2.105,12	2.136,70	2.168,75	2.201,28	2.234,30	2.267,81	2.301,83	2.336,36	2.371,40	2.406,97	2.443,08	2.479,73	2.516,92	2.554,67	2.593,00	2.631,89	2.671,37	2.711,44	2.752,11	2.793,39	2.835,29	2.877,82	2.920,99	2.964,80	3.009,28	3.054,42	3.100,23	3.146,74	3.193,94	3.241,85	3.290,47	3.339,83
	1-B	2.115,20	2.146,93	2.179,13	2.211,82	2.245,00	2.278,67	2.312,85	2.347,54	2.382,76	2.418,50	2.454,78	2.491,60	2.528,97	2.566,91	2.605,41	2.644,49	2.684,16	2.724,42	2.765,29	2.806,77	2.848,87	2.891,60	2.934,97	2.979,00	3.023,68	3.069,04	3.115,08	3.161,80	3.209,23	3.257,37	3.306,23	3.355,82	3.406,16	3.457,25	3.509,11	3.561,75
	1-C	2.219,95	2.253,25	2.287,05	2.321,35	2.356,17	2.391,52	2.427,39	2.463,80	2.500,76	2.538,27	2.576,34	2.614,99	2.654,21	2.694,03	2.734,44	2.775,45	2.817,08	2.859,34	2.902,23	2.945,76	2.989,95	3.034,80	3.080,32	3.126,53	3.173,42	3.221,03	3.269,34	3.318,38	3.368,16	3.418,68	3.469,96	3.522,01	3.574,84	3.628,46	3.682,89	3.738,13
GOL/2	2-A	1.342,98	1.342,98	1.342,98	1.342,98	1.403,41	1.424,47	1.445,83	1.467,52	1.489,53	1.511,88	1.534,55	1.557,57	1.580,94	1.604,65	1.628,72	1.653,15	1.677,95	1.703,12	1.728,66	1.754,59	1.780,91	1.807,63	1.834,74	1.862,26	1.890,20	1.918,55	1.947,33	1.976,54	2.006,18	2.036,28	2.066,82	2.097,82	2.129,29	2.161,23	2.193,65	2.226,55
	2-B	1.410,12	1.431,27	1.452,74	1.474,53	1.496,65	1.519,10	1.541,89	1.565,01	1.588,49	1.612,32	1.636,50	1.661,05	1.685,97	1.711,25	1.736,92	1.762,98	1.789,42	1.816,26	1.843,51	1.871,16	1.899,23	1.927,72	1.956,63	1.985,98	2.015,77	2.046,01	2.076,70	2.107,85	2.139,47	2.171,56	2.204,13	2.237,19	2.270,75	2.304,81	2.339,38	2.374,47
	2-C	1.480,64	1.502,85	1.525,39	1.548,27	1.571,50	1.595,07	1.619,00	1.643,28	1.667,93	1.692,95	1.718,34	1.744,12	1.770,28	1.796,83	1.823,79	1.851,14	1.878,91	1.907,09	1.935,70	1.964,74	1.994,21	2.024,12	2.054,48	2.085,30	2.116,58	2.148,33	2.180,55	2.213,26	2.246,46	2.280,16	2.314,36	2.349,07	2.384,31	2.420,08	2.456,38	2.493,22

GESSICA KAUANE ZAMPRONIO
Presidente

GILMAR JOSE DE OLIVEIRA
Primeiro Secretário

Anexo I - TABELA DE VENCIMENTO: GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS

GRUPO OCUPACIONAL	NÍVEL	T/S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
		CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI	XXII	XXIII	XXIV	XXV	XXVI	XXVII	XXVIII	XXIX	XXX	XXXI	XXXII	XXXIII	XXXIV	XXXV
GOSG/1	1-A	1.074,38	1.074,38	1.074,38	1.074,38	1.122,73	1.139,57	1.156,66	1.174,01	1.191,62	1.209,50	1.227,64	1.246,05	1.264,74	1.283,71	1.302,97	1.322,52	1.342,35	1.362,49	1.382,93	1.403,67	1.424,72	1.446,10	1.467,79	1.489,80	1.512,15	1.534,83	1.557,86	1.581,22	1.604,94	1.629,02	1.653,45	1.678,25	1.703,43	1.728,98	1.754,91	1.781,24
	1-B	1.128,11	1.145,03	1.162,21	1.179,64	1.197,33	1.215,29	1.233,52	1.252,03	1.270,81	1.289,87	1.309,22	1.328,86	1.348,79	1.369,02	1.389,56	1.410,40	1.431,56	1.453,03	1.474,82	1.496,95	1.519,40	1.542,19	1.565,32	1.588,80	1.612,64	1.636,83	1.661,38	1.686,30	1.711,59	1.737,27	1.763,33	1.789,78	1.816,62	1.843,87	1.871,53	1.899,60

GESSICA KAUNE ZAMPRONIO
Presidente

GILMAR JOSE DE OLIVEIRA
Primeiro Secretário

ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTO MENSAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	SÍMBOLO	VENCIMENTO EM R$
Diretor Geral	CC-1	2.014,47
Procurador Jurídico	CC-2	3.705,84

GESSICA KAUANE ZAMPRONIO
PRESIDENTE

GILMAR JOSE DE OLIVEIRA
PRIMEIRO SECRETARIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 007/2018
REENQUADRA Servidora Pública Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, que o artigo 1º da Lei Complementar nº. 106 de 13 de dezembro de 2017 alteraram de 20 horas semanais para 30 horas semanais, a carga horária semanal dos cargos de Nutricionistas, que constam da estrutura básica do quadro de Provimento Efetivo de Pessoal da Prefeitura do Município de Perobal, disposta no art. 3º da Lei Complementar 090/2015;
R E S O L V E:
Art.1º - REENQUADRAR a servidora pública municipal abaixo relacionada, como segue:
Nome RG Carga Horária Nível
Cecília Hitomi Kowata 4.975.432-9 De 20hs para 30hs 46
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 09 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N°. 72/2018 de 19 de fevereiro 2018
CONCEDE AUXILIO DOENÇA e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1° - CONCEDER Benefício de Auxílio Doença em consonância com a Lei Municipal nº. 1005/2005, em favor do Servidor Publico Sr. DENILSON BASAN VISCONCINI, brasileiro, Portador do RG nº. 4.642.459-0 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, Classe IX, Padrão GA-IX, constante do quadro próprio desta municipalidade, pelo qual, encontra-se lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda; Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Receita e Cadastro; Atividade: 2.050 – Manutenção do Departamento de Receita e Cadastro; tendo em vista atestado médico comprovando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por um período de 327 (trinta) dias, contados a partir de 08 de fevereiro de 2018, sendo que os primeiros 15 (quinze) dias seu vencimento será custeado pelo Município de São Jorge do Patrocínio, ficando a partir do dia 23 de fevereiro de 2018 a cargo do Fundo de Previdência de São Jorge do Patrocínio – SERVIPREV, conforme Atestado Médico Pericial, devendo na data de 01 de janeiro de 2019 apresentar-se no local de trabalho, a fim de retomar suas atividades, ou apresentar documento que ampare o não retorno na atividade laboral.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 73/2018, de 19 de fevereiro de 2018.
AUTORIZA o pagamento de diárias e dão outras providencias.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E:
Art. 1° - AUTORIZAR em consonância com a Lei Municipal nº. 592/98, o pagamento de 04 (quatro) diárias correspondentes aos dias 19, 20, 21 e 22 de fevereiro de 2018 (segunda, terça, quarta e quinta-feira), em que o representante legal desta municipalidade, o Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, realizará viagem à Cidade de Brasília, Distrito Federal, no intuito de buscar recursos com a firmação de Convênios em benefício ao município de São Jorge do Patrocínio, junto aos consequentes segmentos: Câmara dos Deputados; Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ministério de Educação e Senado; devendo no dia 23 de fevereiro de 2018 (sexta-feira) retornar ao município de São Jorge do Patrocínio, estando disponível para atendimento a partir de 26 de fevereiro de 2018 (segunda-feira).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Pref. Carlito S. Villela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone: (44) 3677-1229
CGC/MF - 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2018
MODALIDADE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Dispensa 12/2018
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Diretor: Ramiro Cândido de Souza Junior
CNPJ – 80.907.835/00001-69
CONTRATADA: INVIOLÁVEL MONIT. TAPEJARA LTDA. - ME.
CNPJ – 17.946.291/0001-08
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção no sistema de monitoramento e alarme incluindo os materiais a serem utilizados.
VALOR: R$ 6.840,00 (seis mil, oitocentos e quarenta reais).
Tapejara, 19 de fevereiro de 2018.
Ramiro Cândido de Souza Junior EMERSON RODRIGO BRATTI
Diretor Sócio
Samae de Tapejara INVIOLÁVEL MONIT. TAPEJARA LTDA. - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2018
A Divisão de Licitação e Compras do Município de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 010/2018, visando à Contratação de empresa visando á execução de serviços de locação de máquina escavadeira hidráulica, rolo auto-propulsor, e caminhões caçamba, com o regime de horas trabalhadas, para uso na manutenção, adequação e conservação de estradas rurais do Município de Tapejara – Pr, com os quantitativos e requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência. O certame deste Aviso realizar-se-á no dia 05 de março de 2018, às 09h00min, e será regido consoante a Lei Federal nº. 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 001/06, Lei Complementar 123/06 e alterações, e com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e da Lei Estadual nº. 15.608/07, sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Tapejara, junto a Divisão de Licitação e Compras. Tapejara/PR, 19 de fevereiro de 2018. DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº. 003/2018
DAS PARTES:
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA - APMI, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
OBJETO:
O presente Termo tem por objetivo atender as ações junto aos Programas de proteção à Maternidade e a Infância de Assistência Social e de Promoção á saúde, desenvolvido pelo Entidade em parceria com a Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, Paraná.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo de Fomento é firmado com o amparo da Lei Municipal 2.154/2018 de 16 de fevereiro de 2018 publicada em 17 de fevereiro de 2018, Decreto Municipal nº. 007/2017, de 25 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, Resolução nº. 028/2011 de 06 de outubro de 2011, Instrução Normativa 61/2011 de 1º de Dezembro de 2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e suas alterações.
VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá vigência de janeiro a dezembro de 2018, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo unilateral fundamentado em razões concretas que a justifiquem, desde que aceitas por ambas as partes.
VALOR:
Os recursos orçamentários e financeiros deste Termo constitui-se na importância global de R$ 177.210,96 (cento e setenta e sete mil, duzentos e dez reais e noventa e seis centavos) a serem liberados conforme Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, no período de fevereiro a dezembro de 2018, em até 12 (doze) parcelas no valor de R$ 14.767,58 (quatorze mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente a apresentação do requerimento de transferência.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Para o cumprimento da transferência financeira prevista neste Termo, será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: Órgão: 06 – Secretaria de Assistência Social; Un. Orç.: 01 – Gabinete do Secretário: Atividade: 08.244.0041.2.090 – Manutenção e Encargos da Assistência Social; El. Despesa 3.3.50.43.99.99 – Subvenções Sociais.
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
A função de Gestor desta transferência será exercida pela Servidora Pública ocupante do Cargo Assistente Social, Sra. MARIA ALICE MAZZEI, brasileira, solteira, portadora do RG/CI nº. 909.855-0 SSP/PR, nominada através da Portaria nº. 155/2017 de 30 de janeiro de 2017.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
O Tomador dos Recursos deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos bimestralmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada bimestre a que se referem, através da Plataforma do Sistema Integrado de Transferências – SIT, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena de reprovação e devolução dos recursos financeiros recebidos.
DATA DE ASSINATURA: São Jorge do patrocínio, 19 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº. 004/2018
DAS PARTES:
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO DOS CAFEICULTORES DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – ACAFEP, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
OBJETO:
O presente Termo tem por objetivo auxiliar a produção de mudas de café no sistema de enxertia, no intuito de diminuir o custo de aquisição do milheiro de mudas pelo produtor em até 60% do valor de mercado.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo de Fomento é firmado com o amparo do Decreto Municipal nº. 007/2017, de 25 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, autorização Legislativa Municipal nº. 2.153/2018 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução nº. 028/2011 de 06 de outubro de 2011, Instrução Normativa 61/2011 de 1º de Dezembro de 2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e suas alterações.
VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses no período de janeiro à dezembro de 2017, com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo unilateral fundamentado em razões concretas que a justifiquem, desde que aceitas por ambas as partes.
VALOR:
Os recursos orçamentários e financeiros deste Termo constitui-se na importância global de R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) a serem repassados em até 12 parcelas mensais no valor de R$ 2.400,00 dois mil e quatrocentos reais, pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a apresentação do requerimento de transferência pela entidade.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Para o cumprimento da transferência financeira prevista neste Termo, será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura; Un. Orç.: 02 – Departamento de Agricultura: Atividade: 20.606.0019.2.156 – Manutenção e Encargos da Extensão Rural; El. Despesa (511) 3.3.90.39.99.99- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
A função de Gestor desta transferência será exercida pelo Servidor Público ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola Sr. CRISLEI MAREGA SPANHOL, brasileiro, portador do RG/CI nº. 6.352.777-7 SSP/PR, nominada através da Portaria nº. 155/2017 de 030 de janeiro de 2017.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
O Tomador dos Recursos deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos bimestralmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada bimestre a que se referem, através da Plataforma do Sistema Integrado de Transferências – SIT, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena de reprovação e devolução dos recursos financeiros recebidos.
DATA DE ASSINATURA: São Jorge do patrocínio, 19 de fevereiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
ATO DA MESA Nº 005/2018
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL BAIXA O SEGUINTE ATO:
Art. 1º - Fica autorizado o vereador Marcelo Rodrigues, viajar à cidade de Curitiba-PR, nos dias 21 até 23 de fevereiro de 2018, onde cumprirá agenda gabinete do Deputado Estadual Tião Medeiros, para tratar de outros assuntos de interesse da comunidade tapejarense (conforme requerimento anexo), cabendo-lhe o pagamento antecipado de 02 (duas) diárias, para cobrir as despesas com transporte, alimentação e pernoite, em conformidade com a RESOLUÇÃO nº 001/2011, promulgada por essa Casa.
Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
ROGÉRIO FRANCISCHINI MARCELO RODRIGUES
Presidente 1º Secretário
FELIPE EMANUEL PAIO DE LIMA
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná.
Integrante do Concurso Público de Nº 001/2017.

EDITAL Nº. 004/2018.

GABARITOS PRELIMINARES.

Provas Objetivas que foram aplicadas no dia 18/02/2018.

SÚMULA:
O Prefeito do Município de Nova Olímpia/PR, no uso de suas atribuições, faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que em conformidade com o Edital Nº. 001/2017 (Regulamento Especial) datado de **11/12/2017** e Edital Nº. 002/2017 que Homologou as Inscrições, datado de **18/02/2018** e dar outras providências.

RESOLVE:
Art. 1º. Tornar público os **GABARITOS PRELIMINARES** das provas objetivas, fornecidos em data de hoje, pelo Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público Nº. 001/2017, aplicado no dia **18/02/2018,** e a convocação para o **ATO PÚBLICO.**

Art. 2º. Ficam convidados os candidatos e a quem interessar possa, para a identificação dos candidatos, em **ATO PÚBLICO.**

Art. 3º. O ATO PÚBLICO será realizado no dia **02/03/2018,** com início às 08h30m, nas dependências do Anfiteatro do Centro Cultural Professor Alcides Afonso dos Santos, na Praça da República no Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná.
Art. 4º. Os malotes e os envelopes lacrados contendo as fichas de identificação dos candidatos estão em posse do Presidente da Comissão Especial do Concurso Público, e serão abertos no **ATO PÚBLICO** pelo Presidente da Comissão Examinadora, para que sejam conhecidos os candidatos e suas devidas notas, após serão feitos os critérios de desempate, onde serão lançados em Folha Ata.
Art. 5º. Após a divulgação deste Edital, no SITE www.ruffoconcursos.com.br o candidato que desejar interpor recurso contra as questões das provas objetivas disporá de 03 (três) dias úteis, a contar do dia da sua aplicação. O recurso deverá conter argumentação lógica e consistente, indicando, precisamente, a questão ou ponto sobre o qual versa a reclamação, direcionado ao Presidente da Comissão Examinadora.
5.1- Protocolo eletrônico:
No endereço: E-mail - ruffo.concursos@bol.com.br

Art. 6º. Não será computada a questão que tenha mais de uma marcação no gabarito, emenda ou rasura, ainda que legível.

Art. 7º. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões objetivas, porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiverem na correção inicial.

Art. 8º. Serão rejeitadas as revisões e/ou recursos que não estiverem redigidos a termo, bem como os requerimentos que forem apresentados fora do prazo e forma determinados.
Art. 9º. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Examinadora, mediante requerimento assinado, escaneado em PDF com boa resolução e encaminhado através de e-mail, para ruffo.concursos@bol.com.br

9.1- Não serão aceitos os recursos interpostos por foto, WhatsApp, fac-símile (fax), telegrama ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital;

9.2- Não serão aceitas cópias de recursos elaborados e enviados por outro candidato, neste caso o recurso não será acatado.

9.3- Informações que deverão conter nos recursos:
- Nome completo, número de inscrição e assinatura por extenso do candidato;
- Indicação do Concurso Público que concorreu;
- Indicação da matéria da prova e/ou das questões envolvidas;
- Objeto do pedido e exposição de **argumento com fundamentação lógica;**
- Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo e os que não contenham todos os dados acima descritos;
- Não serão aceitos os recursos interpostos por foto, fac-símile (fax), telegrama, WhatsApp ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital;
- Não serão aceitas cópias de recursos elaborados e enviados por outro candidato, neste caso o recurso não será acatado;
- **Se o candidato tiver mais que uma questão contestada, deverá enviar num só recurso.**

CARGO PÚBLICO – AGENTE TRIBUTÁRIO I.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	A	B	D	C	A	B

Matemática:

1	2	3	4	5
B	C	D	A	D

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
B	B	B	A	B	C	D	C	A	B	A	A	D	D	C	B	B	D	C	B	C	A	D	A	B

CARGO PÚBLICO – AUXILIAR ADMINISTRATIVO I.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	B	A	B	D	C	A	B

Matemática:

1	2	3	4	5
B	C	D	A	D

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	D	A	B	B	A	D	C	D	B	B	B	A	B	B	C	D	B	D	C	D	D	D	D

CARGO PÚBLICO – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	A	C	B	D	C	B	D	A	B

Matemática:

1	2	3	4	5
C	A	D	B	C

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	A	D	D	B	D	A	D	A	C	B	A	B	D	C	B	D	A	C	A	B	D	A	C

CARGO PÚBLICO – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	A	C	B	D	C	B	D	A	B

Matemática:

1	2	3	4	5
C	A	D	B	C

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	C	D	B	A	D	C	A	B	D	A	C	A	B	C	D	D	A	B	A	C	D	B	A

CARGO PÚBLICO – ENFERMEIRO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	C	D	B	C	A	D	B	D

Matemática:

1	2	3	4	5
C	B	A	B	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	C	B	B	A	D	C	C	A	D	C	A	A	C	C	B	A	D	D	A	C	B	B	D	C

CARGO PÚBLICO – FARMACÊUTICO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	C	D	B	C	A	D	B	D

Matemática:

1	2	3	4	5
C	B	A	B	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	B	D	A	C	D	B	A	C	B	D	C	A	D	C	C	D	A	A	C	C	D	B	C	A

CARGO PÚBLICO – FISIOTERAPEUTA.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	C	D	B	C	A	D	B	D

Matemática:

1	2	3	4	5
C	B	A	B	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	D	B	C	C	B	B	B	B	D	C	A	C	C	B	D	C	A	A	C	C	A	D	C

CARGO PÚBLICO – FONOAUDIÓLOGO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	B	D	A	D	C	B	B	A

Matemática:

1	2	3	4	5
C	B	A	B	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
B	C	A	B	D	C	D	D	A	B	D	C	D	A	B	B	A	D	B	B	D	C	B	C	A

CARGO PÚBLICO – MÉDICO PEDIATRA .

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	B	D	A	D	C	B	B	A

Matemática:

1	2	3	4	5
C	D	C	A	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	A	B	C	D	A	D	B	A	C	D	B	C	C	B	A	C	D	C	D	C	A	A	D	B

CARGO PÚBLICO – MOTORISTA – CNH CATEGORIA"D".

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	D	A	C	B	A	C	D	B	A

Matemática:

1	2	3	4	5
A	D	B	C	B

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	D	D	A	C	B	B	D	D	D	A	A	A	D	A	C	B	D	D	A	C	C	D	D	C

CARGO PÚBLICO – NUTRICIONISTA.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	B	D	A	D	C	B	B	A

Matemática:

1	2	3	4	5
C	D	C	A	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	B	C	A	D	D	C	D	B	B	D	A	A	A	A	B	C	D	B	A	B	C	C	B	A

CARGO PÚBLICO – OPERADOR DE MÁQUINA I – CNH CATEGORIA "C"..

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	D	B	A	B	D	A	C	B

Matemática:

1	2	3	4	5
D	A	C	B	C

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	A	A	D	A	C	B	D	D	A	C	C	D	D	C	A	D	D	A	C	B	B	D	D	D

CARGO PÚBLICO – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	D	A	B	C	A	A	D	D	D

Matemática:

1	2	3	4	5
B	B	D	C	D

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	A	B	C	A	B	D	A	D	C	B	C	B	A	A	D	D	C	D	C	C	C	A	B

CARGO PÚBLICO – PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	B	A	D	D	D	D	A	A	D

Matemática:

1	2	3	4	5
D	C	B	B	B

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	C	C	C	A	D	B	C	A	C	B	A	D	B	D	A	C	A	C	A	D	A	B	D	A

CARGO PÚBLICO – PSICÓLOGO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	B	D	A	D	C	B	B	A

Matemática:

1	2	3	4	5
C	D	C	A	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
B	D	B	D	D	C	A	D	C	A	A	B	D	D	C	B	A	C	A	D	C	A	C	B	C

CARGO PÚBLICO – SUPERVISOR DE SERVIÇOS URBANOS E RODOVIÁRIO.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	B	C	A	C	A	B	C	D

Matemática:

1	2	3	4	5
C	B	A	D	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A	B	C	A	D	B	D	A	B	A	D	B	B	A	B	B	A	B	D	B	B	A	C	A	D

CARGO PÚBLICO – TELEFONISTA.

Língua Portuguesa:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	B	C	A	C	A	B	C	D

Matemática:

1	2	3	4	5
C	B	A	D	A

Conhecimentos Específicos:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	D	B	A	D	B	A	D	C	C	B	C	A	B	B	C	A	C	D	A	B	A	C	A	D

Art. 10. Após a publicação deste Edital, no prazo de 03 (três) dias úteis da respectiva publicação, o candidato interessado, poderá recorrer ou impugnar este Edital, interpor recurso, em requerimento fundamentado, endereçado ao Presidente da Comissão Especial do Concurso, protocolado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, informando precisamente as razões do recurso ou da impugnação, e não havendo impugnação por parte de nenhum candidato inscrito e nem alteração das respostas no gabarito, esta homologação se torna oficial.

Art. 11. As dúvidas eventualmente existentes e os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso, ad-referendum do Prefeito Municipal.

Art. 12. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação no Painel de Editais da Prefeitura Municipal, no Jornal Umuarama Ilustrado, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, Órgão Oficial do Município de Nova Olímpia/PR e nos Sites: http://www.novaolimpia.pr.gov.br/ e http://www.ruffoconcursos.com.br/

Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, 19 de fevereiro de 2018.

JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 035/2018
CONCEDE Progressão Funcional de Vencimentos a Servidora.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 25. alínea "d" da Lei Complementar 090/2015 de 18 de novembro de 2015.
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER Progressão Funcional de Vencimentos por Titulação, por ter concluído o curso de Pós-Graduação em nível de especialização a Servidora abaixo relacionada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando revogada a Portaria nº 098/2016, a partir de 05 de fevereiro de 2018 como segue:
NOME RG De Nível Para Nível
Cecília Hitomi Kowata 4.975.432-9 46 52
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 036/2018
Promove Professores por Progressão Funcional de uma classe para outra no mesmo nível.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº. 041, de 11 de agosto de 2010,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica promovido a partir de 01 de março de 2017, por Progressão Funcional de uma classe para outra no mesmo nível, os Professores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nos níveis e classes como segue:
Nº. NOME RG Do Nível e Classe Para Nível e Classe
01 Irene da Silva Mendes 3.714.343-0 Nível C Classe 2 Nível C Classe 3
02 Lana Karla de Alvarenga Barradas 6.389.521-0 Nível C Classe 2 Nível C Classe 3
03 Sandra Pereira de Souza dos Reis 5.089.350-2 Nível C Classe 2 Nível C Classe 3
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 037/2018
Altera Adicional por Tempo de Serviço
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º ALTERAR O PERCENTUAL DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO da Educadora Infantil abaixo relacionada, passando de 05% (cinco por cento) para 06% (seis por cento), a partir de 01 de fevereiro de 2018.
Nº. NOME RG
01 Maria Alice Silva Rodrigues 6.392.048-7
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 038/2018
DESIGNA a professora ELIZETE ALVES DOS REIS DROHSON.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O LV E:
Art. 1º. DESIGNAR a professora ELIZETE ALVES DOS REIS DROHSON, portadora da Cédula de Identidade nº. 9.709.357-1 SSP/PR, para exercer as funções de Coordenação Pedagógica no Ensino Fundamental, Sala de Apoio e Sala de Recursos, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2018.
Art. 2º. CONCEDER a ora designada gratificação pelo exercício das funções de Coordenação Pedagógica no Ensino Fundamental, Sala de Apoio e Sala de Recursos, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico da carreira estabelecido no Nível B, Classe 01, a partir de 01 de fevereiro de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 039/2018
Concede licença Maternidade.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença Maternidade à servidora pública municipal KELLEN PATRICIA COLOGNESI DE OLIVEIRA GUELSI, portadora da Cédula de Identidade Nº. 9.320.555-3 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de seus vencimentos, no período de 08/02/2018 a 07/06/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 040/2018
DESIGNA a professora MARIA IVONE DA MATA DOS SANTOS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O LV E:
Art. 1º. DESIGNAR a professora MARIA IVONE DA MATA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.629.328-0 SSP/PR, para exercer as funções de Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Dimas Miranda, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2018.
Art. 2º. CONCEDER a ora designada gratificação pelo exercício das funções de Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Dimas Miranda, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico da carreira estabelecido no Nível B, Classe 01, a partir de 02 de fevereiro de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 041/2018
Concede licença para tratamento de Saúde.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de Saúde a servidora pública municipal SELMA FERREIRA MOHR DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade Nº. 33.290.536-6 SSP/SP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/02/2018 a 12/02/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 042/2018
CONVOCA Professores para Jornada Suplementar.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O LV E:
Art. 1º. CONVOCAR a abaixo relacionada, para exercer a função de professor, em regime de jornada suplementar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que será remunerada com base no vencimento inicial da carreira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de julho de 2018, conforme se especifica:
Nº. NOME RG:
01 TAYLIZE MAZIERO DELMONICO 9.280.807-6
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 043/2018
CONVOCA Professores para Jornada Suplementar.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O LV E:
Art. 1º. CONVOCAR os abaixo relacionados, para exercerem a função de professor, em regime de jornada suplementar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que será remunerada com base no vencimento inicial da carreira, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, conforme se especifica:
Nº. NOME RG:
01 ELIZETE ALVES DOS REIS DROHSON 9.709.357-1
02 ELSA DA SILVA MEIRA LEME 4.425.703-3
03 GRACIELE GUILHERME CASTANHO BELEZI 9.439.743-0
04 JACIARA PEREIRA LEAL 10.837.020-3
05 MARTA APARECIDA CARNIEL MONTEIRO 1.723.506
06 ROZANI PEREIRA DE MORAIS ALMEIDA 6.071.569-6
07 ROZIANE MENDES SETE 6.929.246-1
08 SANDRA MARIA DOS SANTOS TRINDADE 7.303.599-6
10 VALDETE MARIA MERLINI DE ALBUQUERQUE 4.368.269-5
11 VERIMONIA CASAVECHIA FIGUEIREDO 7.607.621-9
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 044/2018
Concede Progressão Funcional de Vencimentos a Servidores.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 25. Inciso "I" da Lei Complementar 090/2015 de 18 de novembro de 2015.
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER Progressão Funcional de Vencimentos por Tempo de Serviço aos Servidores abaixo relacionados, a partir de 04 de fevereiro de 2018 como segue:
NOME RG De Nível Para Nível
Antonio Alves da Silva 3.066.064-1 24 25
Antonio Alves da Silva I 4.412.059-3 26 27
Jose Carlos Correia de Assis 8.865.275-4 26 27
Rosenilda de Magalhães Santos Ferreira 8.919.343-5 04 5
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 045/2018
Concede Progressão Funcional de Vencimentos a Servidores.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 25. Inciso "I" da Lei Complementar 090/2015 de 18 de novembro de 2015.
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER Progressão Funcional de Vencimentos por Tempo de Serviço dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a partir de 02 de fevereiro de 2018 como segue:
NOME RG De Nível Para Nível
Alessandra Marchi 6.379.200-4 46 47
Florindo Marchi 1.807.634 33 34
Levi da Silva Moreira 3.404.089-2 33 34
Luzia Fernandes Almancio 6.929.314-0 17 18
Maria Luzinete Maciel de Góis dos Santos 7.156.043-0 10 11
Maria Neusa Manduca da Silva 6.457.002-1 9 10
Moacir da Silva Santos 3.529.537-2 17 18
Soninha Sueli Merlini 4.497.817-2 11 12
Zenilda Rosa dos Santos Barbosa 5.839.027-5 9 10
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 046/2018
Relota Servidora Pública Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. RELOTAR a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, da Secretaria Municipal de Administração, para Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2018, como segue:
Nº. NOME RG
01 LETICIA DE JESUS DA SILVA 10.615.993-9
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SAMU 192
NOROESTE PR

CIUENP

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

Portaria nº 33/2018

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – **CIUENP**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **INGRID ELLEN VIEIRA PRETTI RONQUIM**, brasileira, casada, funcionária pública, portadora da Cédula de Identidade de RG nº 8.060.591-9/SSP-PR e inscrita no CPF sob o nº 035.807.519-05, já ocupante do emprego público de Auxiliar Administrativo, 40 (quarenta) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 52/2013 - CIUENP e lotada na Sede Administrativa do CIUENP, para ocupar cumulativamente o Cargo em Comissão de Coordenadora do Controle Interno, conforme disposto no Anexo I do Estatuto do **CIUENP**, a partir do dia 02/01/2018 até o dia 31/12/2018.

Art. 2º - A título de remuneração, a ora nomeada receberá gratificação no importe de 50% (cinquenta por cento) sobre seu piso salarial base, isto nos termos do estabelecido na Cláusula nº 39, do Estatuto do CIUENP, bem como no Anexo I do Estatuto do Consórcio Público.

Art. 3º - A citada nomeação para ocupar o cargo em comissão não prejudicará o exercício do emprego público concursado da ora nomeada.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2018.

Umuarama/PR, 07 de fevereiro de 2018.

ALMIR DE ALMEIDA
Presidente do CIUENP

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810 - Icaraíma - CEP 87530-000 - Fone/Fax: (44) 3665-8000/8001
E-mail: planejamento@icaraima.pr.gov.br - www.icaraima.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO (PRESENCIAL) REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018
OBJETO: Celebração de Ata de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de produtos os quais compõem a lista de insumos para Kits de materiais escolares destinados à distribuição a professores e alunos da rede municipal de ensino, conforme a demanda e solicitação da Administração Pública Municipal, tudo de acordo com o Termo de Referencia Anexo I do Edital, conforme detalhamento e condições estabelecidas abaixo:

LOTE I KITs - ALUNO ENSINO FUNDAMENTAL

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT. DE KITs	VALOR UNITÁRIO DA PROPOSTA DA PROPONENTE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE	MARCA	VALIDADE DO REGISTRO	Nº PREGÃO	EMPRESA
	KIT ESCOLAR DO ALUNO ENSINO FUNDAMENTAL CONTENDO:	**600**						
1	**01 UNID.** Caderno brochura; capa dura 48 folhas; Azul; formato 140 mm x 202 mm; Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 3,35	R$ 3,35	PANAMERICANA	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
2	**01 UNID.** Caderno brochura; capa dura 96 folhas; verde; formato 200mm x 275 mm; produto com certificado do INMETRO.	1	R$ 8,08	R$ 8,08	PANAMERICANA	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
3	**02 UNID**. Cadernos espiral universitário Capa Dura com estampas variadas 1x1 - 80 Folhas; Formato 200mm x 275mm.	2	R$ 6,65	R$ 13,30	PANAMERICANA	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
4	**01 UNID.** Caderno desenho milimetrado capa dura 96 folhas; espiral, sem seda. Formato 275 mm x 200mm.	1	R$ 12,31	R$ 12,31	TILIBRA	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
5	**01 UND.** Apontador com deposito, produto com fabricação nacional com lamina em aço temperado, depósito coletor em material ABS : prático e resistente medindo 6cm x 2,5cm x 1,5cm , na cor neon, produto atendendo as normas da ABNT/NBR 15236.	1	R$ 4,14	R$ 4,14	FABER CASTELL	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
6	**01 UND**. Borracha branca; macia, especial para apagar escrita a lápis; composto pvc, cargas inertes, pigmentos e estabilizantes atóxicos; medindo aproximadamente 43mm x 21mm x 12mm.	1	R$ 0,99	R$ 0,99	MERCUR	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
7	**1 UNID.** COLA BRANCA com no mínimo 100g, lavável, composição: resina de pva, produto atóxico; pronto para uso, alto teor de sólidos, a embalagem (frasco) deve ser de fonte sustentável pet 100% reciclado, frasco retangular, bico aplicador econômico com boca de 1mm, tampa com respiro, a vedação da tampa deve ser eficiente para evitar o vazamento do produto/evaporação. Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 3,60	R$ 3,60	ACRILEX	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
8	**01 CX.** Lápis de cor com 12 unidades nas cores rosa claro, rosa, vermelho, laranja, amarelo, marrom claro, marrom, verde claro , verde, azul, azul cobalto e preto, formato sextavado medindo 175mm, entre faces 6,9 a 7,2mm, diâmetro da mina 2,6mm , composto por pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras , madeira reflorestada, produto ecologicamente correto, atóxico, fabricação nacional certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT – NBR 15236 e detentor do Selo de Certificação Ambiental que comprove o manejo florestal sustentavel e que o produto vem de um processo produtivo ecologicamente adequado (exemplo: FSC).	1	R$ 14,68	R$ 14,68	FABER CASTELL	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
9	**01. UNID.** Régua transparente, tam: 30cm, resistente, de polipropileno, escala milimétrica e graduada. 30 X 3,5 mm	1	R$ 2,17	R$ 2,17	ACRIMET	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
10	**01 UND.** Tesoura escolar 13cm com régua; com pontas arredondadas, cabo confeccionado em material emborrachado e laminas em aço inox fixada por parafuso; produto certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT - NBR 15236.	1	R$ 5,02	R$ 5,02	MASTERPRINT	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
11	**02 UND.** Lápis preto escolar nº 2 sextavado apontado, composto por resinas, pigmentos e ceras, medindo 17,4cm; produto com certificado do INMETRO e em conformidade com a norma ABNT - NBR 15236.	2	R$ 0,88	R$ 1,76	BIC	12 MESES	001/2018	CARLA CHARLISE R L PAPELARIA
	Obs: O kit escolar deverá ser montado individualmente embalado em plástico termoplástico e lacrado a quente.Os kits deverão ser acondicionado em caixas de papelão com no máximo 10 kits por caixa.							
	VALOR TOTAL DO KIT ALUNO:			**R$ 69,40**				
	VALOR TOTAL DO LOTE:			**R$ 41.640,00**				

LOTE II KITs - ALUNO EDUCAÇÃO INFANTIL

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT. DE KITs	VALOR UNITÁRIO DA PROPOSTA DA PROPONENTE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE	MARCA	VALIDADE DO REGISTRO	Nº PREGÃO	EMPRESA
	KIT ESCOLAR DO ALUNO EDUCAÇÃO INFANTIL CONTENDO:	**280**						
1	**01 UNID.** Caderno - Caderneta - Capa dura - 96 FOLHAS - 110 MM X 154 MM - Estampa neutra	1	R$ 5,68	R$ 5,68	FORONI	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
2	**01 UNID**. Caderno brochura; capa dura 96 folhas; verde; formato 200mm x 275 mm; produto com certificado do INMETRO.	1	R$ 7,96	R$ 7,96	FORONI	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
3	**01 UNID**. Caderno desenho milimetrado, capa dura 96 folhas, espiral, sem seda. Formato 275 mm x 200 mm.	1	R$ 12,17	R$ 12,17	FORONI	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
4	**1 UNID.** COLA BRANCA com no mínimo 100g, lavável, composição: resina de pva, produto atóxico; pronto para uso, alto teor de sólidos, a embalagem (frasco) deve ser de fonte sustentável pet 100% reciclado, frasco retangular, bico aplicador econômico com boca de 1mm, tampa com respiro, a vedação da tampa deve ser eficiente para evitar o vazamento do produto/evaporação. Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 3,50	R$ 3,50	ACRILEX	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
5	**01 CX.** Lápis de cor com 12 unidades nas cores rosa claro, rosa, vermelho, laranja, amarelo, marrom claro, marrom, verde claro , verde, azul, azul cobalto e preto, formato sextavado medindo 175mm, entre faces 6,9 a 7,2mm, diâmetro da mina 2,6mm , composto por pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras , madeira reflorestada, produto ecologicamente correto, atóxico, fabricação nacional certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT – NBR 15236 e detentor do Selo de Certificação Ambiental que comprove o manejo florestal sustentavel e que o produto vem de um processo produtivo ecologicamente adequado (exemplo: FSC).	1	R$ 14,56	R$ 14,56	ACRILEX	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
6	**01 UND.** Tesoura escolar 13cm com regua; com pontas arredondadas; cabo confeccionado em material emborrachado e laminas em aço inox fixada por parafuso; produto certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT - NBR 15236.	1	R$ 4,92	R$ 4,92	LEO & LEO	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
7	**01 UND**. Apontador com deposito, produto com fabricação nacional com lamina em aço temperado, depósito coletor em material ABS : prático e resistente medindo 6cm x 2,5cm x 1,5cm , na cor neon, produto atendendo as normas da ABNT/NBR 15236.	1	R$ 4,62	R$ 4,62	FABER CASTELL	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
8	**01 UND.** Lápis preto escolar nº 2 sextavado apontado, composto por resinas , pigmentos e ceras, medindo 17,4cm; produto com certificado do INMETRO e em conformidade com a norma ABNT - NBR 15236.	1	R$ 0,88	R$ 0,88	MASTERPRINT	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
9	**01 UND.** Borracha branca; macia, especial para apagar escrita a lápis; composto pvc, cargas inertes, pigmentos e estabilizantes atóxicos; medindo aproximadamente 43mm x 21mm x 12mm.	1	R$ 1,14	R$ 1,14	RED BOR	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
10	**01 UNID**. GIZ DE CERA CURTO,com 15 cores. Embalagem com peso liquido de 68g. Formato Anatômico, com cera de alta qualidade, para auxiliar a coordenação motora das crianças, porpocionando total cobertura e excelentes traços. Produto com fabricação nacional, Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 2,98	R$ 2,98	ACRILEX	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
11	**01 CX.** MASSA DE MODELAR, para trabalhos de modelagem, não resseca, não endurece, não esfarela, não gruda e nem mancha as mãos. Composto por ceras, pigmentos e cargas, não é oleosa e conserva por muito mais tempo sua flexibilidade, facilitando a modelagem e a mistura de cores. Embalagem com peso liquido de 180g contendo 12 unidades, Produto com fabricação nacional, Produto certificado pelo INMETRO	1	R$ 4,47	R$ 4,47	ACRILEX	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
12	**01 CX.** Tinta guache lavável, para pintura a pincel em papel, papel cartão e cartolina. Produto não indicado para pintura facial, não tóxico, solúvel em água, cores miscíveis entre si. Composto de resina, água, colorantes, carga e conservante, produto certificado pelo INMETRO, embalagem com 6 potes plásticos com 15ml cada, fabricação nacional.	1	R$ 4,12	R$ 4,12	ACRILEX	12 MESES	001/2018	RP MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - EPP
	Obs: O kit escolar deverá ser montado individualmente embalado em plástico termoplástico e lacrado a quente.Os kits deverão ser acondicionado em caixas de papelão com no máximo 10 kits por caixa.							
	VALOR TOTAL DO KIT ALUNO:		R$ 67,00					
	VALOR TOTAL DO LOTE:		**R$ 18.760,00**					

LOTE III KITs - PROFESSOR

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT. DE KITs	VALOR UNITÁRIO DA PROPOSTA DA PROPONENTE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE	MARCA	VALIDADE DO REGISTRO	Nº PREGÃO	EMPRESA
	KIT ESCOLAR DO PROFESSOR CONTENDO:	**130**						
1	**01 UND.** Caderno universitário com capa dura com estampa neutra, folhas unidas por espiral, com 12 matérias e 240 folhas, com portifólio e cartela auto adesiva, formato aproximado de 200 x 275 mm com tolerância de 5 mm para mais, com no minímo 31 pautas, capa/contracapa: aproximadamente 280 g/m2. Folhas Internas: papel off-set 56g/m2.	1	R$ 20,93	R$ 20,93	TILIBRA	12 MESES	001/2018	ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
2	**01 UNID.** PEN DRIVE 8G conexão porta usb2.0, compatível com versão 1.1. Baixo nível de consumo de energia em uso ou em modo de espera. Capacidade de 8GB. Compatível com Windows 98/00/ME/NT/XP/VISTA e MacOS 8.5 ou superior. Para IBM PC e compatíveis. Parte da capacidade de armazenamento indicada é utilizada para fins de formatação, entre outros, e não está disponível para o armazenamento de dados. 1GB equivale a 1 bilhão de bytes. Composição: Termoplásticos, metais e circuito eletrônico. Produto com fabricação nacional.	1	R$ 35,66	R$ 35,66	MULTILASER			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
3	**01 UND.** Caneta esferográfica ponta média própria para escrita na cor azul, corpo cristal , não retrátil, medindo 145mm (sem protetor) x 8,6mm , 1 furo na ponta para entrada de ar indispensável para o fluxo da tinta até a ponta, pesando 6,6g, ponta de liga de latão esfera de tungstênio 1mm, tinta esferográfica de alta qualidade e durabilidade composta por resinas, solventes, corante e espessantes , carga com aproximadamente 0,33g de tinta, tampa antiasfixiante em polipropileno, produto atendendo as normas da ABNT/NBR 15236.	1	R$ 1,05	R$ 1,05	BIC			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
4	**01 UND.** Caneta esferográfica ponta média própria para escrita na cor preta, corpo cristal , não retrátil, medindo 145mm (sem protetor) x 8,6mm , 1 furo na ponta para entrada de ar indispensável para o fluxo da tinta até a ponta, pesando 6,6g, ponta de liga de latão esfera de tungstênio 1mm, tinta esferográfica de alta qualidade e durabilidade composta por resinas, solventes, corante e espessantes , carga com aproximadamente 0,33g de tinta, tampa antiasfixiante em polipropileno, produto atendendo as normas da ABNT/NBR 15236.	1	R$ 1,05	R$ 1,05	BIC			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
5	**01 UND.** Caneta esferográfica ponta média própria para escrita na cor vermelha, corpo cristal, não retrátil, medindo 145mm (sem protetor) x 8,6mm , 1 furo na ponta para entrada de ar indispensável para o fluxo da tinta até a ponta, pesando 6,6g, ponta de liga de latão esfera de tungstênio 1mm, tinta esferográfica de alta qualidade e durabilidade composta por resinas, solventes, corante e espessantes , carga com aproximadamente 0,33g de tinta, tampa antiasfixiante em polipropileno, produto atendendo as normas da ABNT/NBR 15236.	1	R$ 1,05	R$ 1,05	BIC			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
6	**1 UNID.** COLA BRANCA com no mínimo 100g, lavável, composição: resina de pva, produto atóxico; pronto para uso, alto teor de sólidos, a embalagem (frasco) deve ser de fonte sustentável pet 100% reciclado, frasco retangular, bico aplicador econômico com boca de 1mm, tampa com respiro, a vedação da tampa deve ser eficiente para evitar o vazamento do produto/evaporação. Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 3,33	R$ 3,33	ACRILEX			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
7	**01 UND.** Régua transparente, tam: 30cm resistente, de polipropileno, escala milimétrica e graduada. 30 X 3,5 mm. Produto certificado pelo INMETRO	1	R$ 2,19	R$ 2,19	ACRIMET			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
8	**01 CX. Lápis de cor** com 12 unidades nas cores rosa claro, rosa, vermelho, laranja, amarelo, marrom claro, marrom, verde claro , verde, azul, azul cobalto e preto, formato sextavado medindo 175mm, entre faces 6,9 a 7,2mm, diâmetro da mina 2,6mm , composto por pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras , madeira reflorestada, produto ecologicamente correto, atóxico, fabricação nacional certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT – NBR 15236 e detentor do Selo de Certificação Ambiental que comprove o manejo florestal sustentavel e que o produto vem de um processo produtivo ecologicamente adequado (exemplo: FSC).	1	R$ 14,45	R$ 14,45	FABER CASTELL			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
9	**01 UNID.** Pincel atômico permanente, recarregável com ponta chanfrada de feltro medindo 8mm x 4.5mm, pincel na medida de 121mm x 19mm, composto de resinas termoplásticas, tinta a base de álcool, corantes, solventes e aditivos, na cor preta.	1	R$ 4,94	R$ 4,94	PILOT			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
10	**01 UNID.** Pincel atômico permanente, recarregável com ponta chanfrada de feltro medindo 8mm x 4.5mm, pincel na medida de 121mm x 19mm, composto de resinas termoplásticas, tinta a base de álcool, corantes, solventes e aditivos, na cor azul.	1	R$ 4,94	R$ 4,94	PILOT			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
11	**01 UNID.** Pincel atômico permanente, recarregável com ponta chanfrada de feltro medindo 8mm x 4.5mm, pincel na medida de 121mm x 19mm, composto de resinas termoplásticas, tinta a base de álcool, corantes, solventes e aditivos, na cor vermelho.	1	R$ 4,94	R$ 4,94	PILOT			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
12	**02 UND.** Lápis preto nº 2 sextavado apontado, composto por madeira plantada, grafite e argila, medindo 17,5cm; mina resistentes a luz, produzidas com matéria primas atóxicas, com escrita nítida e uniforme, no diâmetro de 2,00mm (mina) produto com certificação do INMETRO e em conformidade com a norma ABNT - NBR 15236.	2	R$ 0,81	R$ 1,62	BIC			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
13	**01 UNID.** Apontador com deposito, produto com fabricação nacional com lamina em aço temperado, depósito coletor em material ABS : prático e resistente medindo 6cm x 2,5cm x 1,5cm , na cor neon, produto atendendo as normas da ABNT/NBR 15236.	1	R$ 4,53	R$ 4,53	FABER CASTELL			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
14	**01 UNID.** Estilete retrátil; 18mm; com estrutura ergonômica, resistente a impactos e cartucho em aço inoxidável anti-corrosivo. Possui 16 marcas de corte, pontas substituíveis, lâmina com trava automática e acessório corta-pontas removível.	1	R$ 4,00	R$ 4,00	CIS			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
15	**01 UNID.** Lápis borracha ECO lápis.	1	R$ 3,34	R$ 3,34	FABER CASTELL			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
16	**01 UND**. Borracha branca; macia, especial para apagar escrita a lápis; composto pvc, cargas inertes, pigmentos e estabilizantes atóxicos; medindo aproximadamente 43mm x 21mm x 12mm.	1	R$ 1,14	R$ 1,14	ECOLE			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
17	**01 CX** Clipes 3/0. c/ 50 unidades	1	R$ 4,75	R$ 4,75	BACCHI			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
18	**01 UNID.** MARCADOR HIDROGRÁFICO DESTACA TEXTO, CORPO CILINDRICO PLÁSTICO, TINTA FLURESCENTE A BASE D'AGUA, PONTA CHANFRADA, DIÂMETRO PONTA 3 A 4 mm, COR AMARELA,.	1	R$ 3,09	R$ 3,09	CIS			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
19	**01 UNID.** Apagador para quadro negro com depósito. COMPOSIÇÃO: Desenvolvido a partir da madeira Pinus, com a fixação do carpet ou feltro na parte inferior do apagador. CARACTERÍSTICA: Excelente produto desenvolvido para auxiliar na limpeza de quadros negros ou verdes e armazenagem de giz..	1	R$ 5,00	R$ 5,00	SOUZA			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
20	**01 UNID.** Pistola Cola Quente pequena bivolt, potencia 15watts; refil fino.	1	R$ 17,11	R$ 17,11	LEONORA			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
21	**03 UNID.** REFIL PARA COLA PROFISSIONAL COLA QUENTE, TRANSPARENTE, PARA PISTOLA PEQUENA.	3	R$ 0,77	R$ 2,31	RENDI COLA			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
22	**01 UNID.** Fita Larga Adesiva transparente. 45x40.B13	1	R$ 3,33	R$ 3,33	3M			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
23	**01 UND.** Tesoura multiuso 21cm ; cabo confeccionado em material emborrachado e laminas em aço inox.	1	R$ 22,45	R$ 22,45	TILIBRA			ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - EPP
	Obs: O kit escolar deverá ser montado individualmente embalado em plástico termoplástico e lacrado a quente.Os kits deverão ser acondicionado em caixas de papelão com no máximo 10 kits por caixa.							
	VALOR TOTAL DO KIT PROFESSOR:		**R$ 167,20**					
	VALOR TOTAL DO LOTE:		**R$ 21.736,00**					

LOTE IV - ALUNO MATERNAL/BERÇÁRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT. DE KITs	VALOR UNITÁRIO DA PROPOSTA DA PROPONENTE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA DA PROPONENTE	MARCA	VALIDADE DO REGISTRO	Nº PREGÃO	EMPRESA
	KIT ESCOLAR DO ALUNO BERÇARIO E MATERNAL	**100**						
	CONTENDO:							
1	**01. UNID.** Caderno - Caderneta - Capa dura - 96 FOLHAS - 110 MM X 154 MM - Estampa neutra	1	R$ 5,61	R$ 5,61	TILIBRA	12 MESES	001/2018	LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS - ME
2	**01 UNID.** Caderno desenho milimetrado capa dura 96 folhas; espiral, sem seda. Formato 275 mm x 200mm.	1	R$ 12,58	R$ 12,58	TILIBRA	12 MESES	001/2018	LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS - ME
3	**1 UNID.** COLA BRANCA com no mínimo 100g, lavável, composição: resina de pva, produto atóxico; pronto para uso, alto teor de sólidos, a embalagem (frasco) deve ser de fonte sustentável pet 100% reciclado, frasco retangular, bico aplicador econômico com boca de 1mm, tampa com respiro, a vedação da tampa deve ser eficiente para evitar o vazamento do produto/evaporação. Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 3,39	R$ 3,39	ACRILEX	12 MESES	001/2018	LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS - ME
4	**01 UNID.** MASSA DE MODELAR, para trabalhos de modelagem, não resseca, não endurece, não esfarela, não gruda e nem mancha as mãos. Composto por ceras, pigmentos e cargas, não é oleosa e conserva por muito mais tempo sua flexibilidade, facilitando a modelagem e a mistura de cores. Embalagem com peso liquido de 180g contendo 12 unidades, Produto com fabricação nacional, Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 4,55	R$ 4,55	ACRILEX	12 MESES	001/2018	LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS - ME
5	**01 UNID.** GIZ DE CERA CURTO,com 15 cores. Embalagem com peso liquido de 68g. Formato Anatômico, com cera de alta qualidade, para auxiliar a coordenação motora das crianças, porpocionando total cobertura e excelentes traços. Produto com fabricação nacional, Produto certificado pelo INMETRO.	1	R$ 3,00	R$ 3,00	FABER CASTELL	12 MESES	001/2018	LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS - ME
6	**01 UNID.** Tinta guache lavável, para pintura a pincel em papel, papel cartão e cartolina. Produto não indicado para pintura facial, não tóxico, solúvel em água, cores miscíveis entre si. Composto de resina, água, colorantes, carga e conservante, produto certificado pelo INMETRO, embalagem com 6 potes plásticos com 15ml cada, fabricação nacional.	1	R$ 3,87	R$ 3,87	ACRILEX	12 MESES	001/2018	LUIZA AVELINO DA SILVA MATOS - ME
	Obs: O kit escolar deverá ser montado individualmente embalado em plástico termoplástico e lacrado a quente.Os kits deverão ser acondicionado em caixas de papelão com no máximo 10 kits por caixa.							
	VALOR TOTAL DO KIT ALUNO:		R$ 33,00					
	VALOR TOTAL DO LOTE:		**R$ 3.300,00**					

CONDIÇÕES:

1. O fornecimento será parcelado conforme a necessidade, pelo período de 12(doze) meses, sendo a entrega dos produtos em até 10 (dez) dias após a solicitação.
2. Forma de pagamento: O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias a partir da apresentação na Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, com o devido atestado de recebimento do objeto no Departamento de Finanças e mediante apresentação das certidões da empresa do INSS e FGTS que provam sua regularidade, a cada pagamento efetuado, seja ele parcelado ou não.
3. Local de entrega: de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.
4. Os kits escolar Professor/Aluno deverão ser montados individualmente embalado em plástico termoplástico e lacrado a quente. Os kits deverão ser acondicionados em caixas de papelão com no máximo 10 kits por caixa.
5. As quantidades informadas são meramente estimativas, podendo variar durante a execução do contrato, não cabendo a empresa vencedora quaisquer direitos caso não sejam atingidos o fornecimento da totalidade.
6. Os produtos deverão obedecer às normas e padrões da ABNT, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
7. Todos os documentos referentes à este processo licitatório integram a presente ata, independentemente de transcrição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 060, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
Revoga Portaria.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 16 de fevereiro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1o Revogar em inteiro teor, a partir do dia 16 de fevereiro de 2018, a Portaria n.º 031, de 05 de fevereiro de 2018, que concedeu a servidora ADRIANA ALVES ZENI DE CARVALHO, matrícula n.º 16179, portadora da CI/RG n.º 7.547.269-2 – SSP/PR, Jornada em Regime Suplementar, de acordo com o disposto no art. 61, da Lei Complementar nº 037, de 08 de novembro de 2011, na Escola Municipal Prof. Francisca Dutra - EIEF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, com início em 01 de fevereiro de 2018 e término em 30 de abril de 2018.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 061, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
Revoga Portaria.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 16 de fevereiro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1o Revogar em inteiro teor, a partir do dia 16 de fevereiro de 2018, a Portaria n.º 049, de 06 de fevereiro de 2018, que concedeu a servidora MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula nº 8338, portadora da CI/RG nº 5.426.243-4 – SSP-PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes concede Jornada em Regime Suplementar, de acordo com o disposto no art. 61, da Lei Complementar nº 037, de 08 de novembro de 2011, na Escola Municipal Dr. Ulysses S. Guimarães - EIEF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, com início em 01 de fevereiro de 2018 e término em 30 de abril de 2018.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 062, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
Revoga Portaria.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 16 de fevereiro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1o Revogar em inteiro teor, a partir do dia 09 de fevereiro de 2018, a Portaria n.º 041, de 06 de fevereiro de 2018, que concedeu a servidora SANDRA REGINA GREGÓRIO DOS SANTOS BARAVIERA, matrícula nº 6173, portadora da CI/RG nº 5.680.944-9 – SSP-PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes concede Jornada em Regime Suplementar, de acordo com o disposto no art. 61, da Lei Complementar nº 037, de 08 de novembro de 2011, na Escola Municipal Paulo Freire - EIEF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, com início em 01 de fevereiro de 2018 e término em 30 de abril de 2018.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 003/2018.
SÚMULA: Designa servidor público municipal para atuar como Fiscal de contratos administrativos do Poder Legislativo de Tapejara-PR e prevê outras providências.
ROGÉRIO FRANCISCHINI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;
RESOLVE.
Art. 1º - Fica designado o servidor abaixo nominado para atuar como Fiscal de contratos administrativos pactuados pelo Poder Legislativo de Tapejara-PR
BEN-HUR CALEFFI (mat. 001) CPF 532.922.279-68.
Art. 2º - A gestão dos contratos será feita pela Comissão Especial Permanente para recebimento e conferência de bens e/ou serviços do Poder Legislativo Municipal de Tapejara-PR, designada pela Portaria 001/2018,
Art. 3º - Findas as obrigações decorrente do contrato administrativo, é facultado ao fiscal, em conjunto ou separadamente, formalizar relatório sobre a execução do contrato, sugerindo alterações nos futuros instrumentos, visando maior eficiência nas contratações da Administração Pública.
Art. 4º - Para fins desta Portaria, o fiscal deverá observar as disposições na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
Art. 5º - O servidor designado responderá civil, penal e administrativamente, em especial com incurso nas penalidades da Lei 8.666/93 pelos seus atos no exercício das atribuições fixadas nesta Portaria.
Art. 6º - Os casos omissos serão decididos pela autoridade superior.
Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
ROGÉRIO FRANCISCHINI MARCELO RODRIGUES
Presidente 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 015/2018
O Pregoeiro Oficial do Município de Tapejara/PR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 002, de 10 de janeiro de 2018, através da Divisão de Licitação e Compras, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 011/2018, visando à Aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel S500 e óleo diesel S10) para abastecimento dos veículos e máquinas pertencentes à frota do Município de Tapejara /PR, conforme descrição constante no Termo de Referência – Anexo I do Edital. O certame deste Aviso realizar-se-á no dia 05 de março de 2018, às 14h00min, e será regido consoante a Lei Federal nº. 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 001/06, e tendo a aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Tapejara, junto a Divisão de Licitação e Compras. Tapejara/PR, 19 de fevereiro de 2018. Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
LEI Nº 1962, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
Fixa o menor piso salarial dos servidores públicos municipais e dos profissionais do magistério e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1o Fica fixado a partir de 1o de janeiro de 2018, o menor piso salarial/vencimentos dos servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, em R$ 954,00 (novecentos e cinqüenta e quatro reais).
Art. 2o Fica fixado a partir de 1o de janeiro de 2018 o menor piso salarial/vencimento dos Profissionais do Magistério da Educação Básica com 40 (quarenta) horas semanais em R$ 2.455,35 (dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) e em R$ 1.227,67 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos) com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
Art. 3o A diferença havida entre os valores fixados por esta Lei com os salários e vencimentos constantes nas tabelas anexos V e VI, da Lei Complementar nº 042, de 26 de março de 2012 e anexos V, VI, VII e VIII, da Lei Complementar 037, de 08 de novembro de 2011 serão pagas em folha de pagamento com as verbas a título de "Complemento menor piso Salarial e Adicional Piso Magistério" respectivamente.
Art. 4o As disposições da presente Lei, são extensivas aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência Municipal – TAPEJARA-PREV, conforme o dispositivo constitucional inserto no § 8º, do art. 40, da Constituição Federal.
Art. 5o Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para atender às despesas decorrentes desta Lei, que correrão a conta de dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 6o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 063, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
Concede Licença Prêmio a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do dia 16 de fevereiro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1o Conceder a servidora OSMARINA DOS SANTOS GONÇALVES, matrícula n.º 8095 portadora do CI/RG n.º 8.113.651-3 – SSP-PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 03 (três) meses de Licença Prêmio, referente o qüinqüênio 15/07/2003 a 15/07/2008, de acordo com o disposto no artigo 99 à 102, da Lei n.º 755 do dia 09 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto n.º 069 do dia 11 de setembro de 2003, que aprovou o Regulamento da Licença Prêmio.
Art. 2o A licença de que trata o Art. 1º, terá início no dia 19 de fevereiro de 2018 e término em 18 de maio de 2018.
Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2018
Objeto – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR.
O Município de Tapira, Estado do Paraná, por intermédio do Pregoeiro, torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR, em conformidade com o disposto no Edital e seus anexos.
Valor máximo: R$ 204.096,50 (duzentos e quatro mil noventa e seis reais e cinqüenta centavos).
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão – O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 02 de Março de 2018 até 09:00 hrs (nove horas), e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á ás 09:15 hrs (nove horas e quinze minutos), nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapira, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de Tapira, Estado do Paraná.
Esclarecimentos e Retirada do Edital – A cópia completa do Edital, como também maiores esclarecimentos por parte dos interessados serão obtidos exclusivamente junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta feira, no horário das 09:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapira/PR, até 24 (vinte e quatro) horas do horário fixado para o credenciamento e recebimento dos envelopes de propostas de preços e habilitação.
Tapira/PR, 19 de Fevereiro de 2018.
EDNER JOÃO PERES DA SILVA
Pregoeiro

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2018
O Município de Tapira, Estado do Paraná, por intermédio do Pregoeiro, torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em conformidade com o disposto no Edital e seus anexos.
Valor máximo: R$ 17.436,68 (dezessete mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos).
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão – O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 02 de Março de 2018 até 14:00 hrs (quatorze horas), e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á ás 14:15 hrs (quatorze horas e quinze minutos), nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapira, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de Tapira, Estado do Paraná.
Esclarecimentos e Retirada do Edital – A cópia completa do Edital, como também maiores esclarecimentos por parte dos interessados serão obtidos exclusivamente junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta feira, no horário das 09:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapira/PR, até 24 (vinte e quatro) horas do horário fixado para o credenciamento e recebimento dos envelopes de propostas de preços e habilitação.
Tapira/PR, 19 de Fevereiro de 2018.
EDNER JOÃO PERES DA SILVA
Pregoeiro

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO

BANCO: ITAÚ UNIBANCO S/A
CNPJ: 60.701.190/0001-04
ENDEREÇO: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa - São Paulo - Capital
ENTIDADE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - PR
CNPJ: 75.799.577/0001-04
ENDEREÇO: Rua. Lodovico Pradela nº 265-sala Bairro-Centro- Nova Olimpia – PR
OBJETO DO CONTRATO: Recebimento de Tributos Municipais
ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Território Nacional

Entre as partes acima qualificadas, doravante denominadas **BANCO** e **ENTIDADE CONTRATANTE**, ficam justas e contratadas, e nas situações exigidas com base na Lei n.º 8.666, de 21.6.93 e alterações posteriores, mediante inexigibilidade de licitação ao amparo do "caput" do Artigo 25 da referida Lei, as disposições das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **ENTIDADE CONTRATANTE** autoriza o **BANCO** a receber valores oriundos de tributos e demais receitas devidas por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: As agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência prevista no intróito, após a assinatura do presente Contrato, serão automaticamente incluídas no presente Contrato de prestação de serviços.

Parágrafo Segundo: Quando for utilizado sistema automatizado para captura de dados, o **BANCO** fica autorizado a arrecadar em toda sua rede de agências.

Parágrafo Terceiro: Para os recebimentos realizados através de **"home/office banking"**, **"internet" ou "auto-atendimento"**, a **ENTIDADE CONTRATANTE** fica obrigada a aceitar como comprovante de pagamento por parte dos **contribuintes**, o lançamento de débito no extrato de conta devidamente identificado ou recibo próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA: A **ENTIDADE CONTRATANTE** providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos **contribuintes**, não podendo em hipótese alguma se utilizar dos serviços do **BANCO** para tal finalidade.

Parágrafo Único: Para emissão dos documentos de arrecadação, a **ENTIDADE CONTRATANTE** deverá padronizar em um único formulário todos os seus tributos e demais receitas, permitindo, assim, a automação dos serviços de arrecadação por parte do **BANCO** e sensível redução dos custos à **ENTIDADE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: O **BANCO** não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

a) O documento de arrecadação for impróprio;
b) O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras;

CLÁUSULA QUARTA: Os cheques apresentados para quitação dos documentos objeto deste Contrato, devem ser de emissão do próprio **contribuinte ou de terceiros**, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

Parágrafo Primeiro: A **ENTIDADE CONTRATANTE**, através deste Instrumento, outorga ao **BANCO** poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo: O valor do cheque acolhido pelo **BANCO**, na forma prevista no caput desta Cláusula e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação da **ENTIDADE CONTRATANTE**, mantida junto ao **BANCO**.

Parágrafo Terceiro: Caso a **ENTIDADE CONTRATANTE** não possua conta no **BANCO**, o valor do cheque não honrado será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado, sendo o referido cheque encaminhado à **ENTIDADE CONTRATANTE**, capeado pelo respectivo aviso de débito.

CLÁUSULA QUINTA: O produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação", conforme COSIF/BACEN.

CLÁUSULA SEXTA: O **BANCO** repassará o produto da arrecadação no **2º (segundo)** dia útil após a data do recebimento.

Parágrafo Primeiro: O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação da **ENTIDADE CONTRATANTE, número: 00.699-0, 510-1**, mantida na **Agência: 5214** do **BANCO: ITAÚ-UNIBANCO S.A**, de acordo com o prazo estabelecido no caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: O produto da arrecadação diária não repassado no prazo determinado no caput desta Cláusula sujeitará o **BANCO** a remunerar a **ENTIDADE CONTRATANTE** do dia útil seguinte ao prazo previsto no caput desta Cláusula até o dia do efetivo repasse, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil anterior ao do repasse, exceto quando da ocorrência de feriado, onde a **ENTIDADE CONTRATANTE** mantém a centralização do repasse.

Parágrafo Terceiro: Para cálculo da remuneração citada no Parágrafo anterior, serão deduzidos os valores correspondentes aos percentuais do recolhimento do depósito compulsório a que os Bancos estão sujeitos, por determinação do BACEN, conforme sua classificação, se houver incidência.

Parágrafo Quarto: O caso de se constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento, o **BANCO** comunicará o fato a **ENTIDADE CONTRATANTE** e solicitará reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência.

Parágrafo Quinto: A restituição do valor repassado indevidamente será feita no prazo de **02 (dois)** dias úteis, contados da data da comunicação mencionada no Parágrafo Quarto.

Parágrafo Sexto: A **ENTIDADE CONTRATANTE** ficará responsável pela comunicação ao contribuinte da ineficácia do pagamento realizado indevidamente.

CLÁUSULA SÉTIMA: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, a **ENTIDADE CONTRATANTE** pagará ao **BANCO** a tarifa por documento recebido nas seguintes base:

R$ 3,29 (Três Reais e Vinte e Nove Centavos) com código de barras padrão FEBRABAN no guichê de caixa e prestação de contas através de meio magnético;

R$ 2,67 (Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos) com código de barras padrão FEBRABAN, através de internet" e auto-atendimento;

R$ 2,67 (Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos) efetuado através do sistema de Débito Automático padrão FEBRABAN;

Parágrafo Primeiro: O **BANCO** debitará em conta, no mesmo prazo estabelecido na Cláusula Sexta o valor correspondente às tarifas previstas no caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: O valor inicialmente contratado será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

Parágrafo Terceiro: Quando da prorrogação do Contrato, serão adotados os mesmos procedimentos do Parágrafo Segundo para a atualização dos valores constantes da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA OITAVA: A **ENTIDADE CONTRATANTE** não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Bloqueto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.

CLÁUSULA NONA: Os documentos arrecadados ou o meio magnético serão colocados à disposição da **ENTIDADE CONTRATANTE** no **2º (segundo)** dia útil após a arrecadação, a partir das 12:00 horas, sendo que:

a) meios magnéticos - adotada a sistemática de entrega de meio magnético padrão FEBRABAN ou teletransmissão, o **BANCO** não prestará conta dos documentos físicos relativos a esse meio magnético.

b) documentos físicos - os documentos arrecadados serão colocados à disposição da **ENTIDADE CONTRATANTE**, somente capeados pelo Aviso de Crédito.

Parágrafo Primeiro: Se houver a necessidade de transportar a documentação ou meio magnético de um Município para outro, o prazo mencionado no caput desta Cláusula será até o 4º (quarto) dia útil após a arrecadação.

Parágrafo Segundo: Após a retirada do meio magnético por parte da **ENTIDADE CONTRATANTE**, fica estabelecido o prazo de 02 (dois) dias úteis para leitura e devolução ao **BANCO**, no caso de apresentação

3

de inconsistência. O **BANCO**, por sua vez, deverá regularizar o meio magnético também dentro de 02 (dois) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência.

Parágrafo Terceiro: A validação (prestação de contas) do meio magnético ou teletransmissão, deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após sua disponibilização.

CLÁUSULA DÉCIMA: Decorridos 60 (sessenta) dias da data da efetiva arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

Parágrafo Único: Na caracterização de diferenças caberá a **ENTIDADE CONTRATANTE** o envio de cópia que originou a diferença, para verificação pelo **BANCO** e regularização, se couber, no prazo previsto no caput desta Cláusula, contado a partir da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O **BANCO** fica autorizado por este Instrumento a inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação, objeto deste Contrato, imediatamente após a validação do meio magnético pela **ENTIDADE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: No caso de a **ENTIDADE CONTRATANTE** ainda não ter adotado as sistemáticas constantes dos itens abaixo, a mesma compromete-se a:

a) Adotar a sistemática de Débito Automático padrão FEBRABAN, através de troca de meio magnético;
b) Adotar a sistemática de impressão do Código de Barras padrão FEBRABAN em **todos os** seus documentos de arrecadação;
c) Estudar a possibilidade de emitir trimestral ou semestralmente, tributos/demais receitas de valores mínimos;
d) Distribuir o vencimento dos documentos de arrecadação, proporcionalmente ao longo do mês, por dia útil;
e) Eliminar os centavos dos valores dos documentos de arrecadação, incluindo-os no mês seguinte, quando atingirem valores inteiros.

Parágrafo Único: Na adoção da sistemática de Débito Automático por meio magnético pela **ENTIDADE CONTRATANTE** e **BANCO**, serão observados os procedimentos constantes do **Anexo 1**, que passa a fazer parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

Parágrafo Primeiro: Toda providência tomada pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, inclusive teletransmissão, que resulte em elevação dos custos do **BANCO**, será objeto de renegociação das Cláusulas Financeiras deste Contrato.

Parágrafo Segundo: Caso haja opção pela prestação de contas via teletransmissão de dados por teleprocessamento, os custos operacionais ficarão por conta da **ENTIDADE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente Contrato terá prazo de vigência **de 12(Doze) meses**, renovável automaticamente por iguais e sucessivos períodos **até o limite de 60 meses** se não houver manifestação contrária, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

4

V - Encaminhar à **ENTIDADE CONTRATANTE** arquivo magnético contendo as informações sobre o processamento do arquivo de movimento de débito por vencimento, ou seja, o que foi e o que não foi debitado, de acordo com os códigos estabelecidos. O **BANCO** efetuará o encaminhamento desse arquivo, até o 3º (terceiro) dia útil, após o dia do vencimento, ressalvado nos casos de feriados locais.

VI - Casa haja opção pela prestação de contas via teletransmissão de dados por teleprocessamento, os custos operacionais ficarão a cargo da **ENTIDADE CONTRATANTE**.

ITEM QUARTO - DAS CONDIÇÕES GERAIS

I - O **BANCO** efetuará o Débito Automático nas contas de seus clientes em qualquer agência do território nacional.

II - O **BANCO** ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos, observando-se que caso tal fato venha a acarretar algum tipo de prejuízo aos clientes, estes deverão ser suportados pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, sendo assegurado eventual direito de regresso por parte do **BANCO**.

III - O **BANCO**, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexatidão dos valores consignados nos arquivos apresentados pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, limitando-se a efetuar o débito na conta do cliente na data do vencimento, observando-se que caso lhe seja imputada a responsabilidade por tais informações em razão de prejuízos causados aos clientes, estes deverão ser suportados pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, sendo assegurado eventual direito de regresso por parte do **BANCO**.

IV - Os débitos que contiverem datas de vencimentos em dias não úteis (sábado, domingo, feriados nacionais, feriados bancários e feriados locais, onde são mantidas as contas dos debitados), serão considerados como vencíveis no 1º (primeiro) dia útil subseqüente (data em que deverão ser debitados).

V - As partes se comprometem a não utilizarem os arquivos magnéticos em outros serviços que não os de transposição de dados.

VI - Retornar os arquivos magnéticos aos seus respectivos proprietários (**BANCO** e/ou **ENTIDADE CONTRATANTE**), imediatamente após o seu processamento.

ITEM QUINTO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - O **BANCO** e a **ENTIDADE CONTRATANTE** deverão procurar incrementar a expansão do sistema de débito automático ora contratado, visando a adesão do maior número possível de optantes, através dos meios que melhor lhes convier.

II - No caso de ocorrência de situações atípicas que impeçam débito dos valores no vencimento, o **BANCO** e a **ENTIDADE CONTRATANTE**, em comum acordo, tomarão as medidas necessárias para atender o interesse das partes envolvidas.

8

Parágrafo Único: Em função da assinatura deste Contrato, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Quaisquer impostos ou taxas que venham a ser exigidos pelos Poderes Públicos, com base no presente Contrato ou nos atos que forem praticados em virtude de seu cumprimento, serão suportados pelas partes conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de Domicílio da **ENTIDADE CONTRATANTE** como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

Nova Olimpia, (PR), de de 2017.

ITAÚ UNIBANCO S/A

ITAÚ UNIBANCO S/A
José Alexandre P. Gonçalves
Analista de Produtos SR
000595132/A

PREFEITURA
Nome: João Batista Pacheco
Cargo: Prefeito Municipal

PREFEITURA
Nome: Paulo Vinicius B. Milani
Cargo: Secretário Finanças

TESTEMUNHAS:

Rogério Tadeu Galvão
RG: 11.454.141/CPF: 055.828.229-02

ANEXO I
AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO
PROCEDIMENTOS PARA QUITAÇÃO DE CONTAS/TRIBUTOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA

ITEM PRIMEIRO - O **BANCO** e a **ENTIDADE CONTRATANTE** efetuarão os serviços, objeto deste Anexo I, obedecendo os itens a seguir, bem como as especificações técnicas descritas no Manual de Procedimentos (padrão Febraban).

ITEM SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE CONTRATANTE

I - Providenciar a impressão do demonstrativo de débito com o valor a ser debitado e o envio do mesmo ao domicílio do interessado, com a devida antecedência com relação a data do vencimento.

No demonstrativo deverá constar mensagem indicativa da forma de quitação, como por exemplo: "considerar quitado, se efetuado o débito em conta."

II – Encaminhar ao **BANCO** via teleprocessamento, arquivo magnético para débito nas contas dos clientes que optaram pelo sistema, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data do vencimento.

III - Manter cópia do arquivo magnético enviado ao **BANCO** para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

IV - Encaminhar ao **BANCO**, através de arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas pela **ENTIDADE CONTRATANTE**.

V – Aceitar a data mais recente de cadastramento no caso de encargo que já conste do cadastro da empresa como débito automático ao receber novo cadastro para o mesmo cliente.

VI - Remeter Registro tipo "D", Código de Movimento "1" (exclusão), para o Banco anterior quando aceitar novo cadastro para consumidor já existente.

ITEM TERCEIRO - DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO

I - Formar cadastro dos clientes que optaram pelo Débito Automático em conta através de suas agências.

II - Atualizar o cadastro (inclusões/exclusões), encaminhando a **ENTIDADE CONTRATANTE** arquivo magnético, contendo os clientes optantes e não optantes, para que se efetue o devido acerto (parcial ou global) nos registros da **ENTIDADE CONTRATANTE**.

III – Requisitar autorização expressa de seus clientes, de forma escrita ou meio eletrônico, para o processamento de débito automático de despesas em sua conta, nos termos do artigo 18, inciso I, § 1º da Resolução nº 2.878/01 c/c artigo 2º da Resolução nº 2.892/01.

IV - Processar o arquivo magnético recebido da **ENTIDADE CONTRATANTE** (movimento de débito), efetuando os débitos nas contas dos clientes, nas datas de vencimentos identificadas nos arquivos, no caso da existência de saldos suficientes em conta.

V - Encaminhar à **ENTIDADE CONTRATANTE** arquivo magnético contendo as informações sobre o processamento do arquivo de movimento de débito por vencimento, ou seja, o que foi e o que não foi debitado, de acordo com os códigos estabelecidos. O **BANCO** efetuará o encaminhamento desse arquivo, até o 3º (terceiro) dia útil, após o dia do vencimento, ressalvado nos casos de feriados locais.

VI - Casa haja opção pela prestação de contas via teletransmissão de dados por teleprocessamento, os custos operacionais ficarão a cargo da **ENTIDADE CONTRATANTE**.

ITEM QUARTO - DAS CONDIÇÕES GERAIS

I - O **BANCO** efetuará o Débito Automático nas contas de seus clientes em qualquer agência do território nacional.

II - O **BANCO** ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos, observando-se que caso tal fato venha a acarretar algum tipo de prejuízo aos clientes, estes deverão ser suportados pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, sendo assegurado eventual direito de regresso por parte do **BANCO**.

III - O **BANCO**, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexatidão dos valores consignados nos arquivos apresentados pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, limitando-se a efetuar o débito na conta do cliente na data do vencimento, observando-se que caso lhe seja imputada a responsabilidade por tais informações em razão de prejuízos causados aos clientes, estes deverão ser suportados pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, sendo assegurado eventual direito de regresso por parte do **BANCO**.

IV - Os débitos que contiverem datas de vencimentos em dias não úteis (sábado, domingo, feriados nacionais, feriados bancários e feriados locais, onde são mantidas as contas dos debitados), serão considerados como vencíveis no 1º (primeiro) dia útil subseqüente (data em que deverão ser debitados).

V - As partes se comprometem a não utilizarem os arquivos magnéticos em outros serviços que não os de transposição de dados.

VI - Retornar os arquivos magnéticos aos seus respectivos proprietários (**BANCO** e/ou **ENTIDADE CONTRATANTE**), imediatamente após o seu processamento.

ITEM QUINTO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - O **BANCO** e a **ENTIDADE CONTRATANTE** deverão procurar incrementar a expansão do sistema de débito automático ora contratado, visando a adesão do maior número possível de optantes, através dos meios que melhor lhes convier.

II - No caso de ocorrência de situações atípicas que impeçam débito dos valores no vencimento, o **BANCO** e a **ENTIDADE CONTRATANTE**, em comum acordo, tomarão as medidas necessárias para atender o interesse das partes envolvidas.

8

Município: Perobal
Republicado por incorreção
Período: Exercício de 2016
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

UF: Estado do Parana
Balanço Patrimonial

Página 1 de 2

ATIVO ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.730.653,12	2.347.787,49	**PASSIVO CIRCULANTE**	191.571,83	517.206,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.328.950,40	1.163.716,90	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	191.388,04	158.825,85
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	396.254,05	1.158.662,39	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	183,49	358.380,30
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.000,00	24.141,75	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,30	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.448,67	1.266,45	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	279.688,72	310.307,32
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	42.571.458,02	40.163.912,23	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A LONGO PR	166.590,35	184.710,29
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	986.240,56	307.104,73	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	5.041,01	17.539,67
INVESTIMENTOS	1.466,30	1.466,30	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	108.057,36	108.057,36
IMOBILIZADO	41.581.751,16	39.855.341,20	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	43.830.850,59	41.684.186,25
DIFERIDO	2.000,00	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS	41.633.283,14	41.684.186,25
			APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.197.567,45	0,00
TOTAL	**44.302.111,14**	**42.511.699,72**	**TOTAL**	**44.302.111,14**	**42.511.699,72**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	**44.302.111,14**	**42.511.699,72**
ATIVO FINANCEIRO	1.332.950,40	1.167.716,90
ATIVO PERMANENTE	42.969.160,74	41.343.982,82
PASSIVO (II)	**6.126.554,39**	**7.422.346,04**
PASSIVO FINANCEIRO	5.770.362,32	6.965.614,21
PASSIVO PERMANENTE	356.192,07	456.731,83
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**38.175.556,75**	**35.089.353,68**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	$0,00	$0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	$0,00	$0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	$0,00	$0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	$0,00	$0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**$0,00**	**$0,00**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	$0,00	$0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	$0,00	$0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5.770.362,32	2.419.685,40
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	$0,00	$0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**5.770.362,32**	**2.419.685,40**

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0 Recursos Ordinários (Livres)	(47.362,30)	(4.013,23)
101 Fundef 60%	0,00	(39.830,84)
102 Fundef 40%	0,00	(6.815,02)
103 Educação 10% s/Transf.Constitucionais	18.958,53	(8.086,02)
104 Educação 25% sobre Impostos	(45.160,56)	5.301,58
107 MDE/Salário Educação	(13.592,96)	(8.159,95)
110 MDE/Progr.Dinh.Direto na Escola	840,00	0,00
111 MDE/Merenda Escolar	0,00	(8.073,24)
120 MDE/Transporte Escolar-FEDERAL	897,20	1.046,99
122 MDE/Transporte Escolar-ESTADUAL	368,30	14.089,46
130 Conv. Equip. FNDE/PAR	0,00	(10.849,88)
135 FNDE/PAR - B. Pedagógicos	0,00	(4.614,78)
136 FNDE/MEC CONSTRUÇÃO DE QUADRA	(401.219,72)	(401.681,36)
137 Apoio as Creches - Brasil Carinhoso	18.008,75	16.486,85
303 Saúde - Receita Vinculada (EC 29/00 - 15%) Exercício Corrente	35.771,48	(36.383,85)
329 Atenção Primaria a Saúde - E	22,95	(31,19)
332 Programa Estadual VIGIASUS	42.269,86	71.278,07
333 Assist. Farmaceutica - CUSTEIO - AF Est.	283,38	2.416,54
334 Assist. Farmaceutica - INVEST. - AF Est.	25.859,53	516,10
335 VIGIASUS-INVES-TRANSP SANIT- Qualif.	12.933,03	18.601,07
337 Programa Estadual de Incentivo aos Conselhos - PQCMS	204,91	0,00
338 Programa de Aten Prim. à Saude - APSUS	96.093,30	0,00
339 FMS - Assitencia - E	40.914,79	0,00
340 Programa Ações Saude - Balança	1.510,45	0,00
495 Atenção Básica	83.462,91	(12.075,17)
496 MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.707,88	(641,28)
497 Vigilância em Saúde	6.965,09	(2.359,14)
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	(8.612,31)	4.245,43
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	6.225,28	2.802,58
510 Taxas - Exercicio Poder de Policia	580,94	1.727,71
511 Taxas - Prestação de Serviços	5.539,44	7.426,89
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	36,05	0,00
740 Programa Bolsa Familia MDS	0,00	1.543,07
750 FMAS/Programa de Atênção Integral à Familia.	0,00	(310,93)
764 Progr. Bolsa Familia/IGD - SUAS	0,00	(183,25)
765 MCT/INCLUSÃO DIGITAL	(2.500,00)	(2.500,00)
766 Projeto Óleo Diesel SEAB	(143,21)	2.379,20
773 FMDCA - Procuradoria Regional do Trabalho.	1.677,94	0,00
775 Ação Social - Fortaleciemnto de Vinc. - SCFV.	0,00	5.297,19
776 PAVIMENTAÇÃO - MC	0,00	14.721,69
777 COHAPAR - Imóvel na Planta	0,00	1.645,99
778 Cascalhamento - MAPA	7.390,14	6.821,45
779 Recapeamento/MC.	0,00	3.035,81
780 Sistema de Esgotamento Sanitário	(4.268.316,49)	(5.449.813,82)
781 RESIDUOS SÓLIDOS - FUNASA	(134.000,00)	0,00
782 SEAB - RESFRIADORES	13.556,23	12.455,68
783 SEAB - FERTILIZAÇÃO DE SOLO	0,00	4.686,29
784 FNAS - Bloco de Gestao - GBF	1.394,12	0,00
785 FNAS - Bloco de Gestao - GSUAS	1.738,70	0,00
786 FNAS - Bloco de Proteção - PSB	6.851,10	0,00
787 VEICULO - Ação Social - SEDS	37.737,84	0,00
788 FEAS - PAIF	13.695,51	0,00
Total das Fontes de Recursos:	(4.437.411,92)	(5.797.897,31)

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

NOTA EXPLICATIVA:
O Balanço Patrimonial foi estruturado em restrita conformidade com a Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar nº. 101/2000, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 6ª edição, as Instruções de Procedimentos contábeis e demais disposições normativas vigentes.
Com relevância ao Balanço Patrimonial apresentado podemos destacar o totaldos atos potenciais passivos no valor de R$ 5.770.362,32 discriminados da seguinte forma:
- Restos não processados no exercício de 2014: R$ 406.539,59 – Termo de Compromisso PAC 208850/2014 - Quadra Coberta -Obra licitada pelo Município e abandonada pela empresa contratada;(1)
- Restos não processados no exercício de 2015: R$ 4.343.436,13 – Termo de Compromisso PAC 0304/2014 – Sistema de Esgotamento Sanitário – Obra licitada pelo Município encontra-se em andamento.
- Restos não processados no exercício de 2016: R$ 1.020.386,60 –Fornecedores a pagar no exercício.
(1) Termo de Compromisso em negociação junto ao Ministério da Educação para possível regularização.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
CRC-PR 051920/O-0

MARCIO ROBERTO FERRIS
Controlador Interno

PRONIM CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 15/02/2018 14:14:20

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Parana
DECRETO Nº. 1.501/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidos por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 01 de fevereiro de 2.018, à servidora pública Sr.ª MARIA DE LOURDES MARCELINO TRAVAGLIA, brasileira, servidora pública municipal de Tapira, Paraná, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, nível IX, Classe C, do quadro de pessoal deste executivo municipal, portadora do RG nº. 00.436.376-49 SSP-PR, inscrita no CPF sob o número 783.206.749-72, Aposentadoria RT – Transição, com proventos integrais, com ultimo salário de contribuição da ativa, com fundamentação legal no Artigo 6º, da EC 41/2003 e Artigo 23 da Lei Municipal 009/2005, de 30 (trinta) de março de 2005.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 2.210,25 (dois mil duzentos e dez reais e vinte e cinco centavos)
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, ao 9 (um) dia do mês de fevereiro de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Parana
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL.
Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, as 10:00 (dez horas) da manhã, reuniu-se a Comissão criada para avaliação do imóvel localizado a Rua Ponta Grossa, s/n° Quadra 02 Lote 15 com área construída de 195m2, em Tapira, Estado do Paraná, composta por: ALESSANDRA CRISTINA DE PICCOLE FAIOLLA, ANTONIO CARLOS DA SILVA, RAFAEL RABELO DA CRUZ, membros nomeados por força da Portaria nº 2195/2017 de 04 de setembro de 2017, com a finalidade de avaliar locação de imóveis para o município de Tapira, com objetivo de incentivar a geração de emprego para o Município. Realizado o trabalho de verificação, bem como a situação do prédio, a comissão reuniu-se na sala da Administração para que, considerando a condição e a localização do imóvel, lavrar seu conclusivo parecer, quanto ao valor do aluguel, que ficou determinado em R$ 800,00 (oitocentos) reais. E nada havendo para se tratar encerrou-se a presente reunião, lavrando-se á presente ATA que vai assinada por todos os membros dessa comissão.
ALESSANDRA CRISTINA DE PICCOLE FAIOLLA
ANTONIO CARLOS DA SILVA
RAFAEL RABELO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Parana
PORTARIA Nº: 2400/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor CLAUDIO SIDINEY DE LIMA Prefeito Municipal, com base na Lei Municipal nº. 239/2010 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 02 (duas) Diárias, no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta reais) cada, em Conta Especifica, para custos de alimentação e hospedagem na cidade de Curitiba - Paraná, onde participara de Audiência junto a varias Secretarias de Estado, nos dia 19 20 22 e 23 de fevereiro de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
PORTARIA Nº11182 /2018
Súmula: Concede aposentadoria Voluntária Por Idade e dá outras providências.
O Prefeito Altair Donizete de Pádua, do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do servidor Ivo do Carmo Cordeiro.
RESOLVE
Art. 1º Fica concedida ao servidor Ivo do Carmo Cordeiro, brasileiro, Servidor Público Municipal de Terra Roxa – PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais ASG VIII conforme quadro de cargos, portador do RG. nº.1.665.118 SSP/PR e inscrito no CPF nº018.108.378-71, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais no valor de R$ 1.717,11(Um mil setecentos e dezessete reais e onze centavos) com fundamento no Art. 6º da EC 41/03 – Comum Provento Integral – com Paridade – Última Remuneração.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante na planilha de cálculo de proventos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Município de Terra Roxa, 19 de fevereiro de 2018.
Registre-se e Publique-se
Altair Donizete de Pádua
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
PORTARIA nº 11.203/2018
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no Decreto nº 2249/2013 de 25 de outubro de 2013.
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZA diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde, com fins de encaminhamento e acompanhamento de pacientes à outros Centros médicos especializados.

	SERVIDOR	Numero diárias
01	TIAGO PEREIRA DE OLIVEIRA	10
02	VAGNER SOARES DE SOUZA	12
03	CESAR GON	09
04	ADALTO NOLACIO DA SILVA	10
05	ODAIR LOURENÇO DA SILVA	03
06	GILBERTO GREGOR IKERT	20
07	RENAN DE OLIVEIRA	10
08	ALEX MIRANDA DE SOUZA	05
09	GILBERTO APARECIDO DE FARIA	21

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
DECRETO Nº 3095/2018
EMENTA: Designa membros para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos da Lei nº 20/2005, que Institui o Conselho de Meio Ambiente, alterada pela Lei nº 1535/2017.
D E C R E T A:
ART. 1º - Ficam designados os membros para comporem o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Terra Roxa-PR, com a finalidade de reger e planejar as ações ambientais.
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:
Titular: Paulo Roberto Gomes
Suplente: Valdecir Messias da Rocha
Representantes das ONGS Ambientais:
Titular: Franciel Aparecido da Silva
Suplente: Lindinalva Fernandes de Souza
Representantes da Associação dos Moradores:
Titular: Adejair Furlan
Suplente: Edson Tashio Nishida
Representantes da Associação Empresarial:
Titular: Claudomir Schreineir
Suplente: Gisele Sanches Mickos
Representantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis:
Titular: Marcelo dos Anjos
Suplente: Leandro Rodrigo de Paula Lima
Representantes da Associação da Feira do Pequeno Produtor Rural:
Titular: Antônio Carlos Moura
Suplente: Leandro Pereira dos Santos
Representantes do Clube Luzeiros do Oeste:
Titular: Paulo Cezar da Silva
Suplente: Bárbara Pena
Representantes da Pastoral da Criança:
Titular: Zilda dos Santos Silva
Suplente: Angela Maria Ferreira
Representantes da Associação dos Apicultores:
Titular: Arlindo Francisco dos Santos
Suplente: Antônio Augusto Borges
Representantes da Associação dos Universitários:
Titular: Edi Junior Zanovello Diniz
Suplente: Cleberson de Almeida
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL:
Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Titular: Dilma Merencio Silvino
Suplente: Julio Simões de Lima
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Carlos Roberto Rampim
Suplente: Naiane Mateucci Da Versa
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Aparecida Lourenço da Silva
Suplente: João Marcos Alves
Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Haroldo Brehm
Suplente: Gerson Giombelli
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Jéssica Renata de Souza
Suplente: Edineia Maria Zanelli Garcia
Representantes da Secretaria Municipal De Educação, Cultura e Esporte:
Titular: Sandra Regina Cardoso
Suplente: Danúbia Serafim Vieira Graton
Representantes da Assessoria Jurídica do Município:
Titular: Viviane Gorete Sônego
Suplente: Elicelso Sales de Campos
Representantes do Poder Legislativo:
Titular: Marlene Martim de Oliveira
Suplente: Jéssica da Costa Serra
Representantes da SANEPAR
Titular: Jocimar Obara
Suplente: Alex Paulo Alves dos Santos
Representantes da EMATER
Titular: Daniel Faccin
Suplente: Bernardo Faccin
Art.2º - O mandato do presente Conselho será por 02(dois) anos, permitido uma recondução.
Art.3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 17 de julho de 2017.
Art.4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto nº 3094/2018.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Paraná, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 1492013, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2013
Que entre si fazem de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.G.C. – MF sob nº 75.587.204/0001-70, com sede na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95 – Centro, Terra Roxa – Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal SR. ALTAIR DONIZETE DE PADUA, de outro lado A.M.CALIXTO & CIA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o no 78.804.572/0001.10, neste ato representado por ATHOS MEREB CALIXTO, doravante denominado CONTRATADA, tem justos e contratados as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – O contratante através do Processo Licitatório nº 131/2013, na modalidade Dispensa de Licitação sob o no 024/2013, realizou Contrato nº 1492013.
CLÁUSULA SEGUNDA – O Presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogação do prazo de vigência até o dia 01/07/2018, conforme determina a Lei 8.666/93, Art. 57, II.
CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas e em vigor as demais Cláusulas e Condições do contrato.
Terra Roxa, 20/12/2017.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
PREFEITO MUNICIPAL
ATHOS MEREB CALIXTO
CONTRATADO
Testemunhas:
1. ______________________________
ROBERTO LUIZ JACOBY
2. ___________________________________
MARIA JANETE TEIXEIRA DA SILVA NABAO

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
EDITAL DE CHAMAMENTO
PARA
AUDIÊNCIA PUBLICA DA SAÚDE - 3º quadrimestre de 2017.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, amparado no disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº. 101/2000 e tendo em vista o disposto no art. 15 e seu § 2º da Instrução Técnica nº. 23/2004 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
Torna público a realização pela COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, AUDIÊNCIA PUBLICA DA SAÚDE no próximo dia 27 de fevereiro de 2018 (terça feira), com início às 15h00min, nas dependências da Câmara Municipal, para prestação de contas referente ao 3º quadrimestre de 2017.
Atendendo princípios da administração publica, consagrados em textos legais, fazemos chamamento publico para assistir a audiência desta Comissão, consoante § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, aos 16 de fevereiro de 2018.
GENIVALDO MAGNONI BORTOLI
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
PORTARIA nº 11.207/2018
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no Decreto nº 2249/2013 de 25 de outubro de 2013.
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZA diária para servidor da Secretaria Municipal de Saúde, com fins de encaminhamento e acompanhamento de pacientes à outros Centros médicos especializados.

	SERVIDOR	Numero diárias
01	MARCOS PAULO ALVES	22

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Pérola, Estado do Paraná, através do Serviço de Fiscalização, nos termos do artigo 115 da Lei Complementar n° 15/2011 (Código de Posturas Municipais), notifica os proprietários abaixo relacionados, para proceder a limpeza de seus lotes, prazo máximo de 10 dias a contar da data da presente notificação.
Decorrido o prazo acima concedido, e não sendo atendida a notificação, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 115, §3° inciso II da lei acima informada, e os serviços serão executados pelo Município de Pérola.
Sendo executado o serviço pelo Município, será cobrada a importância de R$ 891,10 (Oitocentos e Noventa e Um Reais e Dez Centavos), pela limpeza de cada lote.
Outrossim, solicita-se a periódica manutenção da limpeza do referindo lote. OBS: Manter o terreno limpo, evita objetos que acumulam água, eliminando o criadouro do mosquito transmissor da DENGUE, ZIKA VIRUS e FEBRE CHIKUNGUNYA. Se por ventura no recebimento desta notificação a limpeza já tenha sido efetuada, queira por gentileza desconsiderá-la.

Pérola, em 19 de fevereiro de 2018.

JOSE RODRIGUES RUA BENEDITO RODRIGUES, 94 BAIRRO: JARDIM AMERICA INSC: 518500	JOSE ROSAR RUA GURUCAIA, 438 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 371500	KATTYA APARECIDA TAVARES FRANCA DE SOUZA RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 402 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 730700
ALVARO POLENTINI RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 386 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 730850	HAGAP ENGENHARIA DE MONTAGENS RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 363 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 698600	JEFERSON RAETZ DE AQUINO RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 363 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 698650
ESPOLIO DE JOSE PEDRO DE CARVALHO RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 201 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 733200	JOSE ALBERTO MARQUES RUA VOLUNTÁRIOS DA PATRIA, 860 BAIRRO: CENTRO INSC: 58800	EDUARDO FERRAREGI RUA JOAQUIM ANTONIO SOBRINHO, 554 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 480900
MAICO APARECIDO DOS ANJOS RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 333 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 698900	MARCOS AGUERA LOPES RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 201 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 733200	MARCOS PAULO ASSUMPCAO VIEIRA RUA AFRANIO PEIXOTO, 706 BAIRRO: CENTRO INSC: 309600
MARCOS PAULO ASSUMPCAO VIEIRA RUA AFRANIO PEIXOTO, 690 BAIRRO: CENTRO INSC: 309500	VALDIRENE RIBEIRO DA SILVA RUA AFRANIO PEIXOTO, 712 BAIRRO: CENTRO INSC: 309650	EDILSON DESTASSI CAMARGO RUA AFRANIO PEIXOTO, 720 BAIRRO: CENTRO INSC: 309700
TIAGO FREITAS DA SILVA RUA AFRANIO PEIXOTO, 683 BAIRRO: CENTRO INSC: 305150	SEBASTIAO LOURENCO DIAS RUA AFRANIO PEIXOTO, 677 BAIRRO: CENTRO INSC: 305200	JURANDIR HAVERROTH DE MIRANDA RUA AFRANIO PEIXOTO, 744 BAIRRO: CENTRO INSC: 309850
JESSICA CORTEZ DE CARVALHO RUA AFRANIO PEIXOTO, 736 BAIRRO: CENTRO INSC: 309800	CONGREGACAO CRISTA NO BRASIL AVENIDA OPPNUS, 1546 BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL PEROLA INSC: 651500	JOSE LUCAS MARTINS MIURIM RUA GIRASSOL, 280 BAIRRO: JARDIM UNIAO II INSC: 453860
AUGUSTO DADALTO MOURA RUA GIRASSOL, 271 BAIRRO: JARDIM UNIAO II INSC: 453520	DEVENIR LIMA DE SOUZA E OUTRO RUA ANTONIO MENDES, 149 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 424550	MB LOTEAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA ANTONIO MENDES, 175 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 424500
DEOMAR DOS ANJOS SANTOS RUA RIACHUELO, 759 BAIRRO: CENTRO INSC: 12700	PEDRO DONIZETE GRASSI RUA RIACHUELO, 749 BAIRRO: CENTRO INSC: 12800	COOPER. DE CREDITOS, POUPANCA E INVESTIMENTOS RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1330 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 409100
FASPEL FUNDO DE APOS. E PENSOES DOS SERV. PUBL. RUA JOAO CARVALHO, 55 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 408000	MARIA LUZINETE DA SILVA RUA IPE, 243 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 380300	ESPOLIO DE JOSE ELIAS CORSINI RUA ANJICO, 239 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 380350
AUREO JOSE NAVAS DOS SANTOS RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1381 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 407400	JOVELITA PEREIRA RODRIGUES RUA AFRANIO PEIXOTO, 327 BAIRRO: JARDIM UNIAO II INSC: 452860	ESPOLIO DE JOSE PEDRO DE CARVALHO RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 368 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 731000
ESPOLIO DE JOSE PEDRO DE CARVALHO RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 330 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 731300	ESPOLIO DE JOSE PEDRO DE CARVALHO RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 345 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 732050	ALVARO POLENTINI RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 386 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 730850
FARNANDA CLAUDINO PRIMO RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 401 BAIRRO: JARDIM IPE II INSC: 731600	MURIEL PADOVANI GIOLO RUA DOS IPES, 547 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 481200	DEVANIR JOSE LAGUILLO RUA DOS IPES, 597 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 481650
NELSON QUINTINO BORGES RUA DOS IPES, 587 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 481600	LILIAN BITTENCOURT RUA DAS ORQUIDEAS, 590 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 483200	EVANIR MARQUES FERREIRA RUA BEIJA FLOR, 535 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 485300
SERGIO PEREIRA BICUDO RUA DAS ORQUIDEAS, 549 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 482500	WANDERLEI SOSAI RUA BARAO DO CERRO AZUL, 1078 BAIRRO: CENTRO INSC: 31640	UEDERON CARLOS MOLINA RUA AFRANIO PEIXOTO, 853 BAIRRO: CENTRO INSC: 296750
CRISTIANE LINS DE OLIVEIRA RUA RAPOSO TAVARES, 1461 BAIRRO: CENTRO INSC: 291900	RAHIANE CAROLLINE CALLIANI RUA AFRANIO PEIXOTO, 1698 BAIRRO: CENTRO INSC: 95300	MARIA REGINA PORTO PACHECO RUA RAPOSO TAVARES, 1365 BAIRRO: CENTRO INSC:292600

AMERICO RIBEIRO DO NASCIMENTO RUA JOAQUIM NABUCO, 144 BAIRRO: CENTRO INSC: 75600	JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS ORQUIDEAS, 580 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 483300	JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS ORQUIDEAS, 569 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 482700
JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS ORQUIDEAS, 559 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 482600	JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS HORTENCIAS, 542 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC:485100	JOSE FASUTO PICOLI RUA DAS HORTENCIAS, 552 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC:485000
JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS ORQUIDEAS, 599 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 483000	JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS HORTENCIAS, 541 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 483800	JOSE FAUSTO PICOLI RUA JOAQUIM ANTONIO SOBRINHO, 574 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 480700
APARECIDO MARTINS DA ROCHA RUA IPE, 230 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 377855	DURVALINO APARECIDO PEDRO RUA JEQUITIBA, 23 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 377870	ALISSON DE MOURA LINO RUA GUARITA, 48 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 377800
INCORPLAN – INCORP. E LOT. LTDA RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1401 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 407300	JOAO EVANGELISTA AGUIAR NEVES RUA CIRILO EVANGELISTA DA SILVA BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 406300	JOAO EVANGELISTA AGUIAR NEVES RUA CIRILO EVANGELISTA DA SILVA, 53 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 406350
JORGE ADRIANO GRACIANO LINHARES RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 292 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 700300	LUIZ SEBASTIAO DA COSTA E OUTRA RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 375 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 698550	VALDEVINO FERNANDES LEAL RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 382 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697650
MARIA ROMUALDO BERNARDO RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 422 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697300	LINDALVA ROMUALDO BERNARDO RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 434 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697200	EDINALDO SANTOS MARQUES RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 370 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697750
ANGELA REGINA HERNANDES VIEIRA RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 364 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697800	BENEDITO CAETANO MALTA RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 358 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697850	SOLANGE APARECIDA FONSECA VALINI AMARANTE RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 315 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 699100
JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 303 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 699200	MARCELO PEREIRA DE CARVALHO RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 417 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 698200	MARCELO PEREIRA DE CARVALHO RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 423 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 698150
NEUSA SATURNINO DA SILVA RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 394 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 697550	JULIANA DOS SANTOS DE ASSIS RUA GURUCAIA, 218 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 370300	ADELINO VOLPATO RUA IPE, 242 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 377840
MAYCON MALTA MORGADO RUA IPE, 236 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 377850	EVERTON POLETINE BORGES RUA NILO PECANHA, 200 BAIRRO: CENTRO INSC: 17360	JOSEFA MARIA SALES RUA JOSE DE ALENCAR, 178 BAIRRO: CENTRO INSC: 12700
SEVERINO JOSE DANTAS RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 342 BAIRRO: CENTRO INSC: 14370	CARMEM LARANHAGA BELUCO RUA SALVADOR ALVES FERREIRA, 33 BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL PEROLA II INSC: 659150	CARMEM LARANHAGA BELUCO RUA SALVADOR ALVES FERREIRA, 29 BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL PEROLA II INSC: 659130
LUCIANO SCARDELATO CABRAL RUA AVENIDA OPPNUS, 1361 BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL PEROLA INSC: 444600	REALIZAR – INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA RUA FRANCISCO MULEZINI, 1361 BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL PEROLA II INSC: 449500	

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº010/2018
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, o Ofício nº026/2018 da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.
CONSIDERANDO, o PSS – Processo Seletivo Simplificado, aberto pelo Edital n.º001/2017, torna público.
A convocação dos candidatos aprovados, abaixo nominados, para entrega dos documentos comprobatórios dos requisitos mínimos para contrato nos cargos, conforme item 11. do PSS – Processo Seletivo Simplificado, aberto pelo Edital n.º001/2017, até as 17h00m do dia 26/02/2018, no Departamento de Recursos Humanos.
CARGO: 4 – AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS (FEMININO)

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA NASCIMENTO	PONTOS
1	JULIANE DE OLIVEIRA CARREIRO	05/11/1989	90
2	CECÍLIA APARECIDA CURRIEL FIGUEIREDO	11/04/1957	80
3	ELIANE APARECIDA FERRO RAMPIM RAMOS	16/11/1979	80
4	ELISANGELA APARECIDA GALASSI RODRIGUES	08/12/1983	80
5	ROSANGELA BORGMANN	10/07/1981	76
6	LUCINEIA DO PRADO	09/03/1967	75
7	ROSANGELA DE SOUZA	07/07/1976	75
8	MARIA AUGUSTA DA COSTA	22/03/1980	75
9	CRISTIANE SAMPAIO NUNES	02/01/1983	74
10	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	08/09/1977	73,5
11	MARIELE PEREIRA SOARES SACURAI	23/01/1996	73,5
12	ELAINE ALMEIDA CAMPOS DIAS	19/07/1982	73

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTRATO, (ORIGINAL E CÓPIA SIMPLES):
A - Carteira de Identidade (RG);
B - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
C - Carteira de Trabalho e Número do PIS - (CTPS - folha de identificação frente e verso);
D - Comprovante de abertura de conta no Banco Itaú, contendo o número da agência e conta;
E - Comprovante de endereço atualizado (últimos 60dias contados da convocação);
F - Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;
G - Certidão de Nascimento ou Casamento;
H - Certificado de Reservista;
I - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
J - Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 2 (dois) anos, contados de forma retroativa a partir da data da Contratação, e de que não perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgamento a ser julgado a ser cumprida ou em cumprimento; (disponível para preenchimento no Departamento de Recursos Humanos).
K - Certidões Negativas de Antecedentes Criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
L - Declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio.
M - Cópia autenticada do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
N – Certidão de Condutor expedida pelo CIRETRAN onde o candidato possui seu prontuário da CNH. (exigido para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas);
O candidato convocado para ocupar a vaga temporária, quando não comparecer no prazo estipulado na convocação, será automaticamente deslocado para o final da lista, que obedecerá mais uma convocação respeitando a ordem de classificação. Caso está segunda convocação não seja atendida pelo candidato, este será automaticamente excluído do certame, em conformidade com o item 10.5 do Edital nº001/2017.
O candidato no ato de sua convocação poderá de imediato, solicitar que seu nome, seja encaminhado para o final da lista de classificação.
Pérola - Paraná, 19 de fevereiro de 2018.
Darlan Scalco
Prefeito

Página: 1 de 1
15/02/2018 09:11

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	26.869.246,74	28.035.452,77	28.558.017,42
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22%	5.911.234,28	6.167.799,61	6.282.763,83
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	5.320.110,85	5.551.019,65	5.654.487,45

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 14/Fev/2018, 17h e 06m.
Nota: ¹ inclui garantias concedidas por meio de Fundos

JOSE CARLOS BARALDI, PREFEITO MUNICIPAL, CPF 409.020.649-91 — ANTONIO CIRINEU PASSARELA, SECRETARIO DA FAZENDA, CPF -086.029.649-00 — MARCO ANTONIO PERES, CONTROLADOR, CPF -896.845.839-15 — ELIANDRO SAQUETTO, TECNICO CONTABIL, CRC -053488/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 01815, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211/2014, PREGÃO Nº 159/2014.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADA: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE S.
OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução para o dia 05/02/2019 e manutenção do valor original do contrato, ou seja, R$ 38.090,19 (trinta e oito mil, noventa reais e dezenove centavos); base a Lei 8.666/93, art. 57, II.
ASSINANTES: Pela Contratante: ALTAIR DONIZETE DE PADUA. Pela Contratada: CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
ATO DA MESA nº 004/2018
AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais constantes da Resolução nº 001/2013 e, a solicitação formulada pelo Vereador, José Cinésio,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica o Vereador, JOSÉ CINÉSIO, autorizado a viajar a cidade de Curitiba/PR nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2018, para tratar de assuntos de interesse do município na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e na Casa Civil, conforme formulário de solicitação de diárias, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos dos artigos 1º e 3º, inciso II, da Resolução nº 01/2013.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 19 de fevereiro de 2018.
JOSÉ CINÉSIO
Presidente
JOÃO ROBERTO BATISTA
Primeiro Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
LEI Nº 1.961, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
(Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal)
Dispõe sobre revisão geral anual dos subsídios dos cargos de provimento em comissão do SAMAE.
O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1o Fica concedido aos agentes públicos autárquicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tapejara - SAMAE, Revisão Geral Anual de 2,95 % (dois vírgula noventa e cinco por cento), sobre os subsídios constantes do anexo III, da Lei nº 1.655, de 09 de outubro de 2013, que trata dos subsídios dos cargos de provimento em comissão, conforme o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, com vigência e efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2018.
Art. 2o Fica o Diretor Executivo do SAMAE autorizado a abrir créditos suplementares para atender às despesas decorrentes desta Lei, que correrão a conta de dotações do Orçamento Geral do SAMAE.
Art. 3o O anexo que trata o art. 1o, é parte integrante desta Lei.
Art. 4o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de janeiro de 2018.
Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

ANEXO III DA LEI Nº 1.655 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013
DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO REMUNERADOS POR SUBSÍDIOS

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	NÚMERO DE VAGAS	SÍMBOLO	SUBSÍDIOS
DIRETOR EXECUTIVO	1	CC1	R$ 6.200,41
DIRETOR DE DEPARTAMENTO	2	CC2	R$ 5.242,04
DIRETOR DE DIVISÃO	4	CC3	R$ 3.690,27

Tapejara, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
LEI COMPLEMENTAR Nº 074, de 19 de fevereiro de 2018
(Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal)
Altera e acrescenta redações de dispositivos da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre Valores da Planta Genérica de imóveis para fim de incidência de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano alterando o Código Tributário do Município e prevê outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1°- Ficam acrescentados incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX, ao artigo 1°, da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, os quais terão as seguintes redações, visando redução de alíquotas de imposto aprovada no ano anterior, maior esclarecimento das regras e segurança jurídica:
"Art. 1°-
I – Alíquota do IPTU de 1% (um por cento) previsto na Lei vigente será diminuído para 0,30% (zero virgula trinta por cento) a partir de 1º de janeiro de 2018 e incidirá sobre o valor venal do imóvel que constar no cadastro da planta genérica de valores, que o setor de tributação do Município deverá manter atualizado e caso não existente este, deverá incidir sobre o valor de mercado do terreno e construção que nele existir acrescido,
II - .....
III - ......
IV – Durante o exercício financeiro de 2018 a alíquota de IPTU aplicável sobre os valores venais dos imóveis sem construção predial, residencial, comercial ou industrial, será diminuída de 1,40% (um vírgula quarenta por cento) para 0,70% (zero vírgula setenta por cento).
V – A partir de 1° de janeiro de 2019 é que será aplicada a alíquota de IPTU de 1,40% (um vírgula quarenta por cento) como regra, bem como, assim o será feito nos exercícios financeiros subseqüentes, aplicando-se o previsto no inciso II desse artigo 1°, sobre os valores venais dos imóveis sem construção predial, residencial, comercial ou industrial.
VI – A efetiva aplicação das alíquotas progressivas de IPTU previstas no inciso III desse artigo 1° será medida excepcional e dependerá de identificação especifica de cada imóvel sobre o qual deverão passar a incidir as alíquotas progressivas referidas que iniciará a partir de 2,70% (dois vírgula setenta por cento) sobre o valor venal do imóvel sem ocupação com construção predial, residencial, comercial ou industrial, o que deverá ser feito por meio de ato a cargo do setor de tributação do Município, após receber ordem de serviço e publicação de decreto do Poder Executivo para que assim o faça, devendo ter a identificação do relevante interesse de desenvolvimento de cada imóvel, local ou setor da cidade, precedido de identificação dessa necessidade de supremacia do interesse público sobre o privado para fim estratégico de se promover o crescimento da cidade, que deverá constar em ata de deliberação de responsabilidade do Conselho de Desenvolvimento do Município.
VII – A deliberação do Conselho de Desenvolvimento do Município poderá ser revisada e ou reconsiderada, com base na conveniência e oportunidade, desde de que devidamente fundamentada.
VIII – Decreto do Poder Executivo a que se refere o inciso anterior poderá utilizar, como referência, os prazos previstos nos §§ 4° e 5° do artigo 5°, da Lei Federal n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), possibilitando aos proprietários dos imóveis que se organizem, programem, projetem construção a ser edificada, façam o devido protocolo na Prefeitura e obtenham aprovação do Poder Executivo, bem como, tenham prazo razoável para que possam colocar em prática o projeto e assim, venha contribuir com o crescimento, melhoria e desenvolvimento da cidade.
IX – Não se exigirá alíquota de IPTU progressivo previstos nos incisos anteriores quando o proprietário tenha iniciado e não paralise construção, residencial, comercial ou industrial, que passará a ocupar imóvel e contribuirá com o crescimento e desenvolvimento da cidade.
Art. 2°- O artigo 2° da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, passará a ter a seguinte redação:
"Art. 2°- A planta genérica de valores imobiliários do MUNICÍPIO DE TAPEJARA-PR ficará definida com base em valores por m2 (metro quadrado) estipulados para cada setor da cidade, partindo do centro para os bairros, estabelecendo zoneamentos identificados por cores diferenciadas indicadas em Mapa que consta no Anexo I, o qual se constitui parte integrante dessa Lei, que contém as seguintes siglas, significados e valores.
1- ZC-1 – Zona Comercial - 1, valor de R$ 552,00 por m²;
2- ZC-2 - Zona Comercial - 2, valor de R$ 441,00 por m²;
3- ZC-3 - Zona Comercial - 3, valor de R$ 352,00 por m²;
4- ZR-5 - Zona Residencial - 5, valor de R$ 281,00 por m²;
5- ZR-4 - Zona Residencial - 4, valor de R$ 225,00 por m²;
6- ZR-3 – Zona Residencial - 3, valor de R$ 180,00 por m²;
7- ZR-2 – Zona Residencial - 2, valor de R$ 144,00 por m²;
8- ZR-1 – Zona Residencial - 1, valor de R$ 115,00 por m²;
9- ZI-1 - Zona Industrial - 1, valor de R$ 115,00 por m²;
10- ZI-2 - Zona Industrial - 2, valor de R$ 92,00 por m²;
11- ZEIS - Zona Especial de Interesse Social, valor de R$ 60,00 por m²;"
Art. 3°- O inciso IV, do artigo 3° da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, passará a ter a seguinte redação:
"Art. 3° -
IV - Ficam definidos os valores genéricos previstos abaixo, por classe de construção, com base na realidade de fato existente no Município, parâmetros definidos no inciso III acima e regulamentação que venha ser feita pelo PODER EXECUTIVO, entre outros aspectos próprios que forem apurados in locu e que tornarem a construção uma situação específica e peculiar:
1 – Construção de alto padrão..........R$ 1.600,00/m2;
2 – Construção de médio padrão..........R$ 1.100,00/m2;
3 – Construção de baixo padrão..........R$ 900,00/m2;
4 – Construção padrão Minha casa, minha vida..........R$ 750,00/m2;
5 – Construção em Alvenaria, residencial familiar, sem padrão/acabamento..........R$ 500,00/m2;
6 – Construção em Material Misto (Madeira e Alvenaria)..........R$ 400,00/m2;
7 – Construção só em Madeira, em bom estado de conservação..........R$ 300,00/m2;
8 – Construção só em Madeira, em estado regular e ruim de conservação..........R$ 200,00/m2;
9 – Construção de barracão, tulha, garagem e outras, em Madeira..........R$ 200,00/m2;"
10 – Construção de barracão, tulha, garagem, puxado ou outras, em Alvenaria.........R$ 400,00/m2;"
11 – Construção ou estrutura para uso industrial ....R$ 600,00/m2;
12 – Construção ou estrutura par auso comercial..........R$ 600,00/m2.
Art. 4°- O artigo 4°, da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, passará a ter a seguinte redação:
"Art. 4° - Fixa-se valor mínimo de R$ 150,00 (Cento e cinqüenta reais), não tendo direito aos descontos previstos nesta lei, a título de IPTU que concretiza restrição tributária e atende a capacidade contributiva, aplicável as situações de fato que não se enquadrem em isenção, mas, atendam os requisitos seguintes e, enquanto perdurar as situações fáticas cumulativas, de:
1- Renda mensal maior que 1 (um) e inferior a 02 (dois) salários mínimos mensais;
2- Propriedade de 1 (um) único imóvel e única construção residencial;
3- Requerimento do proprietário do imóvel;
4- Comprovação de que o requerente reside no imóvel tributado;
5- Área de construção que existir no imóvel, não ultrapasse:
a) 70,00 m², se for de alvenaria;
b)100,00 m², se for de madeira;
c)100,00 m², se for de construção mista (alvenaria e madeira ou outro material usado na edificação), com área construída em alvenaria não superior a 70,00 m²;
Art. 5°- O artigo 6°, da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, passará a ter a seguinte redação:
"Art. 6° - Fica instituído desconto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do IPTU apurado, percentual que é proporcionalmente distribuído quando atendidos cada um dos itens definidos abaixo como IPTU Ecológico ou IPTU Verde, como relevante meio de incentivo a práticas benéficas ao meio ambiente, consistentes em redução de consumo de recursos naturais e busca pela melhoria da qualidade do meio habitado, ao implementar:
I - Instalação e funcionamento de sistemas de captação de água de chuva e sua reutilização na habitação ou edificação, que economize, ao deixar de utilizar, água tratada potável fornecida pelo SAMAE ou SANEPAR, desconto de 5% (cinco por cento);
II – Implantação e manutenção de cobertura vegetal vertical em edificação, sejam em fachadas, laterais, divisas de imóveis, a qual passe a servir de jardins ou equiparado, conforme definição da Municipalidade, cumprindo função de despoluição visual além das contribuições que a vegetação possa trazer à regulação climática e melhoria do ar urbano, por mínima que seja, desconto de 1% (um por cento);
III - Utilização de 10% (dez por cento) da área no terreno, no mínimo, que gere infiltração de água no solo, com ou sem gramado, desconto de 2% (dois por cento), conforme constatação por parte da municipalidade;
IV – Instalação e funcionamento de sistema de geração de energia, solar, eólica ou outra, com comprovação de que gere economia de uso de energia fornecida pela COPEL-Companhia Paranaense de Energia Elétrica, desconto de 10% (dez por cento);
V - Funcionamento de sistema de aquecimento de água, por meio solar ou outra forma, com comprovação de que gere economia de uso de energia fornecida pela COPEL-Companhia Paranaense de Energia Elétrica, desconto de 3% (três por cento);
VI - Plantio e manutenção de árvores dentro do terreno que é proprietário, contribuindo com regulação da temperatura na cidade, entre outros benefícios ecológicos, desconto de 1% (um por cento);
VII - Construção de calçada ecológica, conforme modelo aprovado pela prefeitura, desconto de 2% (dois por cento);
VIII – Ou outras melhorias que comprovadamente venham beneficiar o Meio Ambiente, conforme a conveniência e oportunidade da Municipalidade, desconto de 1% (um por cento);"
Parágrafo único. Os descontos previstos neste artigo 6° não é automático, dependendo de requerimento do interessado e comprovação do cumprimento de cada item acima especificado, bem como, sua efetiva utilidade ao meio ambiente, submetido a apreciação da Municipalidade, considerando a conveniência e oportunidade.
Art. 6°- O item 1, do artigo 10, da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, passará a ter a seguinte redação:
"Art. 10 – Serão aplicadas isenções do pagamento IPTU, desde que atendidos os requisitos abaixo:
1 - Propriedade de 1 (um) único imóvel e única construção residencial cujo valor venal apurado com os critérios e parâmetros previstos nessa Lei, seja menor que imóveis financiados pelo programa "minha casa, minha vida";
Art. 7°- Fica acrescentado parágrafo único ao artigo 11, da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, o qual terá a seguinte redação:
"Art. 11 –
Parágrafo Único. Ocorrendo vencimento de 3 (três) parcelas previstas em termo de parcelamento formalizado com o Município, sucessivas ou intermitentemente, fica automaticamente rescindido, ficando proibido seu restabelecimento ou reparcelamento, impondo-se o dever de ofício dos órgãos competentes realizarem a imediata inscrição em dívida ativa, inscrição em protesto e cobrança judicial.
Art. 8°- Fica excluído o parágrafo único do artigo 18 da Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, o qual passou a ser o parágrafo único do artigo 11 da mesma Lei.
Art. 9°- Esta lei entrará em vigor e gerará efeitos a partir de 16 de março de 2018, em respeito e compatibilidade a entrada em vigor da própria Lei Complementar Municipal n° 073, de 15 de dezembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.
Tapejara - PR, em 19 de fevereiro de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	623.236,29	176.240,16	94.291,77
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	623.236,29	176.240,16	94.291,77
Empréstimos	106.664,95	66.104,44	22.750,81
Internos	106.664,95	66.104,44	22.750,81
Externos	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-
Financiamentos	-	-	-
Internos	-	-	-
Externos	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	198.426,67	-	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	198.426,67	-	-
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FGTS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	318.144,67	110.135,72	71.540,96
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	570.062,22	2.848.211,12	1.313.294,66
Disponibilidade de Caixa¹	570.062,22	2.848.211,12	1.313.294,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	996.144,37	3.000.588,09	1.576.954,83
(-) Restos a Pagar Processados	426.082,15	152.376,97	263.660,17
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	53.174,07	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.869.246,74	28.035.452,77	28.558.017,42
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,32	0,63	0,33
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,20	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120,00%>	120,00	120,00	120,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108,00%>	108,00	108,00	108,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000² (Não incluídos na DCL)	-	107.997,20	-
PASSIVO ATUARIAL	27.163.113,88	32.032.714,37	32.032.714,37
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	12.412,70	-
RP NÃO-PROCESSADOS	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 14/Fev/2018, 16h e 57m.
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

JOSE CARLOS BARALDI, PREFEITO MUNICIPAL, CPF 409.020.649-91 — ANTONIO CIRINEU PASSARELA, SECRETARIO DA FAZENDA, CPF -086.029.649-00 — MARCO ANTONIO PERES, CONTROLADOR, CPF -896.845.839-15 — ELIANDRO SAQUETTO, TECNICO CONTABIL, CRC -053488/O-9

15/02/2018 09:03

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.529.604,07	-
Pessoal Ativo	13.611.618,26	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.338.613,64	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	579.372,17	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	1.478.269,40	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.611,43	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.416.518,87	-
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	58.139,10	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.051.334,67	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.558.017,42	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	1.312.025,76	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	27.245.991,66	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	14.051.334,67	51,57
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.712.835,50	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.977.193,72	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.241.551,95	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 14/Fev/2018, 16h e 50m.
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota:

JOSE CARLOS BARALDI, PREFEITO MUNICIPAL, CPF 409.020.649-91 — ANTONIO CIRINEU PASSARELA, SECRETARIO DA FAZENDA, CPF -086.029.649-00 — MARCO ANTONIO PERES, CONTROLADOR, CPF -896.845.839-15 — ELIANDRO SAQUETTO, TECNICO CONTABIL, CRC -053488/O-9

15/02/2018

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2017

LRF, Art. 48 - Anexo 7 R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	14.051.334,67	51,57
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	14.712.835,50	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	13.977.193,72	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	34.269.620,90	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.282.763,83	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	4.569.282,79	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.999.061,22	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	-	1.313.294,66

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Fev/2018, 08h e 30m.

JOSE CARLOS BARALDI, PREFEITO MUNICIPAL, CPF - 409.020.649-91 — ANTONIO CIRINEU PASSARELA, SECRETARIO DA FAZENDA, CPF -086.029.649-00 — MARCO ANTONIO PERES, CONTROLADOR, CPF -896.845.839-15 — ELIANDRO SAQUETTO, TECNICO CONTABIL, CRC -053488/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

C.G.C.76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONES (44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

TERMO DE COMPROMISSO PÚBLICO

TOMADOR DO COMPROMISSO: Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

COMPROMISSÁRIO: Município de Tapejara

Eu, Rodrigo de Oliveira Souza Koike, RG 8533720-3 SSP/PR, Prefeito do Município de Tapejara, me comprometo a:

( ) *revisar o Plano Diretor Municipal*, em função de prazo máximo de vigência (10 anos) ou
(x) *adequar o Plano Diretor Municipal* em função de outra situação negativa informada na Declaração de Vigência do PDM, PAI e Conselho datada de 20/11/2017:

(x) *totalmente sob responsabilidade de equipe municipal*, ou
( ) *com contratação de consultoria, com recursos do município*, ou
( ) *com contratação de consultoria, com recursos do SFM*

Na revisão ou adequação do *Plano Diretor Municipal* deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e da Lei Estadual nº 15.229/2006, dentre demais disposições legais.

A conclusão do aqui compromissado, sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal, deve ocorrer até 10/03/2018.

Declaro ter ciência de que o descumprimento do compromisso acima será informado pelo PARANACIDADE aos competentes órgãos de fiscalização.

Por estar justo e acordado, é firmado o presente Termo de Compromisso Público em 02 vias, com o conhecimento das testemunhas abaixo assinadas.

Tapejara, em 20 de Novembro de 2017

Rodrigo de Oliveira Souza Koike
Prefeito(a) Municipal
Compromissário

Wilson Bley Lipski
Superintendente do PARANACIDADE
Tomador do Compromisso

Testemunhas

JOEL PACCOR JUNIOR
Arquiteto e Urbanista – CAU: A68197-0
Arquiteto e Urbanista

CAMILA NATASHA GOMES JAKYMIU
Engenheira Civil – CREA-PR 152417/D
Diretora da Divisão de Obras e Engenharia

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 11.208/2018
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para o Prefeito do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar o Senhor ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito do Município de Terra Roxa, viajar até Brasília - DF, para tratar assuntos de interesse do Município no AMUSUH- Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas, Gabinete do Deputado Federal Osmar José Serraglio e Sergio Souza, Dilceu João Sperafico, Fernando Destito Francischini, Hidekazu Takayama, Senador Roberto Requião de Mello e Silva, MEC/FNDE, Ministério do Esporte, Turismo e Saúde, nos dias 19 a 23 de fevereiro de 2018, cabendo-lhe o pagamento de 04 (quatro) diárias.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TERRA ROXA

RESOLUÇÃO N° 017/2017
Súmula: Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação da Resolução Ad Referendum CEAS/PR nº 05/2017 do município de Terra Roxa.
Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com a última alteração dada pela Lei nº 12.435 de 2011, em especial art. 2º que estabelece que é objetivo da assistência social a "habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária";
Considerando a Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011 do CNAS, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;
Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
Considerando que a Assistência Social é reconhecida como a política privilegiada para tratar da questão da inclusão social da pessoa com deficiência, respeitando-se a transversalidade e intersetorialidades necessárias;
O Conselho Municipal da Assistência Social de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 107/95, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária em data de 06 de dezembro de 2017, sob a ata 019/2017,
RESOLVE:
Artigo 1º- Após análise e deliberação em plenário, o Conselho Municipal de Assistência Social, concede parecer favorável, aprovando integralmente o Termo de Adesão e Plano de Ação da Resolução Ad Referendum CEAS/PR nº 05/2017 do município de Terra Roxa, referente ao município de Terra Roxa-PR.
Artigo 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Terra Roxa, 06 de Dezembro de 2017.
Edineia Maria Zanelli Garcia
Presidente do CMAS

Publicações legais

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

SAMU 192 NOROESTE PR

EDITAL n.º 008/2018

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – CIUENP – SAMU 192 – Noroeste do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que estabelece a instrução da cláusula 37ª do ato de provimento em caráter efetivo do Estatuto do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná - CIUENP, de 20.03.2012, e o Edital nº 001/2017, de 07.08.2017,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no concurso público de provas e títulos, para provimento do emprego público de **MÉDICO INTERVENCIONISTA**, com carga horária de 24 horas semanais, conforme detalhado em quadro constante do presente edital, a comparecerem à Sede do Consórcio, localizada na Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, nº 4348, Centro, Umuarama-Pr – CEP 87.501-270, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 h, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, para se manifestarem sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que se realizará agendamento para se submeterem ao Exame Médico Pré-Admissional previsto no item 4.16 de referido Edital.

Aos candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público, quando de sua convocação, será facultado o pedido de deslocamento - mediante requerimento do candidato - para o final da ordem de classificação, respeitando apenas mais 01 (uma) chamada, totalizando 02 (duas) chamadas, conforme estabelece o subitem 4.3 do Edital nº. 001/2017.

Por oportuno, enfatiza-se que candidato eventualmente detentor de outro emprego/cargo público deverá atentar para a **limitação MÁXIMA de 60 (sessenta) horas de trabalho semanais** – para a atividade já desempenhada **MAIS** o trabalho no SAMU, para os que são aqui convocados, na forma da legislação vigente.

22ª REGIONAL – IVAIPORÃ

MÉDICO INTERVENCIONISTA – 24 HORAS SEMANAIS
BASE DE TRABALHO – IVAIPORÃ -PR
(Provimento de 02 Vagas)

CLASS.	NOME	INSCR.	R.G. nº
008	MURILO MASANOBU TOMIYOSHI	02464	19924860 SSP MT
009	DIEGO RODRIGO DAMETTO	01460	101365670 SESP PR

Umuarama - PR, 19 de Fevereiro de 2018.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO:

- Declaração de que não ocupa outro emprego público, para quem não é concursado (a preencher no ato de comparecimento);
- Declaração de acúmulo de cargos para quem tem outro emprego público (idem); **apresentar cópia da portaria de nomeação do servidor, holerite atualizado, e declaração de horário da jornada de trabalho E SE É ESCALA DE PLANTÃO OU NÃO**;
- Cópia do imposto de renda ou preencher declaração de bens (obtenível no escritório do SAMU);
- *Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e número no* ***PIS/PASEP****;*
- 01 Foto 3 x 4 atual e colorida;
- Certidão Negativa Criminal de condenação criminal contra o candidato, transitada em julgado nos últimos 05 (cinco) anos;
- Certidão de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime eleitoral, através de Certidão expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato esteve domiciliado e trabalhado nos últimos 05 (cinco) anos;;
- Certidão de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime administrativo (Contra o Patrimônio e Administração Pública), através de Certidão expedida pela Justiça Estadual onde o candidato esteve domiciliado e trabalhado nos últimos 05 (cinco) anos;
- Declaração de não estar respondendo por processo administrativo ou sindicância, junto a órgão público onde atualmente lotado, ou algum outro, anterior.

XEROX LEGÍVEL E ORIGINAL DE:

- Diploma de nível Superior;
- Carteira de registro no CRM, e comprovante de regularidade do registro (quitação);
- Identidade e CPF;
- Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil (contatar previamente o SAMU, em caso de inexistência da conta);
- Título de eleitor, comprovante da ultima votação ou certidão de quitação eleitoral;
- Certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Caderneta de vacinação – do candidato – atualizada;
- Certidão dos filhos menores de 14 anos;
- Caderneta de vacinação (filhos de 0 a 7 anos);
- Comprovante de frequência escolar (filhos de 7 a 14 anos);
- Comprovante de residência.

EXAMES MÉDICOS QUE DEVERÃO SER PROVIDENCIADOS PARA CONSULTA CLÍNICA COM O MÉDICO DO TRABALHO.

CARGO	TIPOS DE EXAME
MÉDICO INTERVENCIONISTA	- hemograma completo, que informe tipo sanguíneo e fator rh; - VDRL, anti HCV e anti HBS; acuidade visual; ASO.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2018
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N.º 001/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SONORIZAÇÃO PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO DE REFERIDOS EQUIPAMENTOS, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste.
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE/PR.
Contratada: Empresa P. H. NUNHEZ & CIA LTDA – CNPJ nº 05.562.058/0001-42.
Justificativa: Aquisição equipamentos eletrônicos de sonorização e, serviços de instalação, para o Plenário da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste.
Vigência: 19/02/2018 a 21/03/2018 – 01 (um) mês.
Valor Total: R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), conforme cláusula terceira do contrato n.º 001/2018.
Previsão legal: Art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93.
Signatários: José Cinésio, presidente da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, pela Contratante e, Sr. Paulo Henrique Nunhez, pela Contratada.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
JOSÉ CINÉSIO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
AVISO DE ERRATA E REMARCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2018
O Pregoeiro do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, COMUNICA a todos os interessados, através da presente ERRATA, que o Edital referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018, que tem como objeto a AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS DA 'LINHA DE A A Z' (ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES) CONSTANTES DA LISTA OFICIAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DA TABELA INDITEC ATUALIZADA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNEIRAS DO OESTE, que teve seu Aviso de Abertura publicado no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado), e em Jornal de Grande Circulação Regional (O Diário do Norte do Paraná), nas edições do dia 03/02/2018, considerando o Requerimento efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, fica retificado nos seguintes termos:
Onde se lê:
'Art. 26 A proposta deverá ser impressa em 01 (uma) via, entregue dentro do envelope nº 1 – Proposta de Preços, constando:
(...)
f) Prazo de entrega: máximo de 72 HORAS a partir da Solicitação de Despesa;'
Passa-se a ler:
'Art. 26 A proposta deverá ser impressa em 01 (uma) via, entregue dentro do envelope nº 1 – Proposta de Preços, constando:
(...)
f) Prazo de entrega: máximo de 1 HORA a partir da Solicitação de Despesa;'
Por apresentar motivo relevante que possa obstar ou prejudicar a formulação das propostas, com fundamento no art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, e no art. 72, §1º do Edital, com esta retificação no Edital da referida licitação, ficam os licitantes interessados notificados, cancelando-se a data de 23/01/2018, às 14h00, para realização da Sessão deste Pregão Presencial, prorrogando-a para a data de 05/03/2018, às 9h00.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
José Vinícius Cuareli Alécio
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 101/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e por outro lado à empresa J. F. GIMENEZ & CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.337.856/0001-19, com estabelecimento à Avenida Rui Barbosa, 377 - Centro, na cidade de Tapejara, Estado do Paraná, representada neste ato por Luiz Gustavo de Moraes Gimenez, brasileiro, portador da CI/RG nº 9.043.941-3 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 010.029.629-78, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017 (Processo Administrativo nº 050/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo da quantidade inicialmente licitada pelos mesmos valores inicialmente contratados quando da celebração do Contrato Administrativo nº 101/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017, considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ITENS ADITIVADOS
2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor inicial do Contrato passa de R$-63.212,37 (sessenta e três mil duzentos e doze reais e trinta e sete centavos) para R$-63.956,37 (sessenta e três mil novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos), considerando o acréscimo de R$-744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais) referente a 25% dos valores aditivados, conforme tabela abaixo:
Item Descrição Marca Quant. Aditiv. Valor Unit. Valor Total Aditivado
14 CAIXA DE OLEO DE FREIO DOT 4 UNIDADE C/ 500 ML CAIXA C/ 20 LITROS LUBRAX 001 R$ 414,00 R$ 414,00
15 CAIXA DE OLEO DE FREIO DOT 3 UNIDADE C/ 500 ML CAIXA C/ 20 UNIDADES LUBRAX 001 R$ 330,00 R$ 330,00
3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
3.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
4.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no Contrato nº 101/2017.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Gerson Honório Pereira
Prefeito Municipal em exercício J. F. GIMENEZ & CIA LTDA.
Luiz Gustavo de Moraes Gimenez
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ____________________________ 2.
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

15/02/201

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR - Consolidado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBLIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2017 - PERIODO 2º SEMESTRE

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a') R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS – DE EXERCICIOS ANTERIORES (B)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS – DO EXERCICIO (C)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES (D)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCICIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	1.544.729,22	8.000,00	79.492,56	-	-	1.457.236,66	-	-
25% Sobre Demais Impostos Vinculados à Educação	5.512,85	-	-	-	-	5.512,85	-	-
5% Sobre Transferências Constitucionais	6,26	-	-	-	-	6,26	-	-
AFAI-Atenção as Familias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos da Educação/Indenização de Sinistros	611,54	-	-	-	-	611,54	-	-
Ampliação Casa Familiar Rural	131.648,67	-	-	-	-	131.648,67	-	-
APSUS -AQUISIÇÃO DE EQUIP.P/UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMARIA PROG.QUALIF.ATENÇÃO PRIMARIA	196.445,35	-	-	-	-	196.445,35	-	-
APSUS-Reforma de Unidades da Saúde da Familia	19.853,73	-	-	-	-	19.853,73	-	-
Aquisição de Unidade móvel de saúde e Veiculo	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUISIÇÃO SECADORES DE CAFÉ - CONTRATO DE REPASSE N°. 1033431-82/2016	139.163,98	-	-	-	-	139.163,98	-	-
Atenção Básica	6.872,90	-	-	-	-	6.872,90	-	-
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	64.998,06	-	-	-	-	64.998,06	-	-
BLOCO FINANC.DA GESTÃO DO PROG.BOLSA FAMILIA E CADASTRO UNICO-PORTMDS113/2015	14.718,15	-	-	-	-	14.718,15	-	-
CIDE (Lei 10866/04, Art. 1ºB)	5.964,56	-	-	-	-	5.964,56	-	-
Construção da Av. Sebastião Divino Simão - Contrato de Repasse 1010651-81/2013	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA - CONTRATO Nº 1005610-55/2013/CONV.785601	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de Escola	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de Pólo para Unidade de Saúde	517,27	-	-	-	-	517,27	-	-
Convênio Mun. Esperança Nova	-	-	-	-	-	-	-	-
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	79.725,46	-	-	-	-	79.725,46	-	-
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - PROCESSO 25000.164961/2016-48	14.566,40	-	-	-	-	14.566,40	-	-
FEAS PAIF - PROG.ESTADUAL -PROJETO VIVER EM FAMILIA	365,26	-	-	-	-	365,26	-	-
FNS-AQUISIÇÃO PRODUTOS MEDICOS DE USO UNICO	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDEB 40%	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDEB 60%	7.094,99	-	-	-	-	7.094,99	-	-
Fundo Municipal do Meio Ambiente	43.892,65	-	-	-	-	43.892,65	-	-
HOSPSUS-Prog Apoio e Qualif. Hospitalar de Hospitais Públicos	22.835,06	-	-	-	-	22.835,06	-	-
IGD-Indice de Gestão Descentralizada/Prog. Bolsa Familia	-	-	-	-	-	-	-	-
IGDSUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL)	11.764,03	-	-	-	-	11.764,03	-	-
Implantação de Sistema de Seg. no Trânsito CR 0311046-19	25.397,81	-	235,00	-	-	25.162,81	-	-
Implantação de Unidade Básica de Saúde-UBS	-	-	-	-	-	-	-	-
INCREMENTO TEMPORARIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PAB (2017)	24.919,80	-	-	-	-	24.919,80	-	-
INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS DE SAUDE	2.371,14	-	-	-	-	2.371,14	-	-
MAPA - AQUISIÇÃO DE TRATORES - CR 804056/2014	-	-	-	-	-	-	-	-
MDS-AQUISIÇÃO DE VEICULO VAN -CONVENIO 787424/2013	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorias Habitacionais-Reformas CR 0301553-51	21.899,31	-	-	-	-	21.899,31	-	-
Merenda Escolar	1.479,85	-	-	-	-	1.479,85	-	-
MINIST.ESPORTE - REFORMA GINASIO DE ESPORTE - CONT.REPASSE NUMERO 8108652014	278.100,43	-	-	-	-	278.100,43	-	-
Ônibus Escolares FNDE	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	3.638,55	-	-	-	-	3.638,55	-	-

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a') R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS – DE EXERCICIOS ANTERIORES (B)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS – DO EXERCICIO (C)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES (D)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCICIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	1.544.729,22	8.000,00	79.492,56	-	-	1.457.236,66	-	-
PAIF-Programa Atenção Integral a Familia	-	-	-	-	-	-	-	-
PAVIMENTAÇÃO BAIRRO POSTO FISCAL -CONVENIO 832089/2016	123.644,30	-	-	-	-	123.644,30	-	-
PISO BASICO FIXO (SUAS)	63.225,84	-	-	-	-	63.225,84	-	-
Poços Artesianos	-	-	-	-	-	-	-	-
Prog. Financiamento de Ações de Alimentação e Nutrição(VAN) - Equipamentos	496,15	-	-	-	-	496,15	-	-
Programa de Qualificação Ações de Vigilância em Saúde-Vigia SUS/Custeio	73,59	-	-	-	-	73,59	-	-
Programa de Qualificação Ações de Vigilância em Saúde-Vigia SUS/Equipamentos	2.535,23	-	-	-	-	2.535,23	-	-
PROGRAMA ESTADO- INCENTIVO ASSISTENCIA FARMACEUTICA	12.337,53	-	-	-	-	12.337,53	-	-
Programa Estadual de Incentivo Farmacêutico	10.345,56	-	-	-	-	10.345,56	-	-
PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAUDE-PQCMS	1.301,99	-	-	-	-	1.301,99	-	-
Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa FNDE-Manutenção da Educação	3.467,56	-	-	-	-	3.467,56	-	-
Programas Alimentação Escolar Creche	1.881,02	-	-	-	-	1.881,02	-	-
Recapeamento Asfaltico em Ruas e Avenidas da Area Urbana - Cont.1024516-97/2015 -Convenio 819851-2015	41.886,06	-	-	-	-	41.886,06	-	-
Recapeamento Asfaltico em Ruas e Avenidas da Area Urbana - Cont.1029074-89/2016 -Convenio 830049	1.190,76	-	-	-	-	1.190,76	-	-
Receb. e Tratamento de Residuos Sólidos Domiciliares do Mun. Esperança Nova-PR	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienações de Ativos/Indenização de Sinistros	57.277,00	-	-	-	-	57.277,00	-	-
REPASSE FUNDO A FUNDO INCREMENTO TETO FINANC.DA ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE RESOLUÇÃO 615/2015	5.321,50	-	-	-	-	5.321,50	-	-
Salário Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.698,57	8.000,00	79.257,56	-	-	-85.558,99	-	-
SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas - Exercício Poder de polícia	14.500,89	-	-	-	-	14.500,89	-	-
Taxas - Prestação de Serviços	31.047,69	-	-	-	-	31.047,69	-	-
Transporte Escolar Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Vigilância em Saúde	48.133,92	-	-	-	-	48.133,92	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	32.225,61	9.000,00	167.167,61	-	-	-143.942,00	-	-
Recursos do Tesouro (Descentralizados)	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Ordinários (Livres)	32.225,61	9.000,00	167.167,61	-	-	-143.942,00	-	-
RETENÇÕES EM CARATER CONSIGNATORIO OCORRIDAS NO EXERCICIO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	1.576.954,83	17.000,00	246.660,17	-	-	1.313.294,66	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	37.233.843,91	-	-	-	-	37.233.843,91	-	-

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a') R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS – DE EXERCICIOS ANTERIORES (B)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS – DO EXERCICIO (C)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES (D)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS – DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCICIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	1.544.729,22	8.000,00	79.492,56	-	-	1.457.236,66	-	-

JOSE CARLOS BARALDI – PREFEITO MUNICIPAL – CPF - 409.020.649-91
ANTONIO CIRINEU PASSARELA – SECRETARIO DA FAZENDA – CPF -086.029.649-00
MARCO ANTONIO PERES – CONTROLADOR – CPF -896.845.839-15
ELIANDRO SAQUETTO – TECNICO CONTABIL – CRC -053488/O-9

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2018, 14h e 21m.
Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

PREFEITURA MUNIC.SAO JORGE DO PATROCINIO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO – No Semestre	VALOR REALIZADO – Até o Semestre
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
TOTAL (I)	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	28.558.017,42	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia + II)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.569.282,79	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	4.112.354,51	14,40

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.999.061,22	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO – No Semestre	VALOR REALIZADO – Até o Semestre
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Fev/2018, 08h e 22m.
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

JOSE CARLOS BARALDI – PREFEITO MUNICIPAL – CPF - 409.020.649-91
ANTONIO CIRINEU PASSARELA – SECRETARIO DA FAZENDA – CPF -086.029.649-00
MARCO ANTONIO PERES – CONTROLADOR – CPF -896.845.839-15
ELIANDRO SAQUETTO – TÉCNICO CONTABIL – CRC -053488/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

Estado do Parana
Edital n.º 004/2018
RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2018
A Comissão Especial de Seleção de Pessoal do Edital do Processo Seletivo Simplificado Público nº 001/2018 que objetiva a contratação temporária de 02 (dois) Professores de Ensino Infantil e Fundamental – 20 h com formação de cadastro de reserva, no uso de suas atribuições legais, publica as inscrições deferidas dos candidatos abaixo relacionados. Os recursos poderão ser realizados nos dias 21 e 22/02/2018, conforme Edital nº 001/2018. A relação da homologação das inscrições será publicada no dia 23/02/2018, sendo a data para entrega de documentos para o dia 26/02/2018.

Nº DE INSCRIÇÃO	DATA DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	RG:
01	05/02/2018	MARIA EDUARDA DIAS	25/05/1994	12.803.625-3
02	05/02/2018	IRACI DE SOUZA PERROUD	04/04/1988	10.836.830-6
03	05/02/2018	LARISSA SPERANDIO MENDES DE MENDONÇA	09/06/1995	11.038.356-8
04	06/02/2018	ALINE PAGANELLI PEREIRA	31/05/1987	9.127.707-7
05	07/02/2018	ELISANGELA APARECIDA GALASSI RODRIGUES	08/03/1983	8.634.237-5
06	07/02/2018	CARLA FRNANDA OLIVEIRA DA SILVA	21/07/1992	12.371.458-0
07	08/02/2018	RAQUEL JULIÃO DE ALMEIDA	14/10/1992	12.310.856-6
08	09/02/2018	BRUNA DA SILVA MENDONÇA	13/01/2000	13.834.873-3
09	09/02/2018	MARIANA IZABELA NEGRI	04/05/1991	9.640.832-3
10	09/02/2018	ALINE FRANCIELE MAZZI	25/08/1986	9.834.815-8
11	09/02/2018	ALIDIANE RENATA SPINA	12/03/1993	12.780.546-6
12	09/02/2018	MARIANA DADATTO MANÇANO	12/07/1999	13.535.024-9
13	15/02/2018	KETTILLYN CAVALCANTE	14/08/1993	10.278.023-0
14	15/02/2018	LUCINÉIA TRIEZZI CONTRAGIANI	21/11/1978	7.709.594-2
15	15/02/2018	JAQUELINE ALVES RODRIGUES FABRINI	07/11/1986	9.218.817-5
16	15/02/2018	KAROLINE MENEHETI ANGELOTTI	29/04/1993	12.875.162-9
17	15/02/2018	ROSELI APARECIDA DOS SANTOS RIBEIRO	14/10/1967	4.078.512
18	15/02/2018	MARCIA ANGELOTTO	18/01/1979	7.233.007-2
19	15/02/2018	THAINA WALERIA ROCHA DOS SANTOS	28/06/1994	13.127.621-4
20	15/02/2018	ANA PAULA ARGENTON PAS	18/02/1992	12.581.631-2
21	16/02/2018	ALINE DOS ANJOS DAS DORES	15/12/1994	13.829.676-8
22	16/02/2018	CINTIA GRAZIELI RISSATO DA SILVA	17/03/1995	12.944.497-5
23	16/02/2018	NILCEIA DE OLIVEIRA DA COSTA	07/01/1984	9.301.983-0
24	16/02/2018	VANESSA DOS SANTOS PEREIRA	22/04/1980	6.515.116-2

OBS: Não houve inscrito portador de necessidades especiais.
Xambrê, às 18:00 do dia 16 de fevereiro de 2018.
ROBIM HUDSON DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
JOSÉ DOS SANTOS SILVA
Secretário da Comissão
CLEUSA CARDOSO DA SILVA
Relatora da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
PORTARIA N°. 11161/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso III do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 14/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Conceder ao Professor JULIANO ROMEU QUINTILIANO, matrícula 148350-2, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, por docência em turmas compostas por duas séries no período de 05/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 11162/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso III do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 14/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Conceder a Professora ELAINE DINIZ MEIRA DE ALMEIDA, matrícula 132292-2, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, por docência em turmas compostas por duas séries no período de 05/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°.11167/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso III do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 15/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Conceder a Professora JESSICA BEATRIZ AVANCE, matrícula 175293-0, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, por docência em turmas compostas por duas séries no período de 05/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 11168/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso III do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 15/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Conceder a Professora JULIA ROMODA, matrícula 134260-1, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, por docência em turmas compostas por duas séries no período de 05/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 11169/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso III do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 15/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Conceder a Professora ZENILDA ARANAO PASSOS, matrícula 37770-1, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, por docência em turmas compostas por duas séries no período de 05/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 11170/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso III do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 15/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Conceder ao Professor LARRIN DE SOUZA DIVINO, matrícula 176168-0, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, por docência em turmas compostas por duas séries no período de 05/02/2018 a 13/12/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 11181/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso II do artigo 32 da Lei 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 017/2018 de 07 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 524/2018 em 09/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Revogar, a partir de 01 de fevereiro de 2018, a Portaria 6557/2014, que concedia a Professora SILVANE DE SOUZA VALLADAO, matrícula 119806-3, uma gratificação de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento básico para atuar como Suporte Pedagógico na Escola Municipal Professora Maxmirian Barbara Gaspar da Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 11202/2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 5° do artigo 36° da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e
CONSIDERANDO o ofício nº 33/2018 de 19 de fevereiro de 2018 protocolado sob nº 605/2018 em 19/02/2018
R E S O L V E :
ART. 1°. – Convocar a Professora MARIA SOCORRO DE ARAUJO RAMOS, matrícula 33790-0, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais para prestar serviço na Escola Municipal Presidente Kennedy, no período de 05/02/2018 a 16/02/2018.
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2018.
ART. 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 19 de fevereiro de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 102/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e por outro lado à empresa FPM LOJA DE CONVENIENCIAS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.814.503/0001-54, com estabelecimento à Rodovia PR-317, 5989 (sala 1) – Pq. Industrial, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, representada neste ato por Eduardo Rodrigues Ferrari, brasileiro, portador da CI/RG nº 7.964.027-1 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 039.915.759-06, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017 (Processo Administrativo nº 050/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo da quantidade inicialmente licitada pelos mesmos valores inicialmente contratados quando da celebração do Contrato Administrativo nº 102/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017, considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ITENS ADITIVADOS
2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor inicial do Contrato passa de R$-32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais) para R$-34.604,00 (trinta e quatro mil seiscentos e quatro reais), considerando o acréscimo de R$-2.204,00 (dois mil duzentos e quatro reais) referente a 25% dos valores aditivados, conforme tabela abaixo:
Item Descrição Marca Quant. Aditiv. Valor Unit. Valor Total Aditivado
8 OLEO 2 TEMPOS - 1ª QUALIDADE PETROBRAS 020 R$ 7,90 R$ 158,00
9 BALDE DE OLEO 15W40 API CH4 DIESEL 1ª QUALIDADE C/ 20 LITROS IPIRANGA 008 R$ 212,00 R$ 1.696,00
24 BALDE DE OLEO ARLA 32, C/ 20 LITROS PONTUAL 007 R$ 50,00 R$ 350,00
3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
3.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
4.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no Contrato nº 102/2017.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Gerson Honório Pereira
Prefeito Municipal em exercício
FPM LOJA DE CONVENIENCIAS LTDA.
Eduardo Rodrigues Ferrari
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ____________________________ 2.
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 103/2017
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 1.642.664-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 281.629.279-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e por outro lado à empresa DEISICLER BAILO ZANOLO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.797.356/0001-01, com estabelecimento à Rua Waldemar Evaristo da Silva, 2813 – Jd. Alto da Boa Vista, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representada neste ato por Antonio Reginaldo Zanolo, brasileiro, portador da CI/RG nº 5.636.749-7 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 020.089.679-21, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017 (Processo Administrativo nº 050/2017), com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo da quantidade inicialmente licitada pelos mesmos valores inicialmente contratados quando da celebração do Contrato Administrativo nº 103/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017, considerando a vantajosidade à Administração Pública e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito a economia de recursos, agilidade, centralização dos serviços e principalmente dar continuidade ao objeto licitado.
2.0 CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ITENS ADITIVADOS
2.1 Com a alteração nas quantidades inicialmente contratadas, o valor inicial do Contrato passa de R$- 32.820,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais) para R$-37.524,00 (trinta e sete mil quinhentos e vinte e quatro reais), considerando o acréscimo de R$-4.704,00 (quatro mil setecentos e quatro reais) referente a 25% dos valores aditivados, conforme tabela abaixo:
Item Descrição Marca Quant. Aditiv. Valor Unit. Valor Total Aditivado
2 OLEO MOTOR SEMI SINTETICO ALCOOL/GASOLINA 5W30 - 1ª QUALIDADE - CX C/ 24 UNIDADES IDEMTSU 002 R$ 545,00 R$ 1.090,00
3 BALDE DE OLEO TAC-3 10W 1ª QUALIDADE - BALDE C/ 20 LITROS LUBRIMOTORS 002 R$ 239,00 R$ 478,00
5 BALDE DE OLEO GL5 90 - 1ª QUALIDADE C/ 20 LITROS LUBRIMOTORS 002 R$ 218,00 R$ 436,00
7 OLEO LUBRIFICANTE 20W50 GASOLINA/ALCOOL - 1ª QUALIDADE CAIXA C/ 24 UNIDADES LUBRIMOTORS 002 R$ 270,00 R$ 540,00
10 BALDE DE OLEO TAC3 30 DIESEL - 1ª QUALIDADE C/ 20 LITROS PETROBRAS 003 R$ 240,00 R$ 720,00
11 BALDE DE OLEO ATF - 1ª QUALIDADE C/ 20 LITROS LUBRIMOTORS 003 R$ 280,00 R$ 840,00
17 ARREFECEDOR LINHA PESADA BALDE C/ 20 LITROS RADNAQ 002 R$ 300,00 R$ 600,00
3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
3.1 A alteração contratual a qual se refere o presente Termo Aditivo, se faz com base no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.
4.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições avençadas anteriormente no Contrato nº 103/2017.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Gerson Honório Pereira
Prefeito Municipal em exercício
DEISICLER BAILO ZANOLO EIRELI - ME
Antonio Reginaldo Zanolo
Representante Legal
Contratante Contratada
Testemunhas:
1 . ____________________________ 2.
Nome: José Vinícius Cuareli Alécio Nome: Aline Cristina Valerio
R.G. : 9.826.159-1 SSP/PR R.G. : 9.546.342-8 SSP/PR

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana

TERMO ADITIVO Nº 001/2018

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 001/2017. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAPEJARA E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Tapejara – Pr., pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.247.345/0001-06, com sede a Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442, na cidade de Tapejara – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. RODRIGO DE OLVEIRA SOUZA KOIKE portador da cédula de identidade RG nº 8.533.720-3-PR e do CPF nº 053.202.019-74, residente e domiciliado em Rua Liberdade, 139 – Tapejara – Pr., e de outro lado o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente denominado **CONSÓRCIO**, neste ato representado pelo seu Presidente **Ernesto Alexandre Basso,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 6.745.804-4 SESP-PR, do CPF nº 878.814.469-00, residente e domiciliado na Avenida Paraná, 276, em Nova América da Colina (PR), com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Termo Aditivo com as condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Convênio fica acrescido em sua CLÁUSULA SEGUNDA do seguinte parágrafo:

"PARÁGRAFO ÚNICO: Fica acrescido o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) ao Convênio Original, a ser repassado em quatro parcelas de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) , a serem depositadas até o dia 05 dos meses de FEVEREIRO, MAIO, AGOSTO E NOVEMBRO, conforme Plano de Aplicação anexo a este Termo."

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica prorrogada a vigência do Convênio ora aditado por doze meses, a contar da data da assinatura deste.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do Convênio Original, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de pleno acordo e ajustados, depois de lido e achado conforme, o presente instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Curitiba, 18. de Janeiro de 2018.

Carlos R. K. Satti
Diretor Executivo
Consórcio Intergestores
Parceria Saúde

Prefeito Municipal
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

Presidente do Conselho
Deliberativo do CONSÓRCIO

TESTEMUNHAS:
1- .....
2- .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Angélica
Maria Angélica Sirena Koike
Secretária de Saúde
Portaria n.º 293/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Ana Angélica Frediani
Nº Ite Div. de Saúde
Portaria Nº 017/2017

ESTIMATIVA DE CUSTOS/ CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
1ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/02/2018	R$ 25.000,00
2ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/05/2018	R$ 25.000,00
3ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/08/2018	R$ 25.000,00
4ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/11/2018	R$ 25.000,00

Período de Execução: **Início:** Após a liberação da primeira parcela de recurso.
Fim: 31 de dezembro de 2018

III – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de celebração de Convênio e sob as penas da lei, em especial do artigo 299 do código Penal, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional/Estadual, ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal/Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União/Estado, na forma deste Plano de Aplicação.
Pede Deferimento,

Carlos R. K. Satti
Diretor Executivo
Consórcio Intergestores
Parceria Saúde

Curitiba, 18 de janeiro de 2018

Ernesto Alexandre Basso
Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão 7/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO 8/2018
Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal em Exercício, Gerson Honório Pereira, nos termos do art. 38, VII, e 43, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 4º, XXI da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 30 do Decreto Municipal nº 016/06, faz saber que após análise dos atos praticados e observância do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Jurídico exarado, HOMOLOGA a licitação acima descrita, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 20 E FCK 30, COM DESCARGA CONVENCIONAL, DESTINADOS AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE TUNEIRAS DO OESTE, em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):
Fornecedor: CONCRETOS ITAIPU LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 21.003.577/0001-27
Item Descrição Marca Quant. Valor Unit. Valor Total
1 CONCRETO USINADO FCK 20 (MPA), COM DESCARGA CONVENCIONAL
ITAIPU 100,00 R$ 303,00 R$ 30.300,00
2 CONCRETO USINADO FCK 30 (MPA), COM DESCARGA CONVENCIONAL ITAIPU
100,00 R$ 320,00 R$ 32.000,00
Valor Total Homologado - R$ 62.300,00
Publique-se, e após encaminhe-se ao Pregoeiro para as providências cabíveis.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
Gerson Honório Pereira
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Parana
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão 5/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO 6/2018
Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal em Exercício, Gerson Honório Pereira, nos termos do art. 38, VII, e 43, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 4º, XXI da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 30 do Decreto Municipal nº 016/06, faz saber que após análise dos atos praticados e observância do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Jurídico exarado, HOMOLOGA a licitação acima descrita, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTAS DE INCÊNDIO FLORESTAL DESTINADOS ÀS NECESSIDADES DE PREVENÇÃO, MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DAS PEROBAS, em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):
Fornecedor: J. C. PUPIM & CIA. LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.674.974/0001-62
Item Descrição Marca Quant. Valor Unit. Valor Total
1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 5 (CINCO) BRIGADISTAS DE INCÊNDIO FLORESTAL NAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO, PREVENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DAS PEROBAS LOCALIZADA EM TUNEIRAS DO OESTE
J. C. PUPIM 12,00 R$ 32.000,00 R$ 384.000,00
Valor Total Homologado - R$ 384.000,00
Publique-se, e após encaminhe-se ao Pregoeiro para as providências cabíveis.
Tuneiras do Oeste, 19 de fevereiro de 2018.
Gerson Honório Pereira
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana
CONVITE
AUDIÊNCIA PÚBLICA
*Em atendimento ao art. 9, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
A Prefeitura Municipal de Umuarama convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública da prestação de contas da Prefeitura, referente ao 3º Quadrimestre do exercício de 2017, a ser realizada no auditório da Câmara Municipal de Umuarama, no dia 22 de Fevereiro de 2018 às 09h00min.
PAÇO MUNICIPAL, aos 16 de fevereiro de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 214/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: M. R. ALEM – ME
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 8.747,50 (oito mil setecentos e quarenta e sete reais e cinqüenta centavos), mensal, por um período de 07 (sete) meses, até a vigência do respectivo contrato, perfazendo o valor deste termo em R$ 61.232,50 (sessenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e cinqüenta centavos), conforme descrição no Anexo I, passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 419.880,00 (quatrocentos e dezenove mil oitocentos e oitenta reais) para até R$ 481.112,50 (quatrocentos e oitenta e um mil cento e doze reais e cinqüenta centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.121. – 3.3.90.39.00.00 – D:253 – F:511
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 09/02/2018.
Umuarama, 19 de fevereiro de 2018.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

CISA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESUMO DE CONTRATOS.
Contrato de prestação de serviços nº 005/2018
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: CLINICA DE OFTALMO TORRINO CENTER - CENTRO DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA DE UMUARAMA LTDA - ME
Objeto: realização de procedimentos ambulatoriais de oftalmologia com valores constantes da tabela SUS.
Valor: até R$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais.
Prazo: início em 15 de fevereiro de 2018 e término em 15 de fevereiro de 2019
Fundamentação: inexigibilidade nº 004/2018

Contrato de prestação de serviços nº 002/2018
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: L. GIROTO SAMPAIO & CIA LTDA - ME
Objeto: prestação de serviços aos usuários do CISA, na área da saúde, com a realização de consultas na especialidade de nutrição, com atendimento no município de São Jorge do Patrocínio - PR, consorciado ao CISA, com valores constantes da tabela CISA.
Valor: até R$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.
Prazo: início em 05 de fevereiro de 2018 e término em 05 de fevereiro de 2019
Fundamentação: inexigibilidade nº. 001/2018

Contrato de fornecimento nº 001/2018
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: ALMEIDA BEZERRA & CIA LTDA - EPP
Objeto: aquisição/fornecimento de conjuntos de armações com lentes corretivas.
Valor: até R$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais) anuais.
Prazo: início em 20 de Fevereiro de 2018 e termino em 20 de Fevereiro de 2019
Fundamentação: Pregão Presencial nº. 029/2017
Umuarama, 19 de fevereiro de 2018 .
NILSON MANDUCA
Coordenador do CISA

Câmara Municipal de Umuarama

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE PROPOSTAS/LANCES E HABILITAÇÃO.
16 de fevereiro de 2018

Processo Licitatório n°. 01/2018 – CMU
Modalidade: Pregão Presencial 01/2018
Critério de Julgamento: Menor Preço

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às 9h, na Sala de Reuniões Ângelo Moreira da Fonseca da Câmara Municipal de Umuarama/PR, reuniram-se Sr. Pregoeiro ROGÉRIO SIQUEIRA PINHEIRO, devidamente acompanhado de sua equipe de apoio, todos designados pela portaria nº 09/2018, de 23 de janeiro de 2018, também acompanhando a sessão o Sr. Octávio Antoniassi Júnior, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, a Srª Procuradora Parlamentar Rosane Pombo Meyer, Sr. Luiz Sergio de Toledo Barros Filho, Chefe do Departamento Jurídico e o Sr. Valdir de Moura Gonzales, contador CRC 033141/O-9, para auxiliar o Pregoeiro e equipe de apoio nas planilhas de proposta e balanço patrimonial da participante habilitada, ainda acompanhou a presente sessão o Sr. Antonio Livoni, representante do Observatório Social, Vereador Deybson Bitencourte, Vereadora Ana Novais e Mateus Barreto. Apregoada a sessão às 9 horas, apresentaram-se para credenciamento as Empresas: HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ nº 78.570.397/0001-44, com sede na Rua Omilio Monteiro Soares, 1712, Bairro Fanny, CEP 81030-001, cidade de Curitiba/PR, representada pelo Sr. Leandro Battisti Bolduan, portador do R.G. 2.833.796 SSP/SC e do CPF 047.090.979-09; ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 79.283.065/0001-41, com sede na rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, CEP 89.201-095, cidade de Joinville/SC, representada pelo Sr. José Miguel Pundeck, portador do R.G. 1.156.870-0 SSP/PR e do CPF 157.139.709-49 e COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.192.414/0001/09, com sede na Rua Nossa Senhora do Rócio, 1901, Centro, cidade de Toledo/PR, representada por Ciro Leonardo Stadler Neroni, portador do R.G. 7.569.317-6 SSP/PR e do CPF 037.977.079. Após a conferência do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio dos documentos apresentados para credenciamento pelas participantes, foi franqueado vista a todas as participantes dos documentos apresentados, para conferência e rubrica, momento em que o representante da Empresa Higi Serv, Sr. Leandro indagou o Sr. Pregoeiro sobre a legitimidade de substabelecimento do Procurador da Empresa Costa Oeste, para o credenciado da mesma empresa Sr. Ciro Leonardo, alegando que no instrumento de procuração apresentada pela participante Costa Oeste, não havia possibilidade de substabelecimento, ocasião em que o representante da Empresa Costa Oeste não estaria devidamente credenciado. O Sr. Pregoeiro solicitou analise da Procuradoria Jurídica sobre a indagação e documentação pertinente e suspendeu a sessão por 5 minutos. Decorrido o tempo, manifestou-se a Procuradora Srª. Rosane S. P. Meyer, sobre a indagação aventada pela participante Higi Serv, apontando que a Carta de Credenciamento apresentada pela empresa Costa Oeste não se trata de ato de substabelecimento, e sim declaratório, e que tanto o signatário da respectiva Carta de Credenciamento quanto o Credenciado presente são procuradores da participante, com poderes gerais para representar a participante em qualquer certame licitatório, assim por si só tal fato não seria justificável para descredenciar o representante da empresa Costa Oeste Serviços de Limpeza – Eireli, principalmente em atenção à ampla disputa e o princípio da competitividade, além do que, há entendimento do TCU de que em casos análogos o excesso de formalismo não se justifica. O Sr. Pregoeiro acatou o entendimento esposado pela Procuradoria Jurídica, e, encerrou a fase de credenciamento, tendo como credenciada todas às participantes já mencionadas. Ás 10 horas houve o encerramento da fase de credenciamento, ocasião em que o Sr. Pregoeiro recebeu os envelopes de nº 01 – Proposta de Preço e 02 – Habilitação, de todas às participantes, estando os respectivos envelopes lacrados conforme especificação do edital, sendo vistados pelo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio e também pelas empresas participantes. Em seguida, houve a abertura do envelope de nº 01-Proposta de Preço de todas às participantes, sendo as propostas vistadas por todos, e a sessão suspensa para a análise das mesmas até o horário das 13h do mesmo dia. Reaberta a sessão às 13horas, o Sr. Pregoeiro, constatando a presenças de todos os participantes, estendeu por mais 15 minutos o tempo para analise das planilhas constantes das propostas pela equipe de apoio. Retomada a sessão às 13h15min, leram-se os valores das propostas apresentadas HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A. ofertou total mensal global de R$ 23.197,36 (vinte e três mil cento e noventa e sete reais e trinta e seis reais); ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ofertou total mensal global de R$ 21.987,60 (vinte e um mil e novecentos e oitenta e sete reais e sessenta reais), e COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI ofertou total mensal global de R$ 21.164,70 (vinte e um mil e cento e sessenta e quatro reais e setenta centavos), após foi franqueado a todas às participantes o acesso às planilhas apresentadas para verificação. Houveram indagações das participantes sobre dados das planilhas apresentadas junto às propostas, que foram devidamente respondidas pela Procuradoria Jurídica, iniciando-se os lances pela ordem da proposta de maior valor ofertado, assim estabelecido HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A.; ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA e COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI. O Sr. Pregoeiro fixou o valor mínimo entre lances de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Seguindo o apregoamento dos lances, a empresa HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A. ofertou lance final de R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) declinando de ofertar mais lances no certame, em continuidade entre as outras duas participantes foram ofertados lances finais pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA no valor de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinqüenta reais) e COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI R$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais). Encerrada a fase de lances, o Sr. Pregoeiro passou a abertura do envelope de nº 02 – HABILITAÇÃO da empresa COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI. Verificada a documentação pertinente a habilitação constatou-se que a empresa COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI, não comprovou tempo de atividade suficiente conforme o edital do posto de serviço relacionado a Operador de Áudio e Vídeo, sendo declarada desabilitada. Passou-se a abertura do envelope de nº 02 - Habilitação da segunda classificada a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, o que verificou-se estar devidamente habilitada e com documentação conforme ditames do edital. O Sr. Pregoeiro declarou vencedora do certame a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 79.283.065/0001-41, e adjudicou o bem. Abriu para intenção de Recurso, ao qual manifestou-se primeiramente intenção de Recurso a empresa COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI, quanto ao descumprimento pela vencedora do item 11.1, letra "c" do Edital, documentos de habilitação de comprovação técnica, e que a recorrente não deveria ter sido desabilitada em razão do mesmo item 11.1, letra "c" do edital pois foi devidamente cumprido por ela. Recorreu a empresa HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A. alegando incoerência na habilitação e inconsistência da planilha da empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Em relação aos documentos de habilitação da empresa COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI, os três licitantes optaram por assinar apenas a primeira folha de rosto dos documentos constantes do envelope de nº 02 – Habilitação. Consta-se que os Vereadores Deybson Bitencourt e Mateus Barreto acompanharam a sessão de Pregão Presencial 01/2018 até o final da fase de lances.

ROGÉRIO SIQUEIRA PINHEIRO
PREGOEIRO

Membros da Equipe de Apoio ao Pregoeiro:

FABIANO MAZIERO LACOTIZ

CASSIA PATRICIA M.P. UNGARO

HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S.A
CNPJ nº 78.570.397/0001-44
Leandro Battisti Bolduan
R.G. 2.833.796 SSP/SC e CPF 047.090.979-09

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 79.283.065/0001-41
José Miguel Pundeck
R.G. 1.156.870-0 SSP/PR e CPF 157.139.709-49

COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI
CNPJ nº 07.192.414/0001/09
Ciro Leonardo Stadler Neroni
R.G. 7.569.317-6 SSP/PR e CPF 037.977.079

CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ – 95.640793/0001-10
AV. ITALO ORCELLI, 595 FONE(0xx 44)-3655-1258 FONE/FAX (0xx44) 3655-1225 CEP 87.565-000
CAFEZAL DO SUL - PR

ATO DA MESA N.º 001/2018

SÚMULA: Autorizar os vereadores Ailton de Souza Freire, Evandro Lima de Oliveira, Roberto Leandro de Mello e o Assessor de Gabinete Helio Henrique Tanganelli, a viajarem a cidade de Curitiba - Pr nos dias 20 a 23 de fevereiro de 2018.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

R E S O L V E:

Autorizar os vereadores Ailton de Souza Freire, Evandro Lima de Oliveira, Roberto Leandro de Mello e o Assessor de Gabinete Helio Henrique Tanganelli, a viajarem a cidade de Curitiba - Pr nos dias 20 a 23 de fevereiro de 2018, para participar do curso sobre "Planejamento e Gestão Governamental em inicio de Exercício e aspectos Gerais do Poder Legislativo" a realizar-se na Sala de Eventos do Hotel Lizon Curitiba Hotel, na cidade de Curitiba - Pr, Promovido pela empresa NS – Treinamento e Capacitação em Gestão Publica, cabendo-lhes 4 diárias antecipadas cada um.

As despesas com locomoção serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

Câmara Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, 19 de fevereiro de 2018.

Eliton Alex da Silva
Presidente

Evandro Lima de Oliveira
1º Secretário

Oswaldo Feltrin Canova
2º SECRETÁRIO

Câmara Municipal de Umuarama

ESTADO DO PARANÁ

ADENDO A ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE PROPOSTAS/LANCES E HABILITAÇÃO.
16 de fevereiro de 2018

Processo Licitatório n°. 01/2018 – CMU
Modalidade: Pregão Presencial 01/2018
Critério de Julgamento: Menor Preço

Encerrada a cessão após leitura da respectiva ata e assinatura dos demais participantes, o representante da empresa COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI, inscrita no CNPJ n° 07.192.414/0001/09, o Sr. Ciro Leonardo Stadler Neroni, portador do R.G. 7.569.317-6 SSP/PR e CPF 037.977.079, solicitou que o Sr. Pregoeiro constasse na ata no que pertine a suas razões de recurso que "Não foi aceito o atestado apresentado na habilitação do Município de Ibiporã, e solicita motivação e parecer técnico que justifique a não aceitação e também parecer atestando a habilitação da empresa Orbenk, e conste a vinculação do técnico que emitiu parecer com a Câmara Municipal de Umuarama.", tudo conforme manuscrito do solicitante em anexo ao processo, sem mais registre-se que os demais participantes já haviam lido e assinado a ata a qual se complementa, e já havia se retirado do plenário da sessão.

ROGÉRIO SIQUEIRA PINHEIRO
PREGOEIRO

Membros da Equipe de Apoio ao Pregoeiro:

FABIANO MAZIERO LACOTIZ

CASSIA PATRICIA M.P. UNGARO

COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA-EIRELI
CNPJ n° 07.192.414/0001/09
Ciro Leonardo Stadler Neroni
R.G. 7.569.317-6 SSP/PR e CPF 037.977.079

não foi aceito o atestado apresentado no Hob com o mun. de Ibiporã, e solicita motivação e parecer técnico que justifique a não aceitação e tenha parecer atestando a habilitação da empresa Orbenk, e conste a vinculação do técnico que emitiu o parecer, com a Câmara de Umuarama.
Umuarama, 16 de Fevereiro de 2018.

CISA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018.
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12ª R.S., torna público que se encontra aberta, nesta unidade, para conhecimento a quem possa interessar, LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com a manutenção preventiva e corretiva da sede do CISA, CAPS, almoxarifado e ambulatórios de especialidades do CISA, com recursos próprios do CISA, conforme especificações constantes do folheto descritivo que integra este Edital como Anexo I. Será declarada vencedora do certame a empresa que apresentar o menor preço.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA ABERTURA: 05/03/2018 – HORÁRIO: 09:00 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e o Ato Administrativo n.º 050/2009.
Serão fornecidas cópias do inteiro teor do presente edital e de seus anexos aos licitantes que solicitarem na divisão de licitação e contratos do CISA, mediante o pagamento do custo total de cópias, fixado em R$ 10,00 (dez reais) comprovado por meio de depósito bancário na conta-corrente nº. 2236-0 – Agência 0570 – Caixa Econômica Federal, Umuarama – PR, ou gratuitamente por meio da tecnologia da informática quando possível.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE N.º (44) 3623-2728 - RAMAL 7721.
Umuarama, 19 de fevereiro de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Presidente
NILSON MANDUCA
Coordenador

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana
PORTARIA N.º 45
De 16 de Fevereiro de 2018
DISPONIBILIZA O SERVIDOR AGNALDO AUGUSTO THOMAZINI PARA PRESTAR SERVIÇOS NA EMATER DE DOURADINA-PR.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO que os serviços prestados pela EMATER, no que se refere à assistência técnica aos produtores rurais são imprescindíveis para o desenvolvimento sócio econômico do Município;
CONSIDERANDO a discricionariedade do Prefeito Municipal no sentido de promover o bom e correto funcionamento dos órgãos e repartições públicas;
R E S O L V E
COLOCAR À DISPOSIÇÃO da EMATER-PR, por prazo indeterminado, com ônus para o Município de Douradina, o servidor AGNALDO AUGUSTO THOMAZINI, portador do CPF-n.º-396.939.379-53 e do RG-n.º-2.183.856-SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária, lotando-o na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito. (19/02/2018).
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

EDITAL N.º 04/2018
CONVOCA CANDIDATA CLASSIFICADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS, ABERTO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 001/2017, DE 07/03/2017.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Edital n.º 03/2017-Resultado final do referido PSS,
CONVOCA a candidata abaixo para assumir o cargo que se especifica, classificada em Processo Seletivo Simplificado-PSS, aberto através do Edital n.º 001/2017, mediante apresentação, à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munida com os documentos necessários elencados no item 10.4 do referido edital de abertura.
Cargo: EDUCADOR INFANTIL
INSCR NOME DO CANDIDATO CPF CLAS.
005 Maria Araújo Delatore Bergamaschi 017.212.369-02 9º
O candidato classificado e convocado que não tiver interesse na vaga ofertada ou não se apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis será remetido para o final da lista.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito. (19/02/2018).
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 01/2018
MARLY DE LEITE LARA PINTO, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Artigo 1º - IMPLANTAR as Diretrizes para Educação em Tempo Integral, referente as Atividades Complementares para o Ensino Fundamental - Anos iniciais para o Ano Letivo de 2018.
Artigo 2º - As Atividades Complementares que compõem a Educação em Tempo Integral serão ofertadas no contraturno, conforme indica o art. 34 da LDBEN 9394/96, e de acordo com o porte estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação neste documento.
Artigo 3º - As escolas deverão equalizar os espaços físicos de acordo com a oferta das Atividades Complementares.
Artigo 4º - Os alunos deverão passar por duas ou três Atividades por dia e a carga horária será de no mínimo 70 (sessenta) minutos.
Artigo 5º - O atendimento das Atividades Complementares será organizado por turmas ou grupos.
Artigo 6º - A freqüência deverá ser registrada diariamente em Listas de Presença específica.
Artigo 7º - A avaliação será realizada conforme estabelecido no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino.
Artigo 8º - Para o ano de 2018 serão ofertadas as Atividades Complementares conforme Matriz Curricular da Educação Integral como segue o quadro abaixo:
EDUCAÇÃO INTEGRAL
MATRIZ ATIVIDADES COMPLEMENTARES
1. Dança • Dança
2. Música • Musicalização
• Instrumental: Violão
3. Literatura Dramática • Língua Portuguesa
• Literatura Dramática
• Diversidade e Produção Textual
• Meio Ambiente e Saúde
• Arte
4. Jogos Matemáticos • Jogos Matemáticos
• Xadrez
5. Informática Educacional • Informática Educacional
BASE COMUM
PARTE DIVERSIFICADA
6. Educação Física • Atividades Recreativas
Artigo 9º - Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
EDIFÍCIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (NOVE) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2018.
MARLY DE LEITE LARA PINTO
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
D E C R E T O Nº 051/2018
O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Exonerar cargo em comissão, a contar do dia 19 de fevereiro de 2018, o servidor WAGNER DE OLIVEIRA CARDOSO, CPF. nº 037.962.169-00, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.
Cruzeiro do Oeste, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
-Prefeito Municipal-

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Câmara Municipal de Umuarama

ESTADO DO PARANÁ

ESCLARECIMENTO Nº 01

1. Primeiramente, este Pregoeiro e sua Equipe de Apoio concluíram que a Sessão de Pregão Público realizada no dia 17 de fevereiro de 2018 transcorreu dentro dos ditames legais e regras do edital.

2. A Sessão foi devidamente pública, inclusive, com transmissão ao vivo. Em todas as fases do procedimento primou-se pela transparência, isonomia entre os participantes e a prevalência do interesse público, sobretudo, na obtenção do melhor preço, mediante a qualidade e eficiência que se exige na prestação do serviço.

3. Em prosseguimento ao procedimento, com vistas ao disposto no art. 8º, inciso V, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, fica **revogada** a decisão de adjudicação do bem licitado proferida pelo Pregoeiro durante a Sessão de Pregão, ocorrida em data de 17 de fevereiro de 2018, em virtude da interposição de recursos pelas licitantes Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI e Higiserv Limpeza e Conservação S/A, ao final da Sessão.

4. Por outro lado, em relação à desclassificação da empresa Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI, na fase de habilitação em razão do não atendimento à exigência do item 11. "c", que expressamente exige a comprovação de aptidão de atividade pertinente e compatível em características acompanhados da respectiva cópia do contrato e que tenha desempenhado ao menos 01 (um) ano da atividade correlata com o objeto do pregão presencial, mediante a apresentação de certidão ou atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, copa, recepção, operação de áudio e vídeo, auxiliar de manutenção, supervisor, em número de postos equivalentes ou superior ao objeto deste pregão, esclarece:

4.1. Para fins de comprovação referente ao serviço de Operador de Áudio e Vídeo, a empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica da Prefeitura do Município de Ibiporã/PR, referente a Contrato Administrativo nº 299/2015 iniciado em 24/12/2015 e ainda vigente, com indicação da atividade de Monitor de Vídeo Câmeras (12 X 36 – noturno).

4.2. No contrato apresentado constam descrição e especificação das atividades para execução dos serviços referentes para Monitor de Vídeo Câmeras (5.1 – contrato) com expressa menção de "os cargos de Monitor de Vídeo Câmeras estão relacionados à CBO de nº 517330 (vigilante)".

4.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, em especial, por informações colhidas e prestadas pelo Servidor Efetivo desta Casa, Sr. Fabiano Mazziero, Analista de Sistema e responsável pela Tecnologia de Informação, concluiu-se que a atividade de Operador de Câmeras de Monitoramento não se trata de atividade idêntica ou similar com o serviço de Operador de Áudio e Vídeo.

4.4. Em análise ao documento apresentado pela Empresa Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI que descreve as atribuições de Operador de Câmeras de Monitoramento não se detectou qualquer demonstração de atividades voltadas à operação de mesa de som, atividade essencial e atribuída no edital ao Operador de Áudio e Vídeo, no item 3.4.4, do Anexo I, Edital nº 01/2018.

4.5. Nesse ponto, não se empreendeu diligência específica acerca desta comprovação de qualificação técnica, em virtude de inexistir dúvida a ser sanada. Pelo contrário, o próprio descritivo de atribuições relativas ao cargo de Operador de Câmeras trazido pela licitante Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI deixou clara a ausência de identidade ou semelhança de atribuições para o cargo de Operador de Áudio e Vídeo.

4.6. Convém citar que a atividade de Monitor de Vídeo Câmeras está inserido no Código Brasileiro de Ocupações nº 517330 (vigilante), o que confirma a ausência de identidade ou semelhança com o serviço de Operador de Áudio e Vídeo.

4.7. Ainda, a empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido pela UFPR – Universidade Federal do Paraná relativa à atividade de Técnico de Gravação de Áudio (TV e Rádio) – 35 horas, referente ao período de vigência entre 09/01/2017 a 08/07/2017 (180 dias – 06 meses), período admitido pelo Sr. Pregoeiro e Equipe, em razão de ser similar e correlata à atividade de Operador de Áudio e Vídeo.

4.8. Todavia, a comprovação trazida no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela UFPR – Universidade Federal do Paraná relativa à atividade de Técnico de Gravação de Áudio (TV e Rádio) se limitou aos 06 (seis) meses, ou seja, inferior ao período mínimo de 01 (um) ano, exigido expressamente no edital nos itens 11.1, "c" e "c.1".

4.9. Calha citar que a exigência de 01 (um) ano de atividade prevista no edital, itens 11.1, "c" e "c.1", não foi objeto de impugnação por qualquer dos participantes ou terceiros. Por isso, a dispensa desta exigência no momento da habilitação configuraria ofensa à isonomia, o que não se pode admitir no âmbito de uma licitação.

4.10. Ainda, o período de um ano fixado no edital é fruto de análise e avaliação prévia pela Comissão de Licitação, Equipe de Pregão e Pregoeiro, bem como da Administração da Câmara Municipal, como sendo período mínimo necessário para demonstração de qualificação técnica essencial ao cumprimento dos serviços licitados.

4.11. Por isso, aplicou-se a desclassificação da empresa considerando a não comprovação de qualificação técnica, na forma exigida pelo edital e necessária à garantia de cumprimento contratual.

4.12. Em síntese, são essas as razões que justificaram a desclassificação da empresa Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI, primeira classificada na fase de lances.

5. Dada a não habilitação e classificação da empresa Costa Oeste Serviços de Limpeza - EIRELI, em razão do não atendimento às condições do edital, **restou habilitada e classificada a empresa Orbenk Adminstração e Serviços Ltda, pelo valor global mensal de R$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais)**.

6. Com isso, na forma do item 12.24, do Edital a empresa **Orbenk Adminstração e Serviços Ltda** possui o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação da Proposta contendo os descontos unitários obtidos através da negociação efetuado na fase de lances, de modo que a planilha deverá ser entregue até o dia 21 de fevereiro de 2018 (quarta-feira).

7. Quanto ao prazo para oferta de razões recursais (03 dias úteis), deverá ser observado o item 13, do Edital nº 01/2018.

8. O presente esclarecimento será comunicado aos participantes e deverá ser disponibilizado no site da Câmara Municipal de Umuarama e na Imprensa Oficial, para conhecimento dos demais interessados. Junte-se no Procedimento Licitatório nº 01/2018.

Umuarama, 19 de fevereiro de 2018.

ROGÉRIO SIQUEIRA PINHEIRO
Pregoeiro

FABIANO MAZIERO LACOTIZ
Membro da Equipe de Apoio

CÁSSIA PATRÍCIA M. B. UNGARO
Membro da Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE UMUARAMA E O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete (14/11/2017), o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Rio Branco, 3717, Paço Municipal, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.247.378/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **CELSO LUIZ POZZOBOM**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.137.722-0/PR, inscrito no CPF sob nº 209.204.159-00, residente e domiciliado no Município de Umuarama-Pr, denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e de outro lado o **ESTADO DO PARANÁ** através **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, com sede na Av. Água Verde, n.º 1682, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.416.965/0001-21, neste ato, representada pela Secretária de Estado da Educação, **ANA SERES TRENTO COMIN**, doravante denominada **SEED** celebram, de comum acordo, o presente Termo de Cessão de Uso, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

O **MUNICÍPIO**, através do presente instrumento, cede o direito de uso gratuito à **SEED** da seguinte maneira:

1.1. Fica cedido à SEED, para uso do Colégio Estadual Lourenço Filho, a área total dos seguintes imóveis:

a) Lote urbano nº. 10, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12065, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

b) Lote urbano nº. 19, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12074, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

c) Lote urbano nº. 20, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12075, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

d) Lote urbano nº. 21, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12076, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

1.2. Fica cedido à SEED, para uso compartilhado entre o Colégio Estadual Lourenço Filho e a Escola Municipal Serra dos Dourados, a área dos seguintes imóveis:

a) Lote urbano nº. 7, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentose sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12062, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

b) Lote urbano nº. 8, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentose sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12063, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

c) Lote urbano nº. 9, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentose sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12064, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

d) Lote urbano nº. 11, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentose sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12066, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

e) Lote urbano nº. 14, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 432,00m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12069, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

f) Lote urbano nº. 15, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 432,00m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12070, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

g) Lote urbano nº. 16, da Quadra nº. 6, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 432,00m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12071, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

h) Lote urbano nº. 17, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 432,00m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12072, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama

i) Lote urbano nº. 18, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 540,00m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12073, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

j) Lote urbano nº. 22, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12077, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

k) Lote urbano nº. 23, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12078, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

l) Lote urbano nº. 24, da quadra nº. 06, da cidade de Serra Dourada, Município de Umuarama-Pr, com área de 468,00m² (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº. 12079, do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Umuarama.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADE:

2.1 - A presente cessão de uso de bem imóvel, tem por finalidade a utilização de imóveis pertencentes ao **MUNICÍPIO**, pela **SEED**, a fim de manter as instalações de uma unidade escolar estadual – **Colégio Estadual Lourenço Filho no Distrito de Serra dos Dourados**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO:

3.1 - O presente instrumento tem vigência até 31/12/2037, permitida sua prorrogação mediante consenso entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 - São obrigações da **SEED**:

4.1.1 - Utilizar o imóvel recebido em cessão para manter a instalação de uma unidade escolar estadual;

4.1.2 - Manter as mesmas condições de local, que já é utilizado, em compartilhamento com a Escola Municipal Serra dos Dourados, podendo, com a anuência do **MUNICÍPIO**, proceder às modificações necessárias à manutenção das suas atividades.

4.1.3 - Atender todas as exigências legais atinentes às condições de acessibilidade;

4.1.4 - Permanecer em situação regular junto aos órgãos ambientais;

4.1.5 - Manter o imóvel, em perfeito estado de funcionamento, higiene, limpeza e segurança do trabalho, sendo de inteira responsabilidade da **SEED** as consequências decorrentes do seu descumprimento;

4.1.6 – Arcar com todas as despesas mensais de energia elétrica do prédio utilizado em sistema de compartilhamento com o Município, pelo período de vigência do presente termo.

4.2 - São obrigações do **MUNICÍPIO**:

4.2.1 – Garantir a utilização dos imóveis descritos no item 1.1., pelo prazo de 20 (vinte) anos.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas mensais de fornecimento de água no prédio utilizado em sistema de compartilhamento com o Estado, pelo período de vigência do presente termo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PROIBIÇÕES.

5.1. É proibido a **SEED:**

5.1.1 - Não poderá, sob pena de rescisão do termo de cessão, alugar, ceder ou alienar em qualquer modalidade o imóvel objeto da cessão sem prévia autorização expressa do **MUNICÍPIO**.

5.1.2 - Alterar a finalidade do presente instrumento, sem autorização prévia e expressa do **MUNICÍPIO**.

6. CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES.

6.1 - Não sendo cumpridas as obrigações constantes do presente instrumento pela **SEED**, o imóvel retornará automaticamente ao **MUNICÍPIO** mediante Decreto emanado do Executivo Municipal, após notificação administrativa, com prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação, não cabendo a **SEED** qualquer indenização, inclusive por benfeitorias introduzidas no imóvel

7. CLÁUSULA SETE - DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 - Qualquer alteração na edificação do imóvel objeto da presente cessão que se fizer sem a autorização prévia do **MUNICÍPIO**, poderá ensejar, a revogação desse instrumento.

7.2 - As instalações e equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento das atividades serão de inteira responsabilidade da **SEED**, correndo às suas expensas as despesas correspondentes.

7.3 - Havendo risco para a segurança dos usuários, o **MUNICÍPIO** poderá exigir a imediata paralisação das atividades da **SEED**, bem como a completa desocupação do imóvel.

7.4 - A **SEED** é responsável civil e criminalmente por qualquer sinistro que porventura venha a ocorrer nas dependências do imóvel, em decorrência do descumprimento das condições estabelecidas na legislação edílica do **MUNICÍPIO**.

8.1. CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente cessão de uso:

8.1.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;

8.1.2 - O atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo **MUNICÍPIO**;

8.1.3 - O cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;

8.1.4 - A dissolução da **SEED**;

8.1.5 – A alteração das finalidades institucionais da **SEED** sem prévia e expressa concordância do **MUNICÍPIO**;

8.1.6 - Razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;

8.1.7 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da cessão de uso;

8.1.8 - Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.1.9 - Revogada a cessão de uso gratuito por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço, onde será consignado um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a desocupação completa e entrega do espaço.

9. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

9.1 O presente termo de cessão de uso, deverá ser publicado no órgão de publicação oficial de cada um dos entes envolvidos.

10. CLÁUSULA NONA – DO FORO:

10.1 - Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente cessão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Do que, para valer e constar, celebrou-se o presente Termo de Cessão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

CELSO LUIZ POZZOBOM
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ANA SERES TRENTO COMIN

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto
Res. 1162/15 – SEED/GS
Delegação de Competência
ao Diretor Geral/SEED

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018 - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

1 - PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, Lei Estadual nº 15.608/2007, art. 24 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento.

1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão Técnica de Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;

1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.

2 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a prestação de serviços de exames de análises clínicas de emergência no Pronto Atendimento Municipal, em atendimento aos pacientes Usuários do Sistema Único de Saúde de Umuarama, que serão pagos de acordo com os valores constantes na tabela SIA/SUS, disponível no endereço eletrônico - sigtap.datasus.gov.br.

2.2. Vale salientar que o horário de atendimento para essas coletas serão de Segunda as Sexta das 18:00 as 23:00 horas e Sábados, domingos e feriados das 07:00 as 23:00 horas,

2.3. As Coletas deverão ser realizadas no local, sendo a empresa contratada responsável pelo fornecimento de todo materiais e profissionais necessários para execução do serviço.

2.4. A empresa deve também fornecer o Resultado o mais breve possível, por se tratar de uma unidade de Atendimento Emergencial.

3 - REGÊNCIA LEGAL

O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.

4 - PRAZOS

4.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida de acordo com o item 5 deste Edital, devendo ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer momento, até o dia 08 de março de 2018, durante o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado;

4.2. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação aplicável à espécie;

4.3. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.

5 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO

5.1. Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:

a) Contrato Social e suas alterações;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND),desde que dentro do prazo de validade;

d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade.

f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

h) Licença de Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde;

i) Inscrição do profissional no Conselho Regional pertinente;

j) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional pertinente;

k) Memorial descritivo com os seguintes itens;

* Recursos humanos;

* Equipamentos;

* Área física;

* Relação do Corpo Clínico para atendimento Ambulatorial, com seu respectivo título de especialidade na área, exclusivamente para hospitais e clinicas.

l)Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas emitido pelo CNAS (quando couber);

5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;

5.3. A Comissão Técnica de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários;

5.4. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.

5.5. A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida.

6 - DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO.

6.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, de acordo com as necessidades e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;

6.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica de Credenciamento, esta emitirá um Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, o qual será submetido de imediato para a contratação;

6.3. Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso à Comissão Especial, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Com a conclusão da análise da toda a documentação, estejam os requisitos atendidos ou não para o credenciamento, os interessados serão comunicados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data final de entrada das propostas;

7.2. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;

7.3. São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;

7.4. As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PREÇO

A remuneração pela prestação de serviços será de acordo com o repasse do Ministério da Saúde ao Município de Umuarama, conforme valores constantes da Tabela do Sistema Único de Saúde, conforme relatório de serviços realizados.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios e provenientes de repasses pelos governos estaduais e federais, e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.

10. DAS SANÇÕES

O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e no contrato, assegurado o direito de ampla defesa.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;

11.2. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;

11.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.

12. Este chamamento público será publicado mensalmente no diário oficial do município e na internet através do site. www.umuarama.pr.gov.br

Umuarama, 08 de fevereiro de 2018.

CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA

Secretária de Saúde

ANEXO I

MODELO I – PESSOA JURÍDICA (ADEQUAR COM A ÁREA PRETENDIDA)

(em papel timbrado/personalizado da empresa ou prestador)

A Prefeitura Municipal de Umuarama – Secretaria Municipal de Saúde

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS NA ÁREA MÉDICA divulgado pelo Município de Umuarama – Secretaria Municipal de Saúde, objetivando a prestação de serviços médicos nos termos do chamamento público n°____________________.

Razão Social: ____

Nome Fantasia: ____

Endereço Comercial: ____

CEP:________________________ Cidade: ______________ Estado: ____________________

Telefone: ____

CNPJ:________________________ Home Page: ________________________

e-mail. ____

Conta Bancária da Pessoa Jurídica nº______________________, Agência ______________, Banco ______________________, Cidade ______________, Estado_________.

Especialidade:________________________, para realização de até (tipo e quantidade de procedimentos/consultas (informar) mensal.

Procedimentos (relacionar os códigos de acordo com a Tabela de Procedimentos Médicos)

Médico Responsável:____

CRM do Médico Responsável:____________________R.G. do Médico Responsável :____________ CPF do Médico Responsável: ________________________

Inscrição da empresa no CRM : CIE Nº___________

Data: ____

____

(assinatura do solicitante)

____

(nome do solicitante)

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2018

Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, Srª CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA, brasileira, casada, enfermeira, inscrito no CPF sob nº 775.144.169-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.621.245-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ________________________________, pessoa jurí¬dica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ______________, com sede à Rua ____________, nº _____ – CEP: __________, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. ________________________, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº ____________/SSP-__ e inscrito no CPF sob o nº_______________, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2018, ratificado em ___ de ___________ de 2018, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ___ de ___________ de 2018, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de ________________ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº _____/2018 – Credenciamento de Serviços de Saúde, sendo que os atendimentos serão realizados em local pré determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização serão de responsabilidade da contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (____________________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (________________________).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:

I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;

II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;

III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

IV - a eventual prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;

V – a eventual prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àqueles preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

VI – as solicitações de exames, procedimentos e medicamentos não contemplados nos instrumentos referidos no inciso anterior, uma vez geradas pela CONTRATADA, passam a configurar como direito do usuário, e deverão ser atendidas exclusivamente pela CONTRATADA, sem expectativa de remuneração adicional pelo CONTRATANTE, a qualquer título;

VII - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

VIII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

IX - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.

X - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.

XI - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, aí incluídos equipamentos, medicamentos, insumos, órteses, próteses e materiais comuns ou especiais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

XII - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a). __________________________, ocupante do cargo de ________________, portador do RG n° ____________/SSP-PR e inscrito no CPF sob o n° ____________.

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (____________________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (________________________), de acordo com os valores constantes na Tabela (SIA/SUS ou do Chamamento ____/2018).

Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:

1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada com um relatório contendo a qualificação completa (nome, endereço, RG e CPF) de todos os pacientes atendidos, bem como de todos os comprovantes (requisições) de autorização emitidos pela CONTRATANTE.

2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:

I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, não podendo exceder aos quantitativos/mês estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato.

II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.

III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer ao paciente, demonstrativo dos valores pagos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo seu atendimento, quando solicitado.

CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA ainda se obriga a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:

A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.

PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ___ (_____) meses, com início no dia ___ de _________ de 2018 e com término previsto para o dia ____ de _________ de 201__, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Dotação Orçamentária – Recursos Próprios / Recurso Estadual / Recurso Federal

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:

I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, constantes na Cláusula Quinta do presente Contrato. Após a validação dos documentos, por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá até o décimo quinto (15º) dia útil, 100% (cem por cento) dos serviços prestados e produzidos no último mês.

II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;

III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.

IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.

V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.

VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DO PREÇO: Os valores estipulados serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos aos valores constantes na Tabela SIA/SUS, em conformidade com os índices repassados pelo Ministério da Saúde, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da legislação atinente às licitações e contratos administrativos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes dependerão de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da CONTRATANTE a origem e autorização do reajuste e os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, bem como ao efetivo cumprimento do Plano Operativo anexo.

Parágrafo Primeiro: Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

Parágrafo Segundo: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

Parágrafo Quarto: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco . Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) "prática corrupta" : significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(ii) "prática fraudulenta" : significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) "prática colusiva" : significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) "prática coercitiva" : significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

b) Rejeitará uma proposta de outorga que determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

c) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

d) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco , inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

Parágrafo Único: O disposto acima se aplicará a todos os processos que envolvam recursos de nível federal, estadual e municipal, ou de quaisquer outras entidades, fazendo-se inclusive valer quando da hipótese de financiamento, parcial ou integral, mediante adiantamento ou reembolso. Ainda permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas, possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que tragua prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Umuarama, ___ de _________ de 2018.

CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATANTE

Empresa Prestadora dos Serviços

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

a) Exames especializados:

- Analises clínicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana

P O R T A R I A Nº 113/2018

O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DEMITIR por término de contrato, a contar do dia 08 de Fevereiro de 2018, a servidora MARIA LUCIA ROCHA, CPF. nº 026.951.869-08, ocupante do cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Cruzeiro do Oeste, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2018.

HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana

HOMOLOGAÇÃO

DECRETO Nº 36/2018

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Pregão nº 02/2018, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cruzeiro do Oeste, PR, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 11/2018 de 11 de janeiro de 2018, Publicado em 12/01/2018, sobre o Processo de Licitação nº 03/2018, que tem por objeto a Aquisição de combustível Etanol Hidratado, Diesel, Diesel Comum, Diesel S10 e Gasolina em quantidade fracionada retirada na bomba, destinados aos veículos da Frota Municipal para um período de 12 (doze) meses. Órgão solicitante Secretaria Municipal de Obras, Viação, e Serviços Públicos e outros. Conforme especificações no Anexo I.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.

PROPONENTE: VALOR TOTAL

VALOR POR EXTENSO

COMERCIO DE COMBUSTIVEL MAANAIM LTDA - EPP R$: 1.979.800,00

Um milhão, novecentos e setenta e nove mil e oitocentos reais

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, segunda-feira, 29 de janeiro de 2018.

HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

AVENIDA MARÍLIA, 1920 – CENTRO

CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-8000

MARILUZ – PARANÁ

TERMO ADITIVO nº 001

CONTRATO nº 4/2017 –LIC CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE BOTIJÕES DE GÁS DE COZINHA (13KG). CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL, CONFORME PREGÃO Nº 08/2017, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. EDIO BATISTA MAIOLI, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 438.577.799-34, residente e domiciliado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, representante da V.R.V. SUPERMERCADO LTDA, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 04/2017 para o dia 21/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 21 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Edio Batista Maioli

Prefeito Municipal — Empresário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 001

CONTRATO nº 6/2017 –LIC CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA EM VEÍCULOS, E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME DESCRITOS NOS LOTES: I. II. III. IV. V E VI, ANEXOS AO EDITAL, CONFORME PREGÃO Nº 03/2017, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. ESMANI PEREIRA DA SILVA, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 412.894.209-04, residente e domiciliado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, representante da ESMANI PEREIRA DA SILVA, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 06/2017 para o dia 14/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Esmani Pereira da Silva

Prefeito Municipal — Empresário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 001

CONTRATO nº 7/2017 –LIC CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA EM VEÍCULOS, E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME DESCRITOS NOS LOTES: I. II. III. IV. V E VI, ANEXOS AO EDITAL, CONFORME PREGÃO Nº 03/2017, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado a Sra. MARIA LUCIA BORDIN BOVO , brasileira (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 089.400.398-40, residente e domiciliado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, representante da MARIA LUCIA BORDIN BOVO TRANSPORTES, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 07/2017 para o dia 14/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Maria Lucia Bordin Bovo

Prefeito Municipal — Empresária

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 001

CONTRATO nº 8/2017 –LIC CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME DESCRITOS NOS LOTES: I. II. III. IV. V. VI E VII, ANEXOS AO EDITAL, CONFORME PREGÃO Nº 04/2017, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. RODRIGO CAMARGO RODRIGUES, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 063.440.149-11, residente e domiciliado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, representante da RODRIGO CAMARGO RODRIGUES - ME, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 08/2017 para o dia 14/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Rodrigo Camargo Rodrigues

Prefeito Municipal — Empresário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 005

CONTRATO nº 09/2017 – LIC – AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL COMUM, ÓLEO COMBUSTÍVEL S10, PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES ESPECIFICADO NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. LUIZ CARLOS GIMENRZ, brasileiro (a), portador (a) do RG. 3.421.609-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 537.716.649-34, residente e domiciliado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, representante da CUARELI & GIMENEZ - LTDA., aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 09/2017 para o dia 14/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Luiz Carlos Gimenez

Prefeito Municipal — Proprietário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 006

CONTRATO nº 10/2017 – LIC – AQUISIÇÃO PARCELADA DE ETANOL E GASOLINA COMUM, PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES ESPECIFICADO NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. LEANDRO FERREIRA BONFIM, brasileiro (a), portador (a) do RG. 5.329.640-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.944.809-20, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representante da POSTO COLONIAL DE MARILUZ EIRELI - ME., aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 10/2017 para o dia 14/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Leandro Ferreira Bonfim

Prefeito Municipal — Proprietário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 005

CONTRATO nº 11/2017 – LIC – AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL COMUM, ÓLEO COMBUSTÍVEL S10, ETANOL E GASOLINA COMUM, PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES ESPECIFICADO NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. EVERTON JUNIOR PAOLICCHI, brasileiro (a), portador (a) do RG. 8.537.250-5 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.862.429-89, residente e domiciliado na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, representante da PAULIQUI & PAULIQUI - LTDA., aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 11/2017 para o dia 14/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Everton Junior Paolicchi

Prefeito Municipal — Proprietário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 003

CONTRATO nº 018/2016 – LIC DE EMPRESA JORNALÍSTICA PELO PRAZO DE 12 MESES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO COM CIRCULAÇÃO DIÁRIA, DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, COMPREENDENDO OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, AUTARQUIAS, CONSELHOS, FUNDOS, LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EDITAIS ETC., CONFORME PREGÃO Nº 001/2016, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. ILÍDIO COELHO SOBRINHO, brasileiro (a), portador (a) do RG. 651.305 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.473.359-68, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representante da EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA., aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 018/2016 para o dia 17/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 16 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Ilídio Coelho Sobrinho

Prefeito Municipal — Sócio proprietário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 002

CONTRATO nº 20/2016 – CONTRATAÇÃO DE RESTAURANTE NA CIDADE DE UMUARAMA, PARA FORNECIMENTO DE ATÉ 1500 REFEIÇÕES (BUFFET LIVRE) MAIS SUCO DE 300 ML, AOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DO MUNICÍPIO QUANDO EM DESLOCAMENTO OFICIAL ATÉ A VIZINHA CIDADE, CONFORME PREGÃO Nº 003/2016, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. MARTINS MITSUO TAKAYAMA, brasileiro (a), portador (a) do RG. 5281032-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.170.739-21, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representante da TAKAYAMA & SAITO LTDA. - ME, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 020/2016 para o dia 13/08/2018, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 13 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Martins Mitsuo Takayama

Prefeito Municipal — Sócio proprietário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 002

CONTRATO nº 21/2016 –LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERAIS COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE URNA TIPO CASCÃO, PREPARAÇÃO DO CORPO, ORNAMENTAÇÃO COM FLORES NATURAIS, 4 VELAS, VÉU E PARAMENTAÇÃO SEGUINDO CREDO RELIGIOSO CATÓLICO OU EVANGÉLICO, CONFORME PREGÃO Nº 04/2016, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado a Sra. IRMA ALVES RODRIGUES, brasileira (a), portador (a) do RG. 4.849.402-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.265.238-18, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representante da FUNERÁRIA E FLORICULTURA MOREIRA SALES LTDA - ME, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o término da vigência do Contrato nº 021/2016 para o dia 13/02/2019, em conformidade com o Artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 14 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Irma Alves Rodrigues

Prefeito Municipal — Empresária

Contratante — Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO nº 004

CONTRATO nº 018/2016 – LIC DE EMPRESA JORNALÍSTICA PELO PRAZO DE 12 MESES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO COM CIRCULAÇÃO DIÁRIA, DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, COMPREENDENDO OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, AUTARQUIAS, CONSELHOS, FUNDOS, LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EDITAIS ETC., CONFORME PREGÃO Nº 001/2016, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS DAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02.

O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado o Sr. ILÍDIO COELHO SOBRINHO, brasileiro (a), portador (a) do RG. 651.305 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.473.359-68, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representante da EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA., aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: Fica mantido o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, devido a prorrogação do contrato por mais 12 meses, alterando o valor do contrato de 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para 54.000,00 (cinquenta e qutro mil reais), de acordo com o processo licitatório pregão nº 001/2016.

Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

Mariluz, 16 de fevereiro de 2018

Nilson Cardoso de Souza — Ilídio Coelho Sobrinho

Prefeito Municipal — Sócio proprietário

Contratante — Contratada

Testemunhas:

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018 - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

1 - PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, Lei Estadual nº 15.608/2007, art. 24 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento.

1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão Técnica de Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;

1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.

2 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a prestação de serviços nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Umuarama para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Umuarama, os serviços serão prestados de acordo com o descritivo em anexo.

Obs: os valores para a contratação foram estipulados com base na média do mercado do Município de Umuarama.

3 - REGÊNCIA LEGAL

O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.

4 - PRAZOS

4.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida de acordo com o item 5 deste Edital, devendo ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer momento até o dia 31 de janeiro de 2019, durante o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado;

4.2. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação aplicável à espécie;

4.3. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.

5 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO

5.1. Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:

a) Contrato Social e suas alterações;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND),desde que dentro do prazo de validade;

d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade.

f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

h) Inscrição do profissional no Conselho Regional;

i) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional;

j)Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à seu credenciamento com Poder Público, que não foi declarada inidônea e não esta impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com Município de Umuarama/PR. e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Documentos que devem ser apresentado por profissional (médico) disponibilizado pela empresa:

a) Cópia autenticada do diploma de graduação médica

b) Se houver alguma pós apresentar cópias autenticadas dos diplomas

c) Cópia do RG.

d) Cópia do CPF.

e) Prova de inscrição dom número do PIS/PASEP;

f) Comprovante de residência atualizado e com CEP;

g) Certificado de Titularidades;

h) Comprovante de inscrição junto ao respectivo Conselho Regional;

i) Certidão negativa atualizada (ético-disciplinar e financeira) do respectivo conselho;

j) Cópia do Titulo de eleitor.

k) Certidão de quitação eleitoral;

5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;

5.3. A Comissão Técnica de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários;

5.4. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.

5.5 A classificação será de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, seguindo os itens do Anexo I deste edital.

6 - DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO.

6.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;

6.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica de Credenciamento, esta emitirá um Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, o qual será submetido de imediato para a contratação;

6.3. Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso à Comissão Especial, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;

7.2. São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;

7.3. As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PREÇO

A remuneração pela prestação de serviços será de acordo com os valores atualmente pagos aos servidores que prestam estes serviços a Secretaria Municipal de Saúde e a média de mercado.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios do município, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.

10. DAS SANÇÕES

O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e no contrato, assegurado o direito de ampla defesa.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;

11.2. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;

11.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.

12. Este chamamento público será publicado mensalmente no diário oficial do município e na internet através do site. www.umuarama.pr.gov.br

Umuarama, 25 de janeiro de 2018.

CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA

Secretária de Saúde

ANEXO I

I- CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

Serão credenciados médicos que atuem na área clínica, para atendimento dos Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS das Unidades Básicas de Saúde, recém-nascidos, bebês, crianças, adultos (homens e mulheres), idosos, urgências e emergências, livre demanda bem como deve atender aos programas da Estratégia de Saúde da Família do Ministério da Saúde.

Descrição	Valor mensal	Valor total anual
Medico clínico geral para atender 20 horas	8.500,00	102.000,00
Medico clínico geral para atender 40 horas	17.000,00	204.000,00

Obs: os valores para a contratação foram estipulados com base na média do mercado do Município de Umuarama.

1- As empresas interessadas no edital de credenciamento deverão preencher a proposta de inscrição no cadastro de serviços identificando a carga horária que tem interesse.

2- Fica a cargo da Secretaria Municipal de Saúde estabelecer qual empresa será contratada, de acordo com as necessidades de cada Unidade Básica de Saúde.

3- Cada empresa poderá credenciar no máximo 40 horas semanais para cada Médico Clinico Geral. O mínimo de horas por empresa será de 20 horas semanais.

4- Caso a procura por credenciamento seja maior que a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, será levado em consideração, como critério de desempate, o profissional que apresentar maior experiência profissional e/ ou pós-graduação na área de Saúde da Família.

5- Todos os serviços são para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), residentes em Umuarama.

6- A Secretaria Municipal de Saúde definirá o local onde cada médico atenderá, conforme as necessidades de cada Unidade Básicas de Saúde.

7- Somente os médicos sócios da empresa podem se credenciar, no mínimo 20 horas e no máximo 40 horas, sendo intransferível para outros médicos a carga horária.

8- O controle dos serviços prestados será através do registro do ponto biométrico, bem como produção gerada pelo sistema próprio da prefeitura.

ANEXO II

(Em papel timbrado da empresa)

Modelo de proposta de inscrição no cadastro de serviços especializados – Chamamento público nº¬_____

(adequar a área pretendida)

A …….(razão social)……...CNPJ:…….. situada no endereço:……..na cidade de ……...vem manifestar seu interesse no credenciamento para prestação de serviços especializados de atenção a saúde de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº¬_____Credenciamento de médicos clínico geral para atendimento em unidades de saúde:

( ) 20 horas semanais

( ) 40 horas semanais

Nome e CRM do médico responsável pela realização dos procedimentos:

Médico responsável pela empresa:

CRM do médico responsável:

RG do médico responsável:

CPF do médico responsável:

Data:

Assinatura do responsável

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2017

Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, Srª CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA, brasileira, casada, enfermeira, inscrito no CPF sob nº 775.144.169-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.621.245-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ___ _____, pessoa juri¬dica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, nº _____ – CEP: _____, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº _____/SSP-__ e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2017, ratificado em ___ de _____ de 2017, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ___ de _____ de 2017, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de _____ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº _____/2018 – Credenciamento de médicos que atuem na área clínica, sendo que os atendimentos serão realizados em local determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização serão de responsabilidade da contratante.

Descrição	Quantidade	Valor mensal	Valor total anual
Medico clínico geral para atender 20 horas			
Medico clínico geral para atender 40 horas			
Valor total			

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:

I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pelas unidades básicas de saúde;

II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;

III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

IV - a prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;

V – a prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àqueles preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

VI - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

VII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

VIII - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.

IX - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.

XII – O médico contratado deverá atender nos locais indicados pela Secretaria de Saúde, não sendo autorizado a troca de horários ou profissionais para a prestação desses serviço.

XIII - Caso por algum motivo o profissional medico não tiver condições de atender no seu horário ou local, este deve comunicar a Secretaria de Saúde, para que esta tome as devidas providencias para manter o atendimento as usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

XIX – Os profissionais médicos contratado deverão utilizar o ponto biométrico para registrar sua jornada de trabalho, pois através desse registro de ponto que a Secretaria de Saúde fará o controle das horas trabalhadas por profissional.

CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a). _____, ocupante do cargo de _____, portador do RG n° _____/SSP-PR e inscrito no CPF sob o n° _____.

CLÁUSULA QUINTA – A valor mensal será de R$____ (_____), perfazendo um valor anual de até R$ _____ (_____), de acordo com os valores constantes na Tabela do Chamamento ____/2018.

Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:

1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada pelos relatórios de faturamento do Sistema Informatizado da contratante contendo o nome do paciente, procedimento e data da realização da consulta.

2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.

CLAUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:

I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, a carga horária estabelecidos na Cláusula terceira do presente contrato.

II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.

III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.

CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA ainda se obriga a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:

A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.

PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ___ (_____) meses, com início no dia ___ de _____ de 2018 e com término previsto para o dia ____ de _____ de 201__, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária – Recursos Próprios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:

I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;

III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.

IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.

V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.

VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

Parágrafo terceiro: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA– DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco . Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) "prática corrupta" : significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(ii) "prática fraudulenta" : significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) "prática colusiva" : significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) "prática coercitiva" : significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

b) Rejeitará uma proposta de outorga que determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

c) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

d) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco , inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

Parágrafo Único: O disposto acima se aplicará a todos os processos que envolvam recursos de nível federal, estadual e municipal, ou de quaisquer outras entidades, fazendo-se inclusive valer quando da hipótese de financiamento, parcial ou integral, mediante adiantamento ou reembolso. Ainda permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas, possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que trague prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Umuarama, ___ de _____ de 2017.

CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATANTE

Empresa Prestadora dos Serviços

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: